

cadernos do

terceiro mundo

CrS 1.300,00 – Ano VII – Nº 66

BRASIL:

UMA ESTRATÉGIA
PARA SUPERAR A CRISE



INTEGRAÇÃO ECONÔMICA NA ÁFRICA

EXCLUSIVO

Entrevista com o

General Seregni

Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



Diamantes de Angola
A Serviço da Reconstrução Nacional

Aos leitores

As lições da campanha das Diretas-Já

A mobilização popular na campanha pelas eleições diretas é um fenômeno destinado a ficar registrado na história do Brasil como uma das suas páginas mais fecundas. Sejam quais forem os resultados imediatos — eleições direta ainda em 84 através de uma negociação ainda possível diante dos desdobramentos da derrota da emenda Dente de Oliveira, ou eleições indiretas que dificilmente serão aquelas que os núcleos do poder imaginaram quando idealizaram o casuísmo do Colégio Eleitoral — o que ninguém ignora (como bem definiu o governador paraense Jader Barbalho) é que agora, o Brasil já não é mais o mesmo.

A campanha pelas *diretas-já* visa naturalmente uma saída política e ela está diretamente ligada a uma estratégia para a crise econômica. É nesse sentido que o economista Barros de Castro nos dá a sua opinião, na entrevista realizada pelo nosso companheiro Carlos Pinto Santos, responsável da nossa edição para Portugal e África. E a respeito do momento político, escreve o nosso colaborador Herbet Souza, diretor do Ibase.

Como matéria de capa, temos neste número uma reportagem especial feita pelos nossos companheiros sediados em Lisboa, a respeito dos cinco anos de experiência de integração econômica da África Austral, na SADCC, um esforço que tem alguns pontos de comparação com a nossa versão latino-americana, o Pacto Andino, porém que parece destinada a ter resultados bem mais abrangentes, apesar das dificuldades que enfrenta.

Chamamos a atenção dos nossos leitores finalmente para a entrevista exclusiva que nos concedeu o general Líber Seregni, recém-libertado pelo regime militar do Uruguai, e que é a primeira que ele concede a um meio de comunicação após os dez anos de prisão. Nele, revela-se um verdadeiro líder político — o que ele é, hoje, indiscutivelmente, no seu país.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Placentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro - Juan Somavía
Henry Pease García
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett +

Revista Mensal nº 66
Maio - 1984
Preço de Capa: Cr\$ 1.300,00
Nºs atrasados: ao preço do último exemplar

• *Edições em português*

BRASIL

Diretor e Editor
Neiva Moreira

Administração
Marinete Silva

Secretário de Redação
José C. Gondim

Arte
Samara (editor de arte)
Sonia Freitas/Miguel Efe

Revisão
Cláudia Guimarães

Documentação e Arquivo
Lídia Freitas
Eunice H. Senna
Jessie Jane V. de Souza

Composição
Ronaldo Fonseca

Dept. de Circulação,
Assinaturas e Promoção
Henrique Menezes
Inácio dos Santos
Macário Costa

Representantes
Clóvis Sena (Brasília)
Paulo Camurava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60086 CEP 05033
Josemar Pinheiro Silva
Rua Tamandaré, 1 - Sala 1
65000 - São Luís (Maranhão)
Horacio Verbitsky
Lavalle 1282 - 19 piso
oficinas 12 y 14
Tel.: 358194
Buenos Aires, Argentina
Fernando Reyes Matta
Casilla 16637 - Correo 9
Providencia - Santiago, Chile
Rafael Romagliolo
Apartado 270031. Lima 27 - Peru

Fotolito e Impressão
Ebano Gráfica e Editora Ltda.
Rua Gal. Bruce, 799
Tels.: 580-4476/580-4326

Circulação em 70 países
editora terceiro mundo Ita.
Rua da Glória, 122 - grupo 105/106
Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR
CEP 20.241 - Rio de Janeiro - RJ
Registrado na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291
C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual nº 81.341.400
Registro no SCDP/SR/DPF
nº 2.195 - P. 209/73

**ANGOLA - CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU - MOÇAMBIQUE
PORTUGAL E SÃO TOME E PRÍNCIPE**

Editor
Artur Baptista

Redação
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos
Alice Nicolau
Guimaraes Belo Marques

Documentação e Arquivo
Cristina Assis

tricontinental editora Ita.
Calçada do Combro, 10/19
telefone: 32 06 50 - Lisboa - 1200

Representantes
Angola
Luís Henriquez, CP 3593 - Luanda
Moçambique
Etevaldo Hipólito
Rua do Kongwa, 153 - Maputo

• *Edições em espanhol*
**MÉXICO - AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA-DO NORTE E CARIBE**

Editor
Roberto Remo

Gerente Geral
Geronimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a. c.
Calle California, 98A - Coyoacán
México, 21 DF - telefone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572
México, 20, DF

**BOLÍVIA - CHILE - COLOMBIA
EQUADOR - PERU - VENEZUELA**

(Edición Andina)
Publicada por DESCOP: Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 - Peru - Telefone: 724-712

• *Edições em inglês*
**ESTADOS UNIDOS - CANADÁ
EUROPA E PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESAS NO TERCEIRO MUNDO**

Editor
Fernando Molina

Editor Consultivo
Cedric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 - México, DF.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Livreiros UEE, Rua da Missão, 107/111 - Luanda. **BELIZE:** Cathedral Book Center, Belize City. **BOLÍVIA:** Tecnilibros S. R. L., Casilla de Correo 20288, La Paz. **CANADÁ:** Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto - The Bob Miller Book Room, 180 Bloo St. West, Toronto. **COLÔMBIA:** Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. **COSTA RICA:** Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. **CHILE:** Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. **EQUADOR:** Ediciones Sociales, Córdovala 601 y Mendubro, Guayaquil - RAYDO de Publicaciones, Av. Colombia 248, de 205. Quito Ed. Jarramillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Senidip Pex 1258. **EL SALVADOR:** Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador - El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. **ESTADOS UNIDOS:** Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois - New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois - Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N. Y. 10010 - Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 - Librería del Pueblo, 2121 St. New Orleans, LA 70130 - Papirus Booksellers, 2915 Broadway at 14th St., New York, N. Y. 10025 - Tom Mooney Bookstore, 2685 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 - Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA - Red and Black, 4736 University Way, Seattle - Groundwork Bookstore, U. C. S. D. Student Center B-023, La Jolla, CA. **FRANÇA:** Centre des Pays de Langue Espagnole et Portuaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. **GRÃ-BRÉTANHA:** Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. **GUINÉ-BISSAU:** Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. **HOLANDA:** Atheneum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. **HONDURAS:** Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. **ITALIA:** Paesi Nuovi, Piazza Montecitorio 59/60, Roma - Feltrinelli, Via di Babuino, 41 Roma - Alma Roma, Piazza P. Paolo, 4-A, Roma - Spagnoli, Via Monserrato, 35/6, Roma - Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. **MÉXICO:** Unión de Expendedores y Vendedores de Periódicos, Humboldt No. 47, México 1, D. F. - Distribuidora Sayrols de Publicaciones S. A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D. F. - Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D. F. - Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal y 100 livrarias em todo o país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. **NICARÁGUÁ:** IMELSA, Manágua, Nicarágua. **PANAMÁ:** Librería Cultural Paraméria, S. A., Ave España 16, Panamá. **PERU:** Distribuidora Runamarca, Camana 878, Lima 1. **PORTUGAL:** Dijornal, Rua Joaquim Antônio de Aguiar 66, Lisboa. **PORTO RICO:** Librerías La Tertulia, Amalia Marín Esq., Ave González, Río Piedras. **Pensamento Crítico:** P. O. Box 29918, 65th inf. Station, Río Piedras, P. R. 00929. **REPÚBLICA DOMINICANA:** Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo - DESVIGNE, S. A., Ave Bolívar 354, Santo Domingo. **REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA:** Com. Medien und Vertrieb GMBH, Osterstr. 36, 2800 Bremen. **S. TOME E PRÍNCIPE:** Ministério de Informação e Cultura Popular. **SUÉCIA:** Wennergren-Williams AB, S-10425, Stockholm. **VEZENDELA:** Publicaciones Españolas, S. A. Ave México Lechosa a Pte. Brion, Caracas.

BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S. A., Rua Teodoro da Silva, 907 - Rio de Janeiro.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas APSI (Chile), África (Espanha), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Itet), Dialogo Nord/Sud (Itália), e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

Capa: Mariano

PROMOÇÃO ESPECIAL

LEITOR: Você é indispensável
na divulgação de nossa revista. Mostre CADERNOS
aos amigos e participe desta promoção.

ARRANJE 3 ASSINANTES E GANHE UM BRINDE

*Escolha entre: • uma assinatura grátis para você ou de presente a um
amigo(a), ou o 3 (três) livros da "Estante do Terceiro Mundo" constante
desta edição*

Envie-nos preenchidos os 4 cupons abaixo. Junte a eles cheque nominal ou vale postal (Agência Central) no valor correspondente a 3 assinaturas. Não deixe de escolher o seu brinde no cupom próprio.

CUPOM DO BRINDE

Desejo receber uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo** (Cr\$ 12.400,00). Remeto cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., ou vale postal no valor acima.

66

Nome: Idade:
Profissão: Bairro:
Endereço: Cidade:
CEP: Estado: Cidade:

Desejo receber uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo** (Cr\$ 12.400,00). Remeto cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., ou vale postal no valor acima.

66

Nome: Idade:
Profissão: Bairro:
Endereço: Cidade:
CEP: Estado: Cidade:

Desejo receber uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo** (Cr\$ 12.400,00). Remeto cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., ou vale postal no valor acima.

66

Nome: Idade:
Profissão: Bairro:
Endereço: Cidade:
CEP: Estado: Cidade:

Por conseguir mais três assinaturas de **cadernos**, peças quais remeto Cr\$ 37.200,00 em cheque nominal ou vale postal à Editora Terceiro Mundo Ltda., tenho direito a receber: () Uma assinatura anual de **cadernos** ou () três livros da Estante do Terceiro Mundo: códigos (), () e ().

66

Nome: Idade:
Profissão: Bairro:
Endereço: Cidade:
CEP: Estado: Cidade:

estante do terceiro mundo

O reembolso
que leva sua leitura a sério e... com desconto!

Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinalados com os descontos a que tiver direito segundo a tabela publicada no anúncio originário.

"Estante" da revista nº 66, válida exclusivamente para pedidos no período de circulação da mesma.

Código	Quantidade

Nome: Data / /
 Profissão: Idade:
 Endereço:
 Cidade: Estado: CEP: Ass. do Comprador

Editora Terceiro Mundo Ltda., Rua da Glória, 122 - grupo 105/106 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241

TABELA DE DESCONTOS

- 10% para "não-assinantes" em 3 livros ou mais.
- 15% para "assinantes" na compra de 2 livros.
- 25% para "assinantes" em 3 livros ou mais.

Assine **cadernos** pelo cupom próprio no interior da revista e passe a ter direito aodesconto especial de assinante (até 25%) desta seção.

Palmares A Guerra dos Escravos

Décio Freitas



PALMARES – A GUERRA DOS ESCRAVOS

de Décio Freitas

Este livro é reconstituição histórica mais completa e documentada, e é também a reflexão crítica mais severa de que se dispõe até agora, sobre um acontecimento fundamental da história brasileira: Palmares – um século de luta armada dos negros contra o regime escravocrata de trabalho em que se fundava a economia colonial. 219 pág. (4ª ed.)

E-34 Cr\$ 5.500,00

Francisco de Oliveira

A Economia da Dependência Imperfeita

Biblioteca de Economia

A ECONOMIA DA DEPENDÊNCIA IMPERFEITA

de Francisco de Oliveira

O livro condensa os resultados básicos de um esforço que, sistematicamente, Francisco de Oliveira desenvolveu ao longo de sua vida de economista: saber a quem serve, no Brasil, o desenvolvimento capitalista. Mais que nunca é preciso discutir os rumos da economia brasileira, principalmente agora que o tempo do *milagre* "já era". 159 pág. (4ª ed.)

E-35 Cr\$ 4.500,00

Por Que Marx?



POR QUE MARX?

Org.: Leandro Konder, Gisálio C. Filho e Eurico de Lima Figueiredo

Com: Fernando H. Cardoso, Marilena Chauí, Maria da

Conceição Tavares, Nelson Werneck Sodré, Moniz Bandeira,

F. Engels, K. Marx e outros.

Embora tenha morrido há 100 anos, Karl Marx é uma presença extremamente forte na cultura atual, na história que se está fazendo – dramaticamente – no mundo inteiro. 360 pág.

E-36 Cr\$ 8.500,00

- 6 Cartas
- 9 Panorama Tricontinental
- 16 Editorial – América Latina: democracia e integração econômica
- 19 Materias de capa – SADCC: Uma aposta no futuro,
Baptista da Silva, Carolina Quina, Antônio Silva,
Antônio Pacheco
- 20 O desafio do desenvolvimento
- 25 Conferência de Lusaka – Prioridade contra a seca
- 28 Transportes, Comunicações, Energia, Indústria, Agricultura e Alimentação
- 33 Fugir ao cerco sul-africano
- 37 Portugal face à SADCC
- América Latina
- 39 Exclusivo Uruguai: “Chegar às eleições e exercer efetivamente a democracia”, entrevista com o general Libor Seregni, Julio Rossiello
- 47 Argentina: O quebra-cabeça de Alfonsín, Horacio Verbitsky
- 53 Guatemala: Consolida-se o processo unitário, entrevista com o comandante Monsanto, das FAR
- 58 Belize: As pressões sobre Price, Ash Narain Roy
- 61 Cuba: Sobreviver sem imitar nem depender, Aylé-Salassié
- Oriente Médio
- 67 Líbano: O começo de uma nova fase?
Dirigentes falam a “cadernos”, entrevistas com Walid Jumblatt, Nabih Berri, Pierre Gemayel e Camille Chamoun, Alberto B. Mariantoni
- Norte/Sul
- 72 Os remédios que matam, Gilles de Wildt
- Cultura
- 75 A volta de um poeta, entrevista com Daniel Viglietti, Ana González
- 77 Notas
- Comunicação
- 78 Notas
- Esportes
- 79 O futebol angolano treina no Brasil, Rodolfo de Bonis
- Economia
- 82 A África e a ajuda multilateral
Brasil: Uma estratégia para sair da crise
- 87 O avanço da sociedade e a crise do Estado, Herbet de Souza
- 90 Mudar as condições de pagamento da dívida, entrevista com o economista Antonio Barros de Castro, Carlos Pinto Santos
- 96 Humor: Mariano



Seregni: depoimento exclusivo



Jumblatt: uma posição crítica



As manifestações pró-diretas

Cartas

Clube de Amigos

1) Recebemos do companheiro salvadorenho Roberto Pineda um bonito e militante livro de poesia com a seguinte dedicatória: "Para cadernos do terceiro mundo, com solidariedade fraterna. Roberto Pineda". Transcrevemos a seguir uma de suas poesias mais significativas.

República de El Salvador

*Agua, pero no de río
Chapa, pero no de puerta
Pan, pero no de harina
Ahuachapán;
ciudad donde vivía mi tía Chela,
ciudad heroica,
Santa Ana;
lugar de los cuatrocientos ríos,
lugar de los cuatro mil fusilados,
patria de los Izalcos,
Sonsonate;
sitio de playas y ríos,
sitio donde avientan los cadáveres
de los presos políticos,
La Libertad;
baluarte de la represión,
frontera con Nicaragua,
La Unión;
montañas guerrilleras,
Morazán;
ciudad oriental,
San Miguel;
patria de los Nonualcos,
cuna de Anastasio Aquino,
La Paz;
sitio de cafetales
y de algodonales
Usulután;
antiguo reynado del añil,
patria de mi mamá,
San Vicente,
montañas guerrilleras,
Cabañas;
ciudad rodeada de arena,
Chaltenango;
ciudad de joyas,
Cuzcatlán;
la capital
sigue siendo
San Salvador,
circundada
por un cerco
insurgente.*

2) O companheiro Pedro Chupil, que vem impulsionando a formação de um "Clube de Amigos do Terceiro Mundo", nos pede que informemos aos leitores e amigos o seu novo endereço para correspondência:

Pedro Chupil — Caixa Postal 6560
— Curitiba — PR — CEP: 80.000

6 - terceiro mundo

3) Em nome de um grupo de escritores independentes, Douglas Carrara e Jania Cordeiro nos escrevem para informar que estão organizando a distribuição de livros que pouca chance têm no mercado livreiro do Brasil. Eles já conseguiram reunir quase 150 títulos, que podem ser adquiridos pelo reembolso postal ou pessoalmente, às sextas-feiras na Cinelândia (Rio de Janeiro). O endereço é: Banca Nacional de Literatura Independente — Caixa Postal 60.029 — Rio de Janeiro — RJ — CEP: 20.970.

Solidariedade ao povo saarauí

Enquanto o povo brasileiro arroja-se para assumir sua soberania perante a história, com a luta pelas eleições diretas para a presidência da República, seus olhos se voltam para a solidariedade com outros povos que também lutam pela afirmação nacional. A 27 de fevereiro, o povo saarauí, habitante do antigo Saara Espanhol, comemorou seu 8º aniversário de independência, sob a liderança de seu movimento político, a Frente Polisario de Libertação. (...) Até agora, porém, não há indícios de que o governo brasileiro, através do Itamarati, sempre atento e solidário à defesa dos interesses do Terceiro Mundo e aos postulados da paz e da libertação dos povos colonizados, se encaminhe para uma definição favorável à causa saarauí. Diante desse silêncio oficial, o povo brasileiro, através de suas lideranças, manifesta sua fraterna solidariedade ao povo saarauí, congratulando-se com ele pela luta travada pela soberania nacional, em defesa de sua soberania territorial, expressando a esperança de que só as negociações pacíficas entre a República Árabe Saarauí Democrática e o Marrocos poderão encerrar um conflito potenciador de tensões internacionais. Paulo Timm, coordenador do Comitê Brasileiro de Solidariedade ao Povo Saarauí (End.: Av. N. S. de Copacabana, 387 — Rio de Janeiro — RJ — tel.: (021)235-6888)

Apreço

Com meus cumprimentos pela nobreza com que desempenham a sublime arte de informar, valho-me desta para levar ao cidadão Maximiano da Fonseca, baluarte nessa hora dos ideais democráticos, o meu mais sincero apreço, pela honraria com que revestiu a majestosa marinha brasileira. Claudio Leite, Juiz de Fora, MG, Brasil.

Paranóia nuclear

(...) cadernos vem sendo uma honrosa exceção à manipulação da imprensa(...). Agora, o que mais me chamou atenção ultimamente, foi a excelente reportagem sobre a "Paranóia Nuclear". Sabemos hoje que a quantidade de armas nucleares existentes já é suficiente para destruir a Terra várias vezes! (...) Ora, isso acontece porque os grandes fabricantes de armas são os monopólios, e seus superlucros dependem da corrida armamentista. O Imperialismo constrói novas armas para obrigar os Estados socialistas a gastarem com estes artefatos, e assim deixar de aplicar preciosas verbas em educação, alimentação, moradia, enfim no bem-estar do povo. Henrique de Souza, São João da Boa Vista, SP, Brasil.

Tese sobre a música de protesto

Aproveito esta oportunidade para pedir a ajuda dos seus leitores no meu intento de escrever uma tese, cujo tema principal é o papel da música de protesto no processo político da América Latina. Este é um tema que até os dias de hoje não goza do prestígio que merece, pelo menos segundo o meu conhecimento, aqui na Europa, embora pudesse contribuir para entender as derrotas do passado e para ajudar na formulação de táticas adequadas para as tarefas do futuro. Já estou empenhado na tarefa sem ajuda financeira de parte de qualquer entidade, o que não é uma queixa, mas sim um indicativo do desprezo e desconfiança para com o tema por parte da estrutura oficial. Contudo, no decorrer dos anos tenho andado recopilando uma coletânea de exemplos musicais de várias partes do continente que parecia bastante extensa e constitui a base do estudo. (...) Mas, em virtude da falta de apreciação deste tipo de música por parte dos meios de comunicação convencionais, não disponho de material de estudo como entrevistas com os próprios artistas, o que me deixaria penetrar mais profundamente na sua motivação e objetivos.

Peço, portanto, aos leitores de cadernos sua cooperação no sentido de se lhe interessar opinar sobre o tema ou fornecer a letra de músicas que lhe impressionaram, entrarem em contato comigo através do endereço abaixo.

Um abraço fraterno.

Malcolm Greengcol, 3 University Crescent Highfield, Southampton, Inglaterra — SO2 3HE

Teófilo Stevenson

A medida que se aproximam os Jogos Olímpicos de 1984, aguçase em mim uma antiga curiosidade: conhecer o pugilista cubano Teófilo Stevenson. Quem é esse fenomenal atleta que, feito inédito, por duas vezes consecutivas conquistou o título de campeão de boxe? Este ano ele vai participar novamente das Olimpíadas? Por que seu nome quase nunca é citado no noticiário ocidental? (...) Enfim, que tal cedernos entrevistar Teófilo Stevenson, para que a América Latina conheça o grande ídolo cubano? Luiz P. Martins, Fortaleza, CE, Brasil.

Homenagem a Vargas

Gostaria de dar uma sugestão aos cedernos no sentido de promover simpósios, exposições, debates, e mais uma série de eventos, a fim de comemorar os 30 anos do suicídio de Getúlio Vargas, que como ninguém defendeu os interesses do povo. Eu também sugeriria um espaço nos cedernos com entrevistas às pessoas que tivessem conhecimento da nossa história, tais como políticos, historiadores etc., para dar depoimentos sobre a vida e a obra desse grande estadista, que em nome de um ideal deu um tiro no peito. Júlio C. Lobo, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Carta do mês

Uruguai: "Não há sacrifício que não tenha sido feito..."

Uma assinante de nossa revista, de nacionalidade norte-americana realizou recentemente uma viagem por diversos países da América do Sul. De volta a seu país ela nos enviou uma carta — da qual extraímos alguns trechos — e que se refere principalmente às impressões por ela recolhidas no Uruguai.

(...) As pessoas estão bem, muito melhor do que era de se esperar. Não economicamente, isso é evidente, nem tampouco no sentido das injustiças diárias: a luta constante pela sobrevivência, e a batalha diária que é preciso travar para manter o sentido de respeito e dignidade como seres humanos. Mas elas estão animadas, com uma solidade interna que lhes dá a solidariedade e a certeza do que tem de acontecer (...). O medo e a atitude de suspeita estão ausentes.

Intercâmbio

Inocêncio Henriques M. da Cruz
Bairro Terra Nova — Rua do Minho, 78/54 — Luanda — República Popular de Angola

Fábio Ribeiro Machado
Rua Tiradentes, 78 — Centro — Campina Grande — PB — CEP: 58.100 Brasil

Aniceto C. Manuel Muafeca
C. P. 668 — Malanje — República Popular de Angola

Júlio Cesar F. Lobo
Rua Oscar Valdetaro, 176/1301
Barra da Tijuca — RJ — CEP: 22.700 Brasil

Silva Francisco Mendes
C. P. 5606 — Luanda — República Popular de Angola

Gadjay Choquisso Francisco (Djay)
C. P. 238/1
Nampula — Moçambique

João Eduardo Baptista
Bairro Nelito Soares r/c-6 — casa 18
Luanda — Rep. Popular de Angola

Antonio Carvalho M. Filho
Rua 13, casa 40, Conjunto Polar
Barra do Ceará — Fortaleza — CE
CEP: 60.000 — Brasil

Waldir Santos da Silva
C. P. 14.535 — São Paulo — SP
CEP: 03698 — Brasil

Gilberto Ribas Campos
C. P. 365 — Santa Rosa — RS
Brasil

Artur Bastos C. Neto
C. P. 370 — Sumbe — República Popular de Angola

António M. P. "Mingle"
Del. Prov. de Educação do Bengo
Caxito — Rep. Popular de Angola

Mário Rui Pires
Largo João Seca, 5-A — Maianga
Luanda — Rep. Popular de Angola

Estão fartas, o inimigo foi claramente definido e já não há sacrifício que não se tenha feito. Cantam dentro dos ônibus "vai acabar, vai acabar, a ditadura militar", fala-se nas lojas no desastre que o governo provocou, há nas ruas uma sensação de firme rejeição que se vê até na maneira de andar.

(...) Se não houver eleições em novembro, não se sabe o que vai acontecer. A impressão que se tem é que ninguém, nem os políticos nem os militares nem uma invasão ianque poderiam controlar a insurreição popular. Estão aguentando até novembro. Estão trincando os dentes, fechando os punhos, tudo, até essa data. Cada dia que passa isso se torna mais difícil, mas a decisão é esperar. Ao chegar o mês de novembro, explode. Se houver eleições, se verá. Ninguém parece estar muito entusiasmado com os dirigentes políticos dos chamados partidos tradicionais. Pensam que entre eles Wilson Ferreira é o "menos pior". Procuram e não conseguem achar uma nova liderança jovem. Esperam (a maioria) com os braços abertos os que estão fora do país. Quando se anda pela rua, a falta de gente jovem é realmente impressionante... não se vê. E as estatísticas o

confirmam.

(...) A Frente Amplia está se organizando, os demais partidos também e todo mundo debate o que fazer quando a ditadura acabar.

Há entretanto nesse terreno a seguinte certeza: não se pode culpar sómente os militares pela crise econômica. O que fazer? Os partidos tradicionais não parecem em condições de dar uma resposta muito convincente. A economia vai terrivelmente mal. Um número expressivo de mulheres sai de manhã cedo com suas sacolas no braço e remexe o lixo à procura de comida. Muitos homens andam com seus filhos em carrocinhas puxadas por cavalos cambaleantes de tão magros. Procuram papel, dejetos, qualquer coisa para vender nas fábricas: ouve-se durante a noite pelas ruas o clop-clop dos cavalos que interrompe o sono.

(...) E também se ouve de noite, subitamente, o sonoro barulho das panelas, que se assemelha ao ruído que podem fazer os presos ao baterem todos juntos nas grades de suas celas. É algo realmente impressionante, pelo sentimento que representa e pela unidade com que se faz. Elizabeth Thompson — Massachussets — EUA.

OPOSIÇÃO?
SÁTIRA?
MOLECAGEM?

SÓ NO

IPASQUIM

O ÚLTIMO REDUTO DO HUMOR
CARIOCA!

TODAS AS
SEMANAS NAS
BANCAS DE
TODO O BRASIL!



Panorama Tricontinental

Estudos para a criação de um banco para o Terceiro Mundo

■ Especialistas em desenvolvimento e economia analisaram em Nova Iorque propostas para o estabelecimento de um banco de desenvolvimento para o Terceiro Mundo.

Os peritos estudaram as possíveis atividades que o "Banco do Sul" empreenderia, a estrutura de capital e a integração da entidade cuja criação conta com apoio considerável e é promovida pelo "Grupo dos 77".

Alguns peritos e representantes de governos do Terceiro Mundo se declararam partidários de que o Banco cumpra uma ampla gama de tarefas, tais como estabilização de preços de produtos básicos, atribuição de empréstimos em condições acessíveis, financiamento do intercâmbio comercial entre países em desenvolvimento e investimento em projetos de desenvolvimento.

Outra corrente de opinião prefere que o futuro banco se inicie como instituição comercial, financiando o comércio entre países do Terceiro Mundo, para empreender funções adicionais uma vez obtida maior força financeira e técnica.

Contudo, se há discordâncias em alguns aspectos, em compensação em um outro existe unanimidade: há concor-

dância geral sobre a necessidade de que o Sul conte com uma instituição financeira multilateral.

As recomendações dos técnicos serão entregues ao embaixador do México nas Nações Unidas, Porfirio Muñoz Ledo, na qualidade de presidente do Grupo dos 77 (países em desenvolvimento) para que a reunião de mais de 100 nações as considere.

A idéia de criar esse banco surgiu de diversas propostas de cooperação técnica entre países em desenvolvimento com vistas a que estes criem suas próprias instituições e reduzam sua dependência com relação aos países industrializados. A existência de tal instituição é uma necessidade "urgente" em virtude da grave situação econômica internacional, conforme ficou demonstrado numa análise de viabilidade concluída em maio do ano passado por um grupo de peritos. As instituições financeiras existentes "não suprem adequadamente as necessidades" dos países em desenvolvimento, acrescentou o documento que recomendou um amplo papel para o projetado banco.

O documento indicou que, "desde o início", o banco deve

empreender atividades tendentes ao "financiamento de projetos de desenvolvimento e investimentos conjuntos — inclusive no campo da mineração — e a proporcionar facilidades de créditos e garantias de exportação".



Porfirio Muñoz Ledo

Com o objetivo de dar ao "Banco do Sul" um amplo papel, o grupo recomendou que ele tivesse um capital inicial mínimo de 20 bilhões de dólares. Fontes da reunião de Nova Iorque declararam que o banco projetado não entrará em conflito com as diversas instituições de desenvolvimento regionais que funcionam na África, América Latina, Ásia e Caribe.

Argentina: Comissão oficial para o retorno dos exilados

Uma Comissão Nacional para o retorno dos argentinos expatriados, que o presidente Raúl Alfonsín vai criar nas próximas semanas, colocará em marcha um plano com prazo estipulado para até 31 de dezembro de 1985, quando terão retornado ao país cerca de 120 mil exilados.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur) concederá a essa comissão oficial um montante de aproximadamente um milhão de dólares para colaborar com a reincorporação dos exilados ao país. Serão feitas outras contribuições solidárias, cujos montantes ainda se desconhecem, por parte da República Federal Alemã, Espanha e México, entre outros países.

Para os argentinos "notáveis" que se encontram no exterior, estudam-se condições similares às que encontraram nos países em que residiram no exílio. Por sua vez, o "Plano de

Desenvolvimento Regional" se incumbirá da colocação da mão-de-obra não-qualificada, o que será feito junto aos Estados provinciais e através da criação de cooperativas de trabalho.

Segundo Jorge Minervino, que ocupará a Secretaria Executiva dessa comissão, a quantidade de argentinos residentes no exterior é de aproximadamente dois milhões, sem incluir os seus filhos, o que elevaria a cifra a uns 2,5 milhões de pessoas.

Sessenta e cinco por cento dos expatriados residem nos Estados Unidos, 16% na Espanha, 12% no Canadá e cerca de 6% no Brasil, Israel, Alemanha Federal, Venezuela, Itália e México. O restante 1% está distribuído na Austrália, França, Inglaterra, Suíça, África do Sul, Colômbia, Peru, Holanda e Bélgica.

Quanto aos níveis de ocupação, cerca de 48% correspon-

dem a mão-de-obra não-qualificada, 25% a técnicos, 5% a profissionais universitários, 20% a comerciantes e 2% a industriais. A previsão é de que os primeiros a retornar serão aqueles que tiveram que exilar-se por motivos políticos. Porém a Comissão Nacional "trata não só dos refugiados políticos como também dos exilados em geral", explicou Minervino.

O governo mostrou interesse em recuperar os cientistas e técnicos mais qualificados que tiveram que sair do país, a maioria deles "porque temiam que se cometesse injustiças contra eles, depois de ver que desapareciam amigos ou parentes" durante o regime militar (1976-1983). Noventa e cinco por cento deles — assegurou Minervino ao semanário *Somos* de Buenos Aires — não têm nenhum problema pendente com a Justiça".

Os que possam ter problemas judiciais pendentes terão que enfrentá-los nos tribunais e demonstrar por via jurídica a injustiça das acusações que pesam sobre eles ou sua inocência quando se trate de imputações em ausência. O governo não prevê nenhum tipo de anistia para os indiciados com problemas judiciais pendentes.

as reivindicações dos seus companheiros de Sri Lanka.

Enquanto isso, no plano político, anunciou-se em Colombo a reunificação do partido Libertação, liderado pela ex-primeira-ministra Sirimavo Bandaranaike. A fração dissidente do Libertação voltou ao seio do Partido, reconhecendo Mme. Bandaranaike como a sua máxima dirigente. Daqui em diante, o Libertação vai procurar a criação de uma ampla frente oposicionista, que possa derrotar o Partido Nacional Unido (UNP) do presidente Július Jayewardene.

Sri Lanka: Reinício dos trabalhos da conferência de reconciliação nacional

A conferência de reconciliação nacional que discute os problemas inter-raciais deve retomar os seus trabalhos neste mês de maio em Colombo, Sri Lanka. As reuniões anteriores fracassaram — apesar dos esforços da comunidade internacional representada pela ONU, que deu todo o apoio à conferência. Em consequência, a violência entre membros da minoria *tamil* e a comunidade cinga-

lesa continuou, levando à decretação do estado de emergência em Jaffna, uma das províncias do norte e leste do país, onde os tamis são maioria e nas quais reivindicam a autonomia administrativa, maiores prerrogativas políticas ou, no caso dos grupos mais radicais, a independência total em relação ao governo central de Colombo.

A violência e a repressão do governo provocou o êxodo maciço de membros da comunidade tamil, muitos dos quais — uns 30 mil — buscaram refúgio no sul da Índia, onde os tamis também são maioria e apóiam

Egito rompe isolamento diplomático através de vínculos econômicos

O Egito teve um avanço considerável e que visa pôr fim a seu isolamento do mundo árabe, apesar de que nenhum dos 19 países que romperam relações diplomáticas com o Cairo as tenham reatado a nível de embaixador.

Contudo, não restam dúvidas de que o Egito começou, através de um movimento gradativo, a reclamar para si uma função política e estratégica à altura de sua condição de maior e mais importante de todos os países árabes.

Os esforços egípcios para melhorar suas relações com o mundo árabe receberam um significativo impulso no dia 22 de dezembro último, quando o líder da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), Yasser Arafat, fez uma visita de surpresa ao Cairo. Por outro lado, são notáveis os esforços do Cairo na frente diplomática, sobretudo através do melhoramento de seus vínculos econômicos com os países árabes.

A ajuda a nível governamental, evidentemente, não teve continuidade, mas foi substi-



Hosni Mubarak

tuída pela assistência financeira dos Estados Unidos e da Europa Ocidental.

Duas análises sobre o estado das relações econômicas entre o Egito e os países árabes recentemente publicadas pelo jornal *As Safir* de Beirute, demonstram que as sanções econômicas impostas em 1979 na reunião de Bagdá foram levantadas sigilosamente.

nômica e o intercâmbio comercial entre os três países da região. Obote e Moi examinaram os avanços concretizados no curso das negociações a nível ministerial, efetuadas para distribuir os bens e as dívidas da comunidade.

As conversações, cujo objetivo é reativar a organização regional, se efetuam sob a mediação de Victor Umbrecht, designado para essa função pelo Banco Mundial, um dos principais credores da CAO.

Em abril de 1983 a Jordânia estabeleceu relações comerciais com o Egito, Líbano e Iêmen, fixando uma nova orientação para seus vínculos econômicos, enquanto as linhas aéreas árabes (da Argélia, Iraque e Tunísia, entre outras), reiniciavam seus vôos de ida e volta ao Cairo.

A decisão de reativar os vínculos comerciais entre o Egito e a Jordânia decorria de um protocolo de 1978, do qual só foram alteradas as cláusulas relativas às tarifas.

O boicote árabe contra o Egito poderia ter representado um sério impacto nos projetos de desenvolvimento do Cairo, mas outras formas de intercâmbio comercial — como o turismo e a mão-de-obra — não foram modificadas, aplacando esses efeitos.

Num relatório elaborado em 1982, o ministro egípcio de turismo disse que a metade dos 300 mil turistas que visitaram o país naquele ano era composta por viajantes árabes. E cerca de três milhões de trabalhadores egípcios ganham a vida em nações árabes. O dinheiro que remetem para seu país é estimado em, aproximadamente, três milhões de dólares anuais.

A receita decorrente desse setor é considerada uma das maiores colunas do balanço de pagamento egípcio. Há no Iraque 1.250 milhão de trabalhadores egípcios, 800 mil na Arábia Saudita, 200 mil no Kuait, 150 mil nos Emirados Árabes Unidos (EAU) e 125 mil na Jordânia.

Um relatório preparado em março de 1983 pela associação de investidores egípcios assinalava que os projetos de investimento cobertos por capitais árabes atingiam, no início daquele ano, 641 milhões de libras egípcias, soma que corresponde a aproximadamente 15 ou 20% do total dos investimentos.

Itália: Congresso internacional sobre a erradicação da fome

A urgente necessidade de modificar a ótica tradicional da cooperação entre o Norte e o Sul foi o fator comum dos discursos do congresso realizado em Roma, que deve definir uma estratégia adequada para o combate à fome no mundo.

Participaram da reunião diversos prêmios Nobel, parlamentares do Norte e do Sul, representantes de organizações internacionais e governantes de alguns dos países mais afetados pelo flagelo da fome, e foi patrocinada pelo presidente italiano, Sandro Pertini. Segundo as cifras mais conservadoras, 450 milhões de pessoas padecem atualmente de desnutrição aguda, enquanto pelo menos 15 milhões de crianças morrem a cada ano literalmente de fome. Na Itália, a luta contra esse flagelo está se transformando em centro da política de cooperação, como consequência da campanha empreendida em 1979 pelo Partido Radical (PR), quando tornou a erradicação da morte por fome o ponto principal de sua ação política dentro e fora do país.

No prazo de um ano, a Itália destinará ao menos 2,7 bilhões de dólares para salvar da morte certa a milhões de pessoas, a maioria habitante dos oito países da região africana do Sahel, considerada um dos focos mais dramáticos de morte por fome.

O congresso foi inaugurado pelo presidente do Senado italiano, Francesco Cossiga, numa cerimônia da qual participaram o presidente Pertini e K. Jawara, da Gâmbia, juntamente com ministros de outras nações do Sahel.

Além de Cossiga, fizeram intervenções na sessão de inauguração, o vice-presidente da Comissão Pontifícia Justiça e Paz, Jean Schotte, representando o papa João Paulo 2º, e a ex-presidente do Parlamento Europeu, Simone Weil. Também se manifestaram, o especialista em problemas de desenvolvimento, René Dumont, o prêmio Nobel de Medicina, Maurice Wilkins, e o ex-ministro da Agricultura britânico e deputado trabalhista John Silkin, presidente do Grupo Parlamentar por uma Ordem Mundial, que reúne assembleias de 31 países.

Iêmen do Sul: Contra "protecionismo" norte-americano

O presidente do Iêmen do Sul, Ali Nasser Mohammed, advertiu os estados conservadores do golfo Arábico sobre os riscos de depender dos Estados Unidos em matéria de defesa. Mohammed exortou esses países a abolirem todos os aspectos que possam configurar uma "presença militar norte-ameri-

cana" na região. "Apostar nos Estados Unidos ficou demonstrado ser um erro", declarou o presidente ao diário *As Siyassa*.

O presidente Mohammed desmentiu que seu país tenha apoiado o Irã em detrimento do Iraque na Guerra do Golfo, para a qual conclamou a se dar um término o quanto antes possível, "pois só serviu para atrair para a região tropas norte-americanas transportadas

A intervenção que causou mais impacto foi a do agrônomo francês René Dumont, segundo o qual os únicos culpados pelo problema da fome em regiões do Terceiro Mundo são os países industrializados ocidentais.

"Os grandes ladrões da humanidade somos nós", garantiu ele, lembrando que o sistema econômico dominante foi estruturado de acordo com os interesses ocidentais.

"Os Estados Unidos e a Europa cuidaram de proteger suas agriculturas na mesma medida que obrigaram os países dependentes a desproteger as suas", afirmou o autor de numerosas publicações sobre o assunto. Depois de considerar que em 1984 a humanidade vive o momento de maior desigualdade entre áreas ricas e pobres de sua história, declarou que, na verdade, a política de ajuda ao desenvolvimento levada adiante nos últimos anos pelo mundo ocidental, "resultou, na prática, em uma política contra o desenvolvimento".

Insistiu ainda no fato de que o flagelo da fome não representa o fracasso dos países pobres mais sim do sistema econômico imposto pelo Ocidente, antes de colocar em evidência os limites das organizações internacionais para pôr em andamento um desenvolvimento real.

por ar e por mar".

Coincidindo com a entrevista de Mohammed, uma notícia dada em Amã, Jordânia, anunciou que o comandante das forças navais norte-americanas no Oriente Médio, o contra-almirante Charles Adams, chegou à Jordânia para uma visita de 24 horas. Simultaneamente, a fragata norte-americana *John Hall* chegou ao porto jordaniano de Aqaba em "visita de rotina".

Suazilândia: Insinuações de uma monarquia constitucional

A luta pelo poder começou a declinar no diminuto reino africano da Suazilândia com a libertação de quatro oposicionistas ao novo sistema de governo, que insinua formas de uma monarquia constitucional.

O príncipe Matatazela e a princesa Mncane foram libertados, após terem sido presos pouco depois do golpe de estado palaciano ocorrido em 6 de agosto de 1983. O juiz Douglas Lukhele e o advogado Arthur Khoza, que resistiram ao golpe recorrendo aos tribunais, também foram postos em liberdade.

A Suazilândia, país tradicionalmente pacífico, está situada na África Austral e tem fronteiras com a África do Sul e Moçambique. Sua população é de 580 mil habitantes e sua extensão de 17.363km². Em decorrência da morte do rei Sobhuza 2º em 1982, houve problemas por causa da sucessão. Sobhuza, descendente direto do primeiro rei da Suazilândia, governou o país durante 60 anos e deixou um herdeiro reconhecido que, entretanto, é apenas um entre mais de uma centena de filhos do soberano. A principal mulher de Sobhuza, a rainha Dzeliwe, foi deposta a 6 de agosto de seu cargo de regente pelo príncipe Sozisa.

Dzeliwe não tem filhos, e diante disso, Sozisa colocou em seu lugar a rainha Ntombi, mãe do herdeiro do trono.

O príncipe herdeiro Makhostive, que só chegará à idade de assumir o trono em 1988, estuda atualmente na Grã-Bretanha e retornará ao país daqui a quatro anos. Até sua volta, a

Suazilândia será governada por Sozisa através do *Liqoqo*, organismo que ele preside. A rainha não tem grande peso político.

O *Liqoqo* é o conselho supremo do Estado, enquanto que o Congresso tem apenas uma existência formal, desde que Sobhuza decidiu em 1973 retomar os métodos tradicionais de governo. O país tornou-se independente da Grã-Bretanha em 1967 e o monarca governou até 1973, através de um gabinete.

Pouco depois que Sozisa tomou o poder, numerosas pessoas foram detidas — inclusive as quatro recentemente libertadas — e acusadas de rebelião quando apareceram centenas de panfletos pelas ruas de Mbabane, a capital, e Manzini, a outra única cidade importante do país. O texto do panfleto criticava o *Liqoqo* e protestava contra a entronização da rainha Ntombi.

O primeiro processo foi tão violento que o *Liqoqo* solicitou ao Congresso a aprovação de uma lei, em virtude da qual se estabelecem sentenças de até 20 anos de prisão e multas de 15 mil dólares por perturbação da ordem.

O *Liqoqo* deverá consolidar seu poder, de acordo com os observadores, e governará como se fosse a instância suprema de um Estado unipartidário. (*Jabu Matsebula*).



O ex-rei Sobhuza 2º



Terceiro Mundo: rápida expansão das trocas

Ensina-se nas escolas que troca e pagamento em espécie são a forma mais primitiva de comércio. No entanto, o professor se surpreenderia ao ler que a troca representou, em 1983, 42% do comércio do Terceiro Mundo e 31% do comércio mundial.

O fenômeno é recente e sua origem decorre da crise econômica mundial e da asfixia financeira dos países em desenvolvimento. Em 1976, a troca significava 2,1% do comércio mundial.

Diversos estudos especializados prevêem ainda uma expansão posterior como alternativa para os duros ajustamentos provenientes do refinanciamento de dívidas externas, até atingir em 1988-90 entre 40 e 45% do comércio mundial e quase a metade do comércio dos países do Terceiro Mundo.

Gás e petróleo por grandes obras de infra-estrutura, automóveis por couro para forração, carnes por assessoramento técnico e, inclusive, as mais variadas trocas através de complexas operações triangulares, são um tipo de alternativa para

a crescente falta de liquidez.

Também os países socialistas, com uma escassez crônica de divisas conversíveis para seu comércio com o Ocidente incursionam na troca, como por exemplo, com a operação eurosoviética para o gaseoduto trans-siberiano.

Nos países desenvolvidos, de início reticentes, em relação às trocas, se multiplicam agora as empresas dedicadas a assessorar e contatar os clientes, estando as transnacionais cada vez mais interessadas nessa alternativa para continuar sua expansão, mesmo se os clientes não têm dinheiro para pagar. Contudo, alguns analistas assinalam que o mecanismo — que seria uma boa oportunidade para incrementar o intercâmbio comercial e tecnológico entre os próprios países em desenvolvimento — vai sendo dominado novamente pelo comércio Norte-Sul, com todos os vícios dessa estrutura dominante.

O desenvolvimento da corrente Norte-Sul na troca, até então utilizada quase que exclusivamente em forma bilateral entre países em desenvolvimento com problemas de liqui-

As trocas estão aumentando e em 1990 deverão atingir mais de 45%



dez externa, explica-se pelas crises de endividamento a partir de 1982.

Grandes clientes comerciais como o Brasil e o México, por exemplo, tiveram de restringir duramente suas importações. Assim, a troca foi oferecida a exportações do mundo desenvolvido como forma de manter suas operações. No ano passado, o Brasil tomou a dianteira no intercâmbio, não somente com países industriais mas com clientes do Terceiro Mundo também asfixiados, entre eles o próprio México, e inclusive alguns parceiros africanos.

Certamente, dizem os peritos, a troca é uma alternativa para aplacar o dramático impacto interno dos severos planos restritivos impostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) como condição para os refinanciamentos, mas não modifica necessariamente o comércio exterior, no sentido de impulsionar um maior intercâmbio com os demais países em desenvolvimento.

No entanto, os acordos bilaterais de troca, permitem aos países em desenvolvimento atingirem o mercado industrializado, restringido frequentemente pelo protecionismo.

Para os exportadores de países industriais, a permuta significa uma forma mais segura de exportar, em troca de bens concretos, uma vez que são muitas as possibilidades de que o comprador não possa pagar em dinheiro, pois os créditos estão restringidos e os seguros de exportação encareceram.

Os analistas, contudo, temem que a valorização especial dos elementos de troca conduzam à queda dos preços e a mecanismos ocultos de *dumping*, difíceis de definir para a legislação e os acordos internacionais existentes, distorcendo ainda mais os termos do intercâmbio internacional. (Deodoro Roca)

Namíbia: Peritos analisam espoliação de suas riquezas



atividade ilegal do capital transnacional e da África do Sul na Namíbia, a última colônia no continente africano.

Mais de 250 autorizações para a exploração de urânio, diamantes e outros recursos naturais da Namíbia foram concedidas pelo regime de Pretória a companhias estrangeiras no ano passado e no curso deste ano, desobedecendo à proibição do Conselho para a Namíbia ao qual a ONU confiou o cuidado desse país.

A África do Sul não só saqueia os recursos naturais do país africano mais rico em minérios, como os vende a seus parceiros europeus e norte-americanos.

Jim Morel, membro do Instituto de Pesquisas Políticas de Washington, afirmou durante o seminário que, segundo os resultados das mais recentes pesquisas, mais de 75 firmas norteamericanas obtêm lucros na Namíbia.

Em 1981 foram extraídos desse país 1,2 milhão de quilates de diamantes, 4.700 toneladas métricas de óxido de urânio foram exploradas e se exportaram cerca de 100 mil toneladas de cobre.

Os peritos concordam em que a Namíbia possui hoje em dia as jazidas mais ricas de urânio do mundo e é, por sua vez, o quarto produtor mundial do elemento, depois da Austrália, Canadá e Estados Unidos.

Nas conclusões do seminário, foi solicitado o respeito estrito às resoluções do Conselho de Segurança e da Assembléia Geral da ONU sobre a Namíbia, que exigem ao capital internacional se abster de desenvolver atividades comerciais nesse país.

Também foi destacado nas conclusões que o Movimento de Libertação dos Povos do Sudãoeste Africano (Swapo) é o único representante legítimo do povo namibiano.

Vista aérea da mina Rössing de urânio, na Namíbia, a maior do mundo a céu aberto

O "relatório negro" sobre o saque indiscriminado dos recursos naturais da Namíbia foi analisado no seminário de peritos internacionais realizado em Ljubljana, Iugoslávia, no último mês de abril, sob o

tema "Atividade e interesses econômicos estrangeiros na exploração das riquezas naturais da Namíbia". O evento contou com os auspícios do Conselho para a Namíbia e foi enriquecido com novos dados sobre a

Holanda oferece seus foguetes aos vizinhos

A Holanda está considerando a possibilidade de oferecer aos países vizinhos 48 foguetes *cruise* norte-americanos, que estão previstos para serem instalados em território desse país, a fim de evitar uma crise e a queda do governo.

Segundo essa idéia, a Holanda terminaria a construção da base em Wustrecht, nas proximidades da fronteira com a Bélgica (de onde deveriam ser

lançados os foguetes) mas não os instalaria e sim os entregaria à Bélgica ou à República Federal da Alemanha se esses países aceitarem a idéia.

Em Haia, foi divulgado que o governo holandês fará um pronunciamento sobre os foguetes neste mês de maio. Uma das causas dessa atitude do governo é o movimento popular contra a instalação de mísseis norte-americanos e armas atômicas, que se torna cada vez mais amplo.

América Latina: democracia e integração econômica

A libertação, a 19 de março passado, do general Líber Seregni, líder da coligação das esquerdas uruguaias, constituiu um novo marco no caminho da democratização da América Latina. A saída de Seregni da prisão não foi um ato de clemência da ditadura uruguaia, mas ao contrário, constituiu uma demonstração palpável de suas contradições e do fracasso de seu projeto político.

Logo depois, a 31 de março, "comemoravam-se" no Brasil os 20 anos do golpe de estado que derrubou o governo constitucional de João Goulart e que inaugurou o prolongado e sinistro ciclo de ditaduras militares, que chegou a subjugar a maior parte do continente, incluindo o Chile e o Uruguai, os únicos países latino-americanos que tinham se livrado no passado desse tipo de experiência autoritária.

Em nações cuja vida independente atingiu aproximadamente um século e meio, 20 anos de privação de liberdades elementares implica um período extremamente longo e penoso, a tal ponto que não se explicaria como esse ciclo pôde se estender tanto, sem levar em conta a repressão que o sustentou.

Na realidade, esses 20 anos foram marcados por avanços e retrocessos e só o Brasil manteve uma continuidade militar durante esse período. Na Argentina e na Bolívia, houve na verdade dois ciclos militares interrompidos pelos respectivos

retornos à via democrática, e ambos os países estão hoje em dia na vanguarda da democratização. O Chile e o Uruguai caíram sob a ditadura quase uma década depois do golpe no Brasil. Por sua vez, os regimes comandados pelas forças armadas no Peru e no Equador diferenciaram-se do clássico autoritarismo militar latino-americano ao tentarem programas de reformas estruturais. Portanto, o Brasil não só deu origem ao ciclo ditatorial como manteve as forças armadas à frente do executivo no decorrer dessas duas décadas.

É um fato real que os militares do Brasil, certamente mais hábeis e realistas que seus colegas da área hispano-americana, fizeram concessões e permitiram uma abertura gradativa, controlada, que deveria ser coroada com as eleições presidenciais de 1985.

Mas se o pleito for realizado sob as condições ditadas pelo próprio regime, isto é, com o sistema de votação indireta através de um colégio eleitoral, segundo a fórmula idealizada para controlar a sucessão — embora a oposição tenha alcançado a maioria nas eleições parciais de novembro de 1982 — a hegemonia política militar poderia prolongar-se por um período presidencial subsequente. Assim a presença militar no poder se perpetuaria quase até o fim desta década. A deterioração do governo e o auge da oposição, confirmado pelas gigantescas manifestações

populares em todo o país em favor das eleições diretas (isto é, realmente democráticas) torna difícil conceber que esta pretensão à longevidade se concretize. Porém, mesmo que o regime não consiga se perpetuar por mais um período, os 20 anos já passados são suficientes para poder tirar algumas conclusões a respeito dele.

Não restam dúvidas que se o modelo brasileiro tivesse tido êxito poderia ter alcançado importantes repercussões dentro e fora do país. A aplicação da doutrina da segurança nacional — sustentação ideológica do ciclo militar — numa primeira etapa, melhor dizendo, durante a primeira década, enfraqueceu a oposição. Não conseguiu, contudo, criar um consenso considerável em favor do alto comando.

Após outra nova década é evidente que o regime brasileiro não pode apresentar um saldo de sucessos. Entretanto, a experiência militar brasileira exerceu grande influência entre seus vizinhos.

Essa influência obedeceu em grande parte à convicção de que o governo militar brasileiro estava aplicando uma fórmula acertada para tirar o país do subdesenvolvimento. No entanto, é necessário reconhecer que os círculos progressistas criticaram desde o início os desvios e desacertos do modelo e que as camadas populares resistiram desde os primeiros momentos, na medida do possível, à sua aplicação. Mas quando foram atingidas porcentagens elevadas de crescimento do produto nacional, que se mantiveram até meados dos anos 70, o *establishment* nacional e regional, empregou com exagero o conceito de "milagre econômico brasileiro".

Vejamos em essência, em que consistiam a doutrina e o modelo que, a partir do Brasil, deveriam irradiar suas influências sobre o resto do Terceiro Mundo.

Já que o inspirador da doutrina da segurança nacional era o *establishment* político-militar dos

Estados Unidos, no que diz respeito à política internacional, a tutela dos militares devia garantir que esses países se mantivessem fiéis ao Ocidente, numa aliança política, econômica e militar sob a hegemonia norte-americana.

O correlato de política interna consistia na eliminação de todas as forças contrárias a essa forma de dependência. Suas vítimas seriam, sobretudo, as esquerdas, e também aqueles setores nacionalistas que não são habitualmente classificados como tais. A repressão — maciça e de extrema violência — atingiu limites inauditos na Argentina, no Chile e no Uruguai. Essa repressão era, inclusive, uma premissa para implantar o modelo econômico. Este consistiu em promover a penetração das empresas transnacionais visando uma industrialização dependente daquelas. A eliminação das organizações populares, principalmente dos sindicatos, e de todos os direitos constitucionais, concederia às empresas o benefício de uma mão-de-obra extremamente barata, o que permitiria exportações competitivas que cresceriam continuamente. Essa expansão incessante das exportações geraria uma receita externa que compensaria as remessas de utilidades das transnacionais, as importações associadas a essa industrialização dependente e o serviço (amortização mais juros) da dívida pública e privada contraída para acompanhar esse processo. A negação da participação política interna e a abertura econômica para o exterior, estavam, portanto, ligadas indissoluvelmente a esse projeto de inserção internacional do Brasil e dos países que o imitaram.

De todas as nações que seguiram esse caminho, nenhuma foi mais longe que o Brasil. Não só pelo extenso período de aplicação do modelo mas também pela mobilização da burocracia estatal e da diplomacia em busca de mercados, pela aplicação de enormes recursos estatais e por ter contraído uma dívida que é a mais volumosa que

Editorial

pesa sobre um país do Terceiro Mundo. O crescimento econômico foi produzido, mas num contexto de dependência em relação às economias capitalistas desenvolvidas que disfarçou as falhas do modelo enquanto aquelas se mantiveram em expansão, mas assolou o país com uma violência inusitada quando sobreveio a recessão.

O Brasil está sendo atingido atualmente pela maior crise econômica de sua história recente. A palavra-de-ordem de "milagre econômico" soa como uma farsa trágica das legítimas aspirações nacionais de desenvolvimento. Toda a economia nacional está comprometida no pagamento dos juros da dívida, sem que se perceba como será possível diminuir o montante. E os países que, com as variantes para cada caso, copiaram o gigante sul-americano, estão sufocados por situações semelhantes.

Ao analisar o processo de democratização em curso, acentuou-se frequentemente o plano político, como se se tratasse simplesmente da substituição de militares por civis. Esse enfoque é simplista e limitado. Por trás dos militares que utilizaram as armas para lesar a soberania popular, havia poderosos interesses estrangeiros e nacionais comprometidos com um modelo totalizador, onde o lado econômico era perfeitamente coerente com o político. E, portanto, não só fracassaram os militares que exerceram funções de governo, mas junto com eles ficou demonstrado o fracasso do modelo como um todo. A democratização implica também uma coerência entre os aspectos econômicos e políticos, condição para se chegar a bom termo. Nem sempre é assim. No Peru, por exemplo, o governo de centro-direita do presidente Fernando Belaúnde Terry está à frente de um regime democrático, mas seu programa econômico consistiu numa clara abertura externa que agravou a crise peruana. Em consequência, seu governo perdeu toda a adesão das massas e a frente partidária que o apoiou não tem perspectivas para as próximas eleições.

Dado que a verdadeira democratização está intrinsecamente associada à participação, não só dos partidos políticos como também das organizações sociais e em primeiro lugar dos sindicatos, os governos que substituírem os regimes ditoriais deverão colocar a economia a serviço da maioria. Deve-se dar prioridade à indústria nacional e ao mercado interno.

As forças democráticas que assumiram a luta e a resistência contra as ditaduras latino-americanas formam uma frente amplíssima que vai mais além do âmbito das esquerdas, abrangendo setores moderados e centristas e inclusive numerosos industriais e empresários.

Assim como o modelo oposto, este não se esgota no plano nacional, mas se projeta numa aliança internacional. É uma aliança determinada pela limitação dos mercados internos para gerar um processo de desenvolvimento econômico auto-sustentado, pela complementarização econômica dos diferentes países latino-americanos, pela afinidade de seus interesses, proximidade geográfica e por uma história e um futuro compartilhados. O crescimento da economia, no quadro da integração econômica latino-americana e no contexto mais amplo da cooperação Sul-Sul com as demais regiões do Terceiro Mundo, é a única fórmula que pode reduzir a dependência externa de cada um dos países. Não é, portanto, uma coincidência que as forças que impulsionam a democratização sejam as mesmas que se propõem a reforçar o processo de integração regional.

Um dos aspectos mais positivos e destacados que germinaram sob a longa noite ditatorial é precisamente o de ter reacendido a consciência da integração continental como único caminho para a viabilidade econômica dos diferentes países e, portanto, para qualquer projeto de desenvolvimento econômico nacional, sem o quê as democracias que ressurgem não poderão se sustentar.

- TERIA DE CAPA
- ANGOLA • BOTSUANA • LESOTO • MALAUI • MOÇAMBIQUE
 - SUAZILÂNDIA • TANZÂNIA • ZÂMBIA • ZIMBÁBUE



Uma aposta no futuro

*Textos e entrevistas por: Baptista da Silva,
Carolina Quina, Antônio Silva e Antônio Pacheco*

São conhecidos os condicionamentos geográficos e as razões históricas que, em maior ou menor grau, colocam todos os países da extensa zona da África Austral na dependência econômica da África do Sul.

Relações de subordinação que têm representado um alto custo político na soberania nacional e na inviolabilidade territorial dos países situados na vizinhança do regime do *apartheid*, com ou sem fronteiras comuns. Ao longo da história, essas nações sofreram (e sofrem ainda) as pressões, agressões armadas e os obstáculos ao desenvolvimento impostos por Pretória, forte por seu poder econômico e militar, defendida pelos interesses transnacionais das potências do Ocidente e razões geo-estratégicas atlantistas e segura da sua aliança privilegiada com os Estados Unidos.

No entanto, a região meridional do continente registrou na última década alterações históricas irreversíveis. Com as independências de Moçambique, Angola e Zimbábue e a unidade forjada na ação comum dos países da Linha de Frente, criaram-se condições que permitiram aos governos soberanos do subcontinente fortalacerem os laços entre si e procurar interligar as suas economias, basicamente com um triplo objetivo: impulsionar a luta contra o subdesenvolvimento,

racionalizar esse esforço harmonizando as economias dos seus países e lançar os alicerces que permitam superar a médio prazo a dependência em relação à África do Sul. Um dos instrumentos para esse projeto é a SADCC (Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral), criada pelos nove governos em abril de 1980.

Hoje, quatro anos decorridos desde a Conferência que em Lusaka formalizou a SADCC, uma nova reunião de cúpula na capital zambiana (onde cadernos do terceiro mundo esteve presente com sua correspondente Carolina Quina) fez o balanço do que é considerada uma das mais originais formas de cooperação Sul-Sul. Diante dos recentes acordos de não-belligerância que Moçambique e Angola estabeleceram com Pretória, são introduzidos novos elementos e abertas perspectivas ainda por desbravar, mas que em nada colocam a SADCC em questão, como enfatizou Samora Machel na assinatura do Acordo de Nkomati, frente a Pieter Botha.

Nas páginas que se seguem procuramos traçar um panorama global da realidade e futuro de um projeto de integração regional que abrange 61,5 milhões de africanos de nove nações num espaço econômico de 4,9 milhões de quilômetros quadrados.



O desafio do desenvolvimento

Nove países muito diferenciados na organização política, econômica e social procuram valorizar os seus recursos e lutar contra o subdesenvolvimento

ASADCC (do inglês *Southern African Development Coordination Conference* – Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral), criada em abril de 1980, como o seu nome indica, visa promover o desenvolvimento econômico e social da região através da coordenação de esforços e recursos dos seus países membros. Atualmente, integram a SADCC nove Estados africanos: a República Popular de Angola, República de Botsuana, Reino do Lesoto, República do Malaui, República Popular de Moçambique, Reino da Suazilândia, República da Tanzânia, República da Zâmbia e República do Zimbábue.

Trata-se, pois, de um projeto essencialmente econômico, que reúne países muito diferenciados quanto à organização econômica, política e social das suas populações. No entanto, são países que apresentam características comuns: conquistaram a independência política ao longo dos últimos 20 anos e após séculos de colonização (inglesa e portuguesa); têm estruturas econômicas frágeis e marcadamente subdesenvolvidas, dependendo fortemente da África do Sul em aspectos tão importantes como os transportes, comunicações, energia e comércio externo.

Foi a consciência dessa situação de subdesenvolvimento e dependência que levou os nove países referidos a juntar esforços para alterá-la radicalmente, dando corpo a uma das mais importantes e originais formas de cooperação Sul-Sul que é a SADCC.

Sendo um projeto econômico, não deixa, naturalmente, de ter reflexos políticos. Ao propor como objetivo a diminuição da dependência econômica em relação à África do Sul, a SADCC contribuirá decisivamente para a diminuição da influência do regime do *apartheid* na região. Daí que as reações de Pretória à SADCC se tenham traduzido na intensificação das ações de sabotagem



A consciência do subdesenvolvimento e da dependência econômica levou os nove países a juntarem esforços: a SADCC

contra os países vizinhos e, nos casos de Moçambique e Angola, no aumento do apoio a grupos como a RNM e a Unita.

Como surge?

“Vemos a SADCC como parte integrante da nossa própria história, como uma manifestação incontestável do nosso histórico espírito panafricano. Mais de imediato, a SADCC é a expressão mais direta e concreta das idéias do Movimento Panafricano para a Libertação da África Oriental, Central e Austral (1958-1963), da Conferência dos Estados da África Oriental e Central (1966-1974) e dos Estados da Linha de Frente.”

Quem afirma é Robert Mugabe, primeiro-ministro do Zimbábue, durante a reunião de cúpula da SADCC realizada em julho de 1981, em Harare.

Durante os 20 anos que separam as independências da Tanzânia e do Zimbábue (1961-1980), a cooperação entre os países da África Austral foi, por exigências da própria luta de libertação, sobretudo política, diplomática e militar. Foi o caso do apoio dos países vizinhos ao MPLA e à Frelimo durante a guerra contra o colonialismo português em Angola e Moçambique, e foi o caso dos Estados da Linha de Frente quando do processo de independência do Zimbábue. Porém o certo é que a cooperação no âmbito da economia esteve sempre presente através de experiências e tentativas ainda que muitas delas fracassadas.

Foi só a partir de 1979, com a recente independência do Zimbábue (país de importância estratégica para a região), que a dimensão econômica da luta de libertação da África Austral adquiriu maior relevo.

Como diria Lopo do Nascimento, ministro an-

Bairiz Bissio



Lopo do Nascimento: "enfrentar os problemas de sobrevivência"

De Gaberones a Lusaka: cinco anos preparatórios

1979

Maio – Reunião em Gaberones (Botsuana), dos ministros das Relações Exteriores dos Estados da Linha de Frente.

Julho – Reunião em Arusha (Tanzânia), de chefes de Estado dos Estados da Linha de Frente para preparar a formação da SADCC.

1980

Abri – Reunião de Cúpula em Lusaka (Zâmbia), dos nove chefes de Estado e de Governo dos países que integram e formalizam a SADCC.

Aprovados também a Declaração Final e o Programa de Ação.

Setembro – Reunião em Harare (Zimbábue), do Conselho de Ministros da SADCC.

Novembro – Encontro anual, em Maputo, da SADCC com representantes de 30 países e 19 agências financeiradoras.

1981

Janeiro – Reunião em Maputo (Moçambique), dos ministros da Comissão para os Transportes e Comunicações da África Austral (SATCC).

Março – Encontro em Dar-es-Salaam (Tanzânia), sobre Comércio Regional e Cooperação Industrial.

Junho – Reunião em Mbabane (Suazilândia), do Conselho de Ministros da SADCC.

Julho – Reunião de Cúpula em Harare (Zimbábue), dos nove chefes de Estado e de Governo.

Novembro – Encontro anual em Blantyre (Malauí), com representantes de governos e agências financeiradoras.

1982

Reunião em Luanda (Angola), do Conselho de Ministros da SADCC.

Julho – Reunião na Zâmbia, de peritos de minas da SADCC.

Julho – Reunião de Cúpula em Gaberones (Botsuana), dos nove chefes de Estado e de Governo.

Setembro – Reunião em Arusha (Tanzânia), dos ministros da Indústria da SADCC.

Novembro – Primeira reunião dos ministros da Agricultura da SADCC.

1983

Janeiro – Encontro anual em Maseru (Lesoto), com países e organizações financeiradoras.

Maio – Reunião em Dar-es-Salaam (Tanzânia), do Conselho de Ministros.

Julho – Reunião de Cúpula dos chefes de Estado e de Governo, em Maputo (Moçambique).

1984

Janeiro – Reunião em Harare (Zimbábue), de técnicos da SADCC com empresários e financeiradoras para avaliação de projetos de investimentos na área.

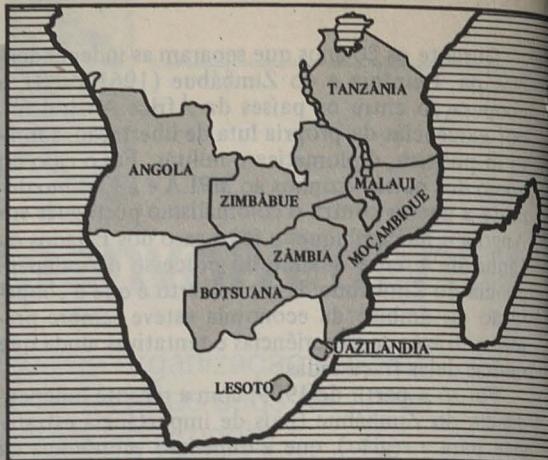
Janeiro – Reunião em Lusaka (Zâmbia), da SADCC com organizações não-governamentais de quase 30 países.

Fevereiro – Encontro anual em Lusaka (Zâmbia), da SADCC com países e organismos financeiros.

Nove membros, 4,8 milhões de km² e 6,5 milhões de seres

Angola

Superfície	1.246.700km ²
Densidade	
Populacional	6,3 hab/km ² (estim. 1981)
População	7.800.000 hab. (1981)
PNB per cápita	470 dólares (1980)
PIB	2,5 bilhões de dólares (1980)
Composição do PIB: Agricultura – 48%; Indústria – 23%; Serviços – 29% (1980)	



Botsuana

Superfície	600.372km ²
Densidade	
Populacional	1,5 hab/km ² (estim. 1981)
População	900.000 hab. (1981)
PNB per cápita	1.010 dólares (1981)
PIB	800 milhões de dólares (1980)
Composição do PIB: Agricultura – 21,8%; Indústria – 25%; Serviços – 53,2% (1980)	

Lesoto

Superfície	30.355km ²
Densidade	
Populacional	46hab./km ² (estim. 1981)
População	1.400.000 hab. (1981)
PNB per cápita	540 dólares (1981)
PIB	320 milhões de dólares (1980)
Composição do PIB: Agricultura – 31%; Indústria – 21%; Serviços – 48% (1980)	

Malauí

Superfície	118.848km ²
Densidade	
Populacional	52 hab./km ² (estim. 1981)
População	6.200.000 hab. (1981)
PNB per cápita	200 dólares (1980)
PIB	1,42 bilhão de dólares (1980)
Composição do PIB: Agricultura – 43%; Indústria – 20%; Serviços – 37% (1980)	

Moçambique

Superfície	783.030km ²
Densidade	
Populacional	16 hab/km ² (estim. 1981)
População	12.500.000 hab. (1981)
PNB per cápita	270 dólares (1981)
PIB	2,81 bilhões de dólares (1980)
Composição do PIB: Agricultura – 44%; Indústria – 16%; Serviços – 40% (1980)	

Suazilândia

Superfície	17.363km ²
Densidade	
Populacional	34,5 hab./km ² (estim. 1981)
População	600.000 hab. (1981)
PNB per cápita	760 dólares (1981)
PIB	380 milhões de dólares (1980)
Composição do PIB: Agricultura – 30,7%; Indústria – 33,3%; Serviços – 36% (1980)	

Tanzânia

Superfície	945.087km ²
Densidade	
Populacional	20 hab./km ² (estim. 1981)
População	19.100.000 hab. (1981)
PNB per cápita	280 dólares (1981)
PIB	4,35 bilhões de dólares (1980)
Composição do PIB: Agricultura – 52%; Indústria – 15%; Serviços – 33% (1980)	

Zâmbia

Superfície	752.614km ²
Densidade	
Populacional	8 hab./km ² (estim. 1981)
População	5.800.000 hab. (1981)
PNB per cápita	600 dólares (1980)
PIB	3,43 bilhões de dólares (1981)
Composição do PIB: Agricultura – 18%; Indústria – 32%; Serviços – 50% (1981)	

Zimbábue

Superfície	390.580km ²
Densidade	
Populacional	18,4 hab./km ² (1981)
População	7.200.000 hab. (1981)
PNB per cápita	870 dólares (1981)
PIB	6,01 bilhões de dólares (1981)
Composição do PIB: Agricultura – 18%; Indústria – 37%; Serviços – 45% (1981)	



Muitos têm sido os projetos de apoio e fomento aos diversos setores, principalmente o agrícola

golano do Planejamento, "(...) temos que enfrentar os problemas do nosso desenvolvimento, que hoje são, para alguns de nós, problemas de sobrevivência".

E é a consciência desta situação atual que leva os ministros das Relações Exteriores dos Estados da Linha de Frente a propor, em maio de 1979, a realização de uma Conferência de Ministros da Economia dos seus países, estendida a outros países da região, com vistas à discussão e estabelecimento de um grupo de coordenação econômica regional. Essa reunião, que viria a ser realizada em julho de 1979, em Arusha, Tanzânia, foi, pois, o embrião da SADCC que, no entanto, só em maio de 1980 viria a ser formalizada com a realização da Reunião de Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo, em Lusaka (Zâmbia).

Os seus objetivos, estrutura e programa aparecem definidos na importante declaração final dessa reunião: "África Austral: Rumo à Independência Econômica" (ver quadro).

A partir de então, foi um processo vertiginoso de reuniões e conferências que, pouco a pouco, ia dando corpo a uma organização ágil, flexível e operacional. Em apenas quatro anos a SADCC conseguiu alcançar uma importância decisiva. Quando hoje se fala no desenvolvimento da África Austral, inevitavelmente, este projeto que integra nove países da região é citado.

Têm sido muitos os projetos que nos setores industrial, agrícola, transportes, formação de qua-

dros, energia etc., se iniciaram e/ou já se realizaram a partir de 1980.

Como funciona?

A estrutura da SADCC é descentralizada e pouco burocratizada; procura a maior eficiência e operacionalidade, exigindo, ao mesmo tempo, a participação ativa de todos os seus Estados membros.

O órgão máximo é a Reunião de Cúpula de Chefes de Estado e de Governo que se reúne uma vez por ano em países diferentes: Lusaka (Zâmbia) em 1980, Harare (Zimbábue) em 1981, Gaberones (Botsuana) em 1982, Maputo (Moçambique) em 1983. As decisões são tomadas por consenso e é esse órgão que controla a realização das atividades da organização.

Ao Conselho de Ministros, constituído por um ministro de cada país, cabe a coordenação geral, a supervisão das instituições e da execução dos programas definidos. O Conselho pode criar comitês ministeriais para executar programas em áreas determinadas. O Conselho de Ministros, como a Reunião de Cúpula, adota decisões tomadas por consenso.

As Comissões Setoriais são formadas para áreas específicas de atividade como é o caso da SATCC (do inglês *Southern African Transport and Communication Conference* – Comissão dos Transportes e Comunicações da África Austral) ou do Conselho Regional para a Formação, com sedes em Maputo

Ministros da Energia dos países membros da SADCC em Angola (1982)



Paulo Pingo

e na Suazilândia, respectivamente.

O Comitê Permanente é o principal órgão de coordenação de todos os programas e prepara as Reuniões de Cúpula e Conselhos de Ministros.

Finalmente, desde julho de 1982, funciona o Secretariado, responsável pela interligação das instituições da SADCC e pela coordenação da execução das tarefas da SADCC.

Entretanto, a coordenação de determinadas áreas de atividades no quadro do Programa de Ação foi entregue aos nove países da SADCC da seguinte forma: Angola — Desenvolvimento e conservação de energia; Botsuana — Controle das doenças animais e pesquisas no âmbito da agricultura; Lesoto — Conservação e aproveitamento dos solos; Malaui — Pescas e florestas; Moçambique — Transportes e comunicações; Suazilândia — Formação de mão-de-obra; Tanzânia — Desenvolvimento industrial; Zâmbia — Minas e Fundo de Desenvolvimento da África Austral; Zimbábue — Desenvolvimento rural e segurança alimentar.

Para levar adiante as tarefas dos seus encargos, esses países recorrem à formação de pequenos grupos para apoio técnico e administrativo.

Ou seja, do que ficou dito atrás, destaca-se a importância da Reunião de Cúpula e, sobretudo, do Conselho de Ministros na definição das prioridades e políticas enquanto que as Comissões Setoriais, o Comitê Permanente e o Secretariado são órgãos executivos.

Anualmente realiza-se uma Conferência da SADCC com os países e organizações financeiras ou potencialmente interessadas em financiar os projetos definidos para os diferentes setores.

O modelo de decisão por consenso salvaguarda as diferenças existentes entre países tão diversificados como são os nove membros que integram essa estrutura supranacional. A estrutura descentraliza-

da adotada tem dado resultados francamente positivos tanto no inter-relacionamento dos países da SADCC como no relacionamento desta com os países financiadores.

A prova de que vem funcionando com operacionalidade é dada pelos projetos realizados ou em vias de conclusão. Mas não é só. O crescente interesse de países e organismos internacionais em negociar e/ou financiar a SADCC resulta sobretudo da credibilidade e confiança que essa organização dá aos seus interlocutores.

Nota-se um esforço contínuo em encontrar o denominador comum dos nove países da SADCC concentrando-se esforços e recursos no essencial e evitando longas e pesadas discussões e debates que pouco concretizam.

Que futuro?

Comparando com anteriores experiências de cooperação na África Austral (como a Comunidade da África Oriental ou a Federação Centro-Africana) não há dúvida que muito se avançou. No entanto os quatro anos da SADCC são pouco tempo para permitir conclusões definitivas.

O maior desafio que a SADCC enfrenta são as ameaças constantes — muitas vezes concretizadas em ações militares — da vizinha República da África do Sul. Impedir a consolidação e desenvolvimento da SADCC tem sido uma meta permanente de Pretória. Porém, ao fim de quatro anos de existência pode-se dizer que algo mudou na África Austral depois de 1980, quando nove países se juntaram para detectar interesses comuns e definir propostas capazes de fazê-los avançar, individual e coletivamente, no sentido da libertação econômica.

A SADCC está apenas no começo. É uma aposta no futuro, um desafio em aberto.

Conferência de Lusaka

Prioridade contra a seca

Quatro anos depois da criação oficial da SADCC, os governos do subcontinente reunem-se de novo na capital zambiana e fazem um balanço moderadamente otimista de sua ação conjunta

Teve lugar em Lusaka, a 2 e 3 de fevereiro último a Conferência Anual da SADCC. Ministros dos nove Estados membros da SADCC reuniram-se nessa ocasião com representantes de 25 governos e 23 organizações internacionais e agências de desenvolvimento.

A Conferência surgiu em um momento crítico da existência desses nove países da África Austral - vários anos de seca, queda acentuada das exportações, crise econômica e o desgaste provocado pelas constantes agressões militares sul-africanas.

A seca e a agricultura constituíram o foco central das preocupações e das atenções, dada a crise aguda a estes dois níveis na região. Foi enfatizada, para o setor da agricultura, a necessidade de serem formuladas políticas mais eficazes e que visem a uma melhoria a curto prazo das condições de vida das populações campesinas.

Já existem vários projetos elaborados para responder aos problemas nesse setor, nomeadamente sobre as carências de bens alimentares, a prevenção de pragas e doenças, a criação de reservas alimentares a nível nacional e regional e, finalmente, para a obtenção de ajuda de emergência.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), por seu lado, deu um parecer favorável para o financiamento de uma parte substancial do projeto de criação do sistema de prevenção de crises em bens alimentares. O valor do projeto é de cerca de 6,4 milhões de dólares, dos quais os governos nacionais africanos cobriram um-terço.

Outro projeto relativo à criação de um sistema regional de informação, que reúna dados científicos, e cujos custos atingem 758 mil dólares, será financiado pelo governo holandês e já teve um apoio inicial da FAO.

Outros projetos incluem a criação de reservas



Agricultura: necessidade de políticas mais eficazes, que melhorem o nível de vida das populações

alimentares, redução de perdas de colheitas, comercialização e estudos sobre a ajuda alimentar. Também já está projetado um estudo de recrutamento e formação de pessoal técnico e profissional. A organização sueca de apoio ao Terceiro Mundo, Sida, propõe-se a financiar este último.

Diversos projetos nacionais com "implicações regionais" serão, de futuro, também estudados. Na realidade, já foram aprovados pela SADCC projetos nacionais de segurança alimentar com implicações regionais num valor total de 110 milhões de dólares, ao lado de projetos regionais num valor de sete milhões de dólares.

Devido à seca e dada a gravidade da situação na



Foto: Ibst

Seca: solução política e econômica

região, os países afetados viram-se forçados a recorrer às ajudas de emergência, apesar de reconhecerem os perigos inerentes a esse tipo de ajuda como elemento gerador de dependência.

As ajudas de emergência requeridas pelos vários países foram (em milhões de dólares): Botsuana, 41.116; Lesoto, 67.500; Malaui, 13.425; Moçambique, 56.781; Suazilândia, 1.074; Zimbábue, 119.600; Zâmbia, 24.912; Tanzânia, 30.357.

Além da ajuda de emergência, o Lesoto, Tanzânia, Zâmbia e o Zimbábue apresentaram propostas que visam resolver ou minimizar a prazo as crises provocadas pela seca, através da implementação de vários esquemas de irrigação e criação de infra-estruturas.

¹ Estes valores não levam em conta as perdas suplementares sofridas por Moçambique e pela Suazilândia, em final de janeiro último, quando um violento ciclone e chuvas torrenciais desabaram sobre os dois países.

Organizações não-governamentais apóiam SADCC

Realizou-se em Lusaka, de 27 a 31 de janeiro de 1984, antecedendo a 5ª Conferência Anual da SADCC, uma conferência internacional que reuniu 34 organizações não-governamentais provenientes de 17 países (Estados Unidos, Canadá e vários países da Europa e da África).

Na conferência intervieram representantes ofi-

No que se refere ao setor dos transportes e telecomunicações, sob a responsabilidade de Moçambique, o balanço apresentado é um dos mais positivos.

Esse setor, considerado prioritário, tem uma comissão trabalhando desde 1981. Segundo um dos responsáveis dessa comissão, a resposta dos países e organizações doadoras tem sido positiva, embora lenta. Os países nórdicos têm sido os principais doadores.

Atualmente, um dos projetos considerados de máxima prioridade é o do porto de Dar-es-Salaam. Outros projetos de relevo no campo dos transportes são os relativos à modernização das estruturas portuárias que servirão Maputo, Beira, Nacala, Lobito e, como já citamos, de Dar-es-Salaam.

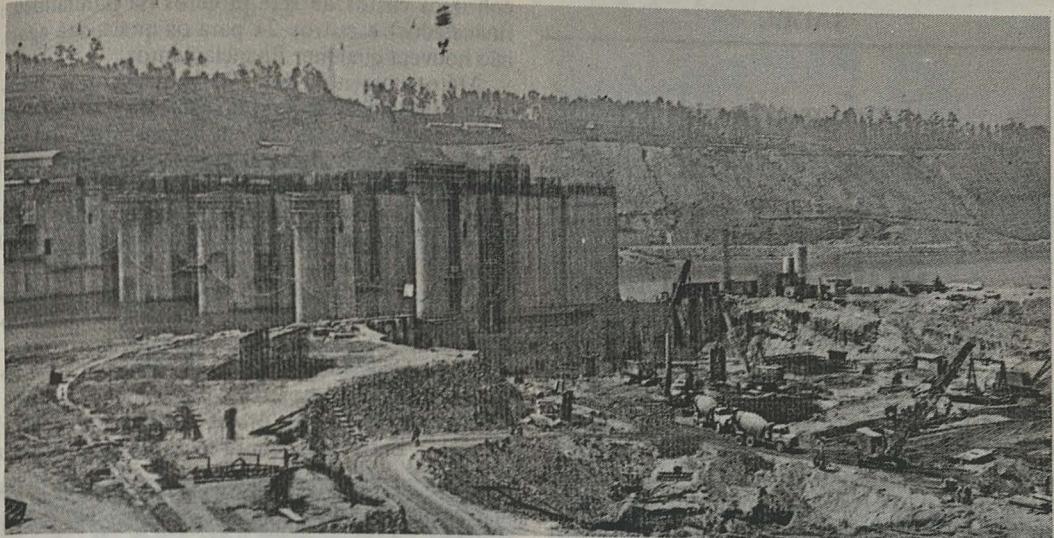
Essa comissão indicou ainda que o comércio de e para a África do Sul deverá aumentar até o ano 2000 cerca de 28%, enquanto que o comércio entre os países da SADCC crescerá cerca de 44% até esse mesmo ano. É uma evolução positiva embora se deva ter em conta que o comércio com a África do Sul ainda é quase quatro vezes superior ao comércio no contexto dos países da SADCC.

O setor da energia, coordenado por Angola, tem em funcionamento desde 1982 uma unidade técnica e administrativa, com sede em Luanda, trabalhando sob direção do ministro angolano. As suas primeiras iniciativas foram dirigidas no sentido da coleta de informação sobre a situação energética a nível regional. Com a assistência técnica belga, Angola realizou um trabalho de pesquisa sobre as fontes e as necessidades de energia, concluído em setembro de 1982. Depois disso, já foi elaborado um conjunto de projetos, quatro destes já tendo recebido financiamento.

Em Lusaka, apesar das dificuldades naturais a um projeto como o da SADCC, vários índices foram apontados como positivos: 1) o fato da criação da SADCC ser conduzida pelos países da região; 2) a SADCC ser hoje um interlocutor na re-

cias da SADCC, do seu Secretariado Permanente e membros dos governos dos países da SADCC.

Visando permitir às organizações não-governamentais terem acesso a informações sobre projetos e políticas de desenvolvimento em curso pela SADCC, facilitar a identificação de possibilidades de apoio aos seus objetivos e promover um melhor conhecimento, junto aos países doadores, do desenvolvimento da situação na África Austral e o papel da SADCC, a Conferência constituiu um marco positivo na relação das organizações não-governamentais presentes com os nove países da região.



A política energética, no quadro da SADCC, é coordenada por Angola. Acima, a represa de Crestuma

gão reconhecido pelas instâncias e organizações internacionais, das Nações Unidas à CEE (Comunidade Econômica Europeia); 3) que através do diálogo permanente entre os nove países se tenha aprofundado o conhecimento mútuo, a muitos níveis, tendo-se criado uma forma de trabalho em conjunto, que tende a consolidar-se; 4) que apesar da batalha da SADCC ser fundamentalmente econômica, foram definidas posições políticas de princípio face à República da África do Sul: denúncia do *apartheid*, das ações de desestabilização na região etc.; 5) que a SADCC poderá ser ainda uma contribuição positiva para o desenvolvimento do chamado diálogo Norte-Sul.

Mas isso não significa que não tenham sido manifestadas críticas ou apreensões diversas quanto

ao processo em curso. Se por um lado, os objetivos da SADCC são amplamente aceitos, por outro, as possibilidades de realização e o futuro deste projeto de cooperação regional levantam alguma controvérsia junto de alguns setores. Para os críticos, o "processo" estará demasiado dependente (financiamentos, assessoria técnica etc.) dos Estados Unidos e dos países da Europa Ocidental.

No entanto, essas críticas não parecem encontrar outra resposta senão a de que a acumulação interna de capital a realizar e a capacidade técnica a surgir nos nove países do SADC é necessariamente um processo de crescimento muito lento, não respondendo às necessidades imediatas de desenvolvimento. A SADCC é um projeto de longo prazo e essa perspectiva foi confirmada em Lusaka. ●

Vinte e cinco governos presentes em Lusaka

Governos: Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Dinamarca, Egito, Espanha, Estados Unidos da América, Finlândia, França, Grécia, Grã-Bretanha, Holanda, Índia, Irlanda, Itália, Iugoslávia, Japão, Noruega, Portugal, República Democrática Alemã, República Federal da Alemanha, Romênia, Suécia, Suíça.

Organizações Internacionais e Agências de Desenvolvimento: Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Banco Árabe para o Desenvolvi-

mento Econômico da África (Badea), Secretariado da Comunidade Britânica, Comissão Econômica para a África, Comissão das Comunidades Europeias, Banco Europeu de Investimento, FAO, Centro Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento, Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, Organização Internacional do Trabalho, Centro de Comércio Internacional, Fundo do Kuait, Organização de Unidade Africana (OUA), Birô do Secretário Geral das Nações Unidas, Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (Unctad), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), Unesco, Banco Mundial, Conselho Mundial da Alimentação, Programa Mundial Alimentar, Onudi, Organização Internacional Red Locust.

Transportes e Comunicações: Um setor vulnerável

Foi, desde a constituição da SADCC, considerada a área estratégica do desenvolvimento dos países e povos da África Austral. Na declaração de Lusaka de 1980, "Rumo à libertação econômica", (texto que consagra o surgimento da SADCC) reflete-se claramente a importância que os chefes de estado dos 9 países membros atribuíam ao desenvolvimento da rede de transportes e comunicações entre os seus territórios.

A experiência posterior demonstrou até que ponto as rodovias, as estradas de ferro e os terminais portuários eram vulneráveis às agressões armadas desencadeadas pelo regime do *apartheid* e pelos bandos a seu soldo. Os portos de Moçambique (particularmente o da Beira), as rodovias e linhas férreas que ligam a costa do Índico aos países do interior passaram a se tornar alvo preferencial dos atos de banditismo da autodenominada "Resistência Moçambicana". Enquanto isso, do outro lado do continente, as rodovias do sul e centro de Angola e a estrada de ferro de Benguela passavam a ser constantemente atacadas pela Unita. Todas essas ações inseriam-se numa mesma estratégia, delineada e financiada a partir da África do Sul.

A coordenação do setor pertence a Moçambique, função até aqui desempenhada com "competência e dinamismo", como se referem habitualmente dirigentes de várias organizações internacionais que cooperam com a SADCC.

Até o momento, foram aprovados 112 projetos na área dos transportes e comunicações, tendo sido a sua aprovação antecipada pelos sempre indispensáveis estudos de viabilização técnica e econômica. O custo total desses projetos é orçado em 2,85 bilhões de dólares, encontrando-se o financiamento inteiramente assegurado para 29 deles e parcialmente para outros 26.

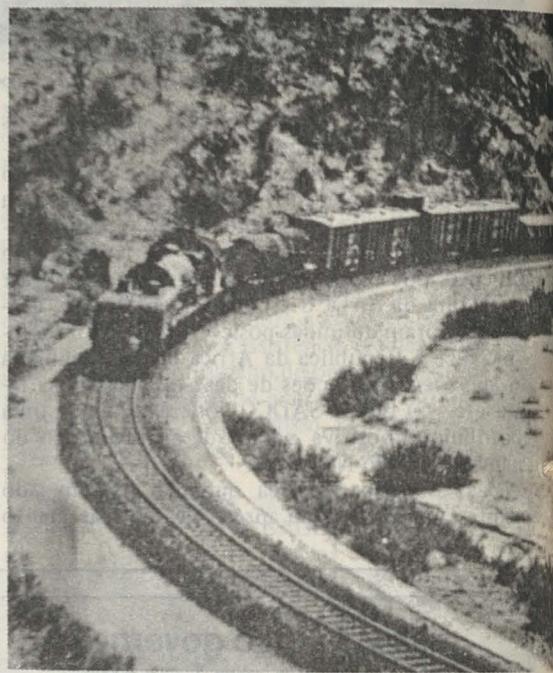
O montante do financiamento já desbloqueado por governos estrangeiros e agências internacionais eleva-se a 678 milhões de dólares (24% do custo orçado dos 112 projetos), decorrendo na fase atual negociações com vistas à concessão de uma outra "fazenda" de 452 milhões de dólares (o que significa mais 16% do total). Essa importância destina-se a

cobrir os custos de sete projetos (já parcialmente financiados) e outros 21 para os quais, até agora, não houvera qualquer financiamento.

Até o momento, dos 112 projetos que constituem o programa de ação no setor de transportes e comunicação, apenas 36 não viram ainda descongelados os meios financeiros que permitam o seu arranque.

Do total do custo de investimento, são as estradas de ferro que absorverão a maior "fazenda" (879 milhões de dólares), seguindo-se, por ordem decrescente, a rede de estradas (826 milhões), instalações portuárias e transporte de água (661), telecomunicações (277), aviação civil (100) e, finalmente, a coordenação técnica-administrativa e a formação de técnicos com apenas 12,2 milhões de dólares.

Durante 1983 vários projetos passaram do papel "à obra". Entre eles, conta-se a primeira fase da



Transporte e comunicações: um setor estratégico

reabilitação da estrada de ferro Nacala/Entre-Lagos (ver entrevista com o ministro das Relações Exteriores português) e a construção do Aeroporto Internacional de Maseru (Lesoto).

Durante o corrente ano, já tiveram início, ou serão iniciados em breve, os trabalhos no porto de Dar-es-Salaam, a reabilitação de um trecho da linha férrea da rede do Botsuana (em colaboração com a agência sueca Sida e com o governo da República Popular da China), bem como a instalação do terminal de containers do porto de Nacala (Moçambique).

Energia: Um consumo dependente do petróleo e da lenha

A coordenação desse setor foi atribuída ao Ministério da Energia da República Popular de Angola que constituiu uma pequena unidade administrativa e técnica de trabalho permanente.

Já sob a coordenação e orientação de Angola, foi empreendido um profundo levantamento entre todos os Estados membros da SADCC tanto das suas necessidades energéticas, presentes e futuras, como do potencial que cada um explora ou poderá vir a explorar. Esse trabalho de inventário — que contou com assistência da Bélgica — permitiu a elaboração de 14 projetos que vão desde a utilização do carvão, ao fornecimento de eletricidade e ao aproveitamento de novas fontes de energia.

Esses projetos, apresentados durante a conferência de Lusaka, dividem-se, fundamentalmente em quatro espécies de categorias:

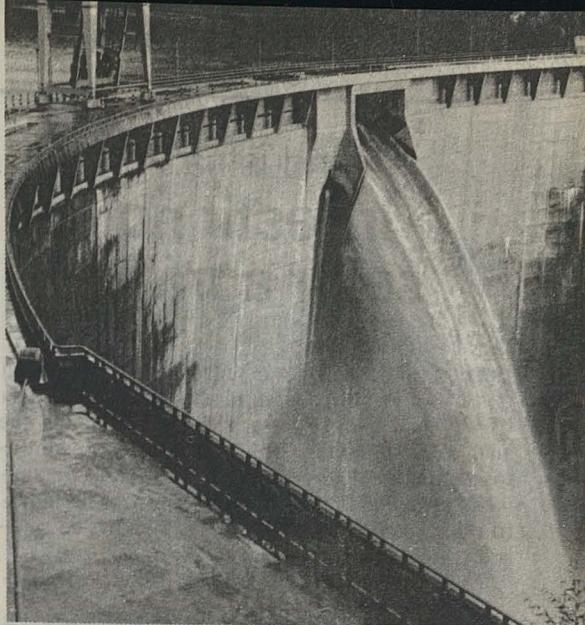
Coordenação — Com este projeto procura-se estabelecer um sistema permanente de informação e coordenação entre os Estados membros da SADCC.

Petróleo — Já foi concluída uma pesquisa preliminar sobre a auto-suficiência da região no abastecimento de produtos derivados do petróleo, pretendendo-se, agora, levar adiante os estudos de viabilização sobre a otimização das capacidades das refinarias existentes, o abastecimento — fundamentalmente baseado no petróleo angolano — e o desenvolvimento da rede de distribuição e da capacidade de armazenamento.

Carvão — Existem dois projetos neste setor: com o primeiro, pretende-se analisar o potencial exportador da região; por meio do segundo, as possibilidades de conversão do carvão existente, principalmente em combustível.

Eletricidade — Já existem sete projetos aprovados: quatro estão relacionados à ligação das redes entre o Botsuana e Zâmbia; Botsuana e Zimbábue; Moçambique e Suazilândia; e Zâmbia, Malaui e Tanzânia. Os outros três projetos cobrem a eletrificação

R. Faria



A represa de Cabora Bassa, em Moçambique

cação rural; a medição do caudal do alto Zambeze, em Angola, e a formação e especialização de quadros no campo da energia elétrica.

Novas e renováveis fontes de energia — Neste campo há três áreas para as quais os membros da SADCC procuram financiamento e apoio: racionalização e poupança energética a nível da indústria, energia solar e do vento.

Apesar das diferenças de país para país, a demanda de energia na região é ainda extremamente baixa. Em 80/81 foi estimada em um equivalente a 0,157 toneladas de petróleo per cápita para as energias comerciais (eletricidade, derivados do petróleo, carvão etc.) e 0,457 toneladas no caso do consumo de lenha (o que representa ainda dois terços das necessidades de energia da região, utilizada com fins domésticos).

No que diz respeito à eletricidade, trata-se ainda de uma fonte de energia relativamente cara na região. Ela é distribuída regularmente a apenas 25% da população total dos países que integram a SADCC.

O uso do carvão para produção de energia encontra-se, a nível da SADCC, ainda em estado embrionário, mesmo nos países que possuem no seu subsolo importantes reservas.

No que se relaciona ao petróleo, principal fonte de energia utilizada na região, logo a seguir da lenha, constata-se que só Angola é auto-suficiente em petróleo e seus derivados. Todos os outros países membros da SADCC são importadores do cru. Essa dependência é responsável pelo equilíbrio de alguns balanços de pagamento de países da África Austral.

Indústria: Investir no setor agrário

Acoordenação do desenvolvimento industrial foi atribuída à Tanzânia, cujo Ministério da Indústria é assessorado por uma equipe que analisa a viabilidade técnico-econômica dos projetos e participa da preparação dos trabalhos preliminares às reuniões do Comitê de Ministros da Indústria dos Estados membros ou das reuniões de cúpula da SADCC.

Na Conferência de Chefes de Estado e de Go-



Gamma

Indústria: ajustá-la aos padrões do Terceiro Mundo

Agricultura e alimentação: Prioridade máxima

As secas que atingem duramente quase todo o continente africano têm levado os países membros da SADCC a atribuir, cada vez mais, uma maior atenção a esse setor. Embora um dos objetivos explícitos da SADCC seja o desenvolvimento da industrialização, o problema básico das economias dos países integrantes da organização continua a ser o da produtividade da terra, a extensão e racionalização de culturas adequadas às

verno da SADCC que decorreu em janeiro do ano passado, em Maseru, foram apresentados 88 projetos, dos quais 74 receberam "sinal verde" para avançar.

O custo total de investimento dos 88 projetos (que vão desde a instalação de novas unidades industriais, à recuperação e ampliação de unidades já instaladas ou à formação e especialização de pessoal e quadros) é avaliado em cerca de 1,5 bilhão de dólares, sendo cerca de 18,5% desse montante assegurado regionalmente e a parte restante (81,5% ou 1,25 bilhão de dólares) financiada por países estrangeiros e organizações internacionais.

O programa de industrialização que os países da SADCC pretendem implantar se baseia fundamentalmente no setor primário, sobretudo na agricultura. Optou-se pelo aproveitamento e transformação dos produtos da terra como primeiro passo para uma industrialização em vez das indústrias pesadas ou de ponta, de tecnologias mais complexas e muitas vezes desajustadas aos padrões de desenvolvimento do Terceiro Mundo.

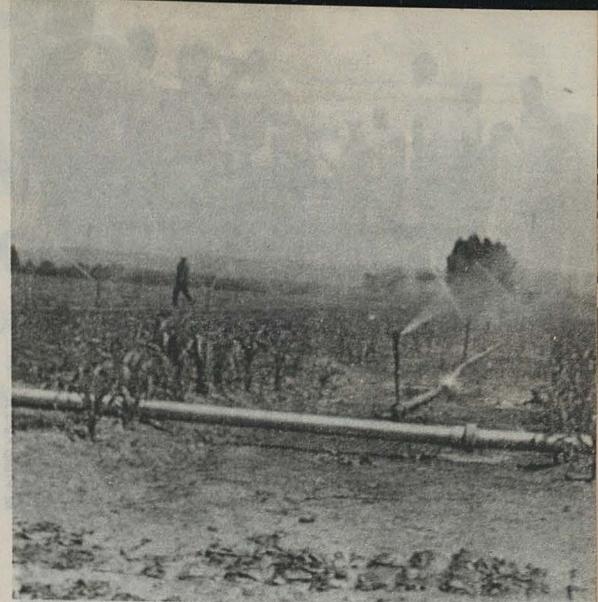
E optou-se pela agricultura não só como setor de matéria-prima para transformação, mas também como mercado preferencial à colocação dos produtos industriais. Cerca de 48% do custo total de investimento para industrialização (732,11 milhões de dólares) vai para a instalação de novas fábricas de fertilizantes ou para o aumento de capacidade ou recuperação das unidades já instaladas.

As dimensões do mercado (do Índico ao Atlântico) que os países da SADCC vão constituir no futuro determinarão a implantação de indústrias numa escala acertada. As indústrias serão dimensionadas à medida desse mercado potencial regional e não só aos limites geográficos de cada um dos Estados membros.

características dos terrenos, a busca em criar e conservar excedentes na produção para diminuir a dependência do exterior e prevenir situações de emergência como as ocorridas após a grande seca de 82/83 e as graves inundações de princípios de 1984.

A produção de 82/83 foi uma das piores, devendo fundamentalmente aos efeitos da seca, que não poupar o próprio Zimbábue, tradicionalmente considerado como o celeiro da região.

A seca que atingiu o Botswana, Lesoto, Malauí, Moçambique, Suazilândia e Zimbábue foi avaliada num prejuízo de 920,9 milhões de dólares, dos quais cerca de 575 milhões resultantes do colapso da produção agrícola. É de se assinalar que esses números não levam em conta os efeitos provocados pela seca no comércio e na indústria que dependia do setor agrário. Essa situação de emergência trou-



A irrigação e a correta distribuição de água favorecem a luta pela auto-suficiência alimentar

mais e Pesquisa agrícola (Botsuana); Pescas e fauna selvagem (Malaui); Conservação da água e dos solos e utilização da terra (Lesoto).

Em busca da auto-suficiência alimentar

O desenvolvimento rural e a segurança alimentar, entregue à coordenação do governo do Zimbábue, se baseia fundamentalmente em nove projetos, apresentados em 1980 durante a conferência de cúpula de Maputo. O andamento regular dos projetos viu-se prejudicado pela mobilização de recursos para combater os efeitos da seca.

Além da existência de três comitês técnicos consultivos (que dão assessoria a todos os setores ligados à área de desenvolvimento regional) o Zimbábue decidiu criar um pequeno organismo administrativo que centraliza e coordena todo o programa de segurança alimentar regional. Este organismo, que conta com financiamento e apoio técnico do governo australiano, tem provado a sua utilidade organizando encontros de técnicos onde são estudados todos os aspectos dos projetos em análise.

Os objetivos da SADCC no campo da segurança alimentar são fundamentalmente os seguintes:

a) "satisfazer as necessidades básicas em alimentação de toda a população da região; melhorar progressivamente a sua dieta alimentar independentemente da sua situação econômica e do seu lugar na sociedade";

b) "atingir a auto-suficiência alimentar de cada Estado membro com vistas a libertar a região das amarras que a presente situação impõe ao seu desenvolvimento"; e

xe para o primeiro plano essa área de desenvolvimento regional, com especial atenção para a segurança alimentar.

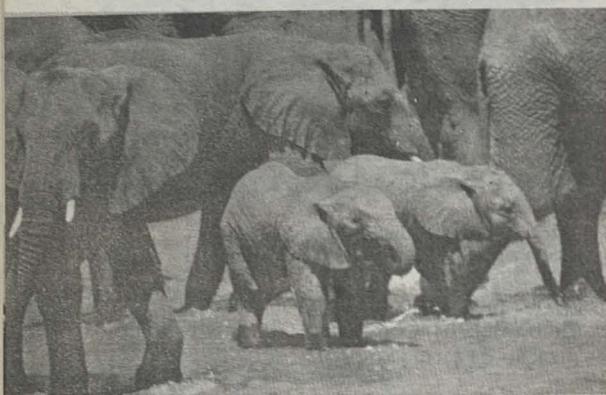
Para se compreender a extensão e gravidade da situação, basta dizer que os países membros da SADCC solicitaram uma assistência internacional no montante de 301 milhões de dólares, 150 dos quais se destinam a ser gastos no exterior na compra de produtos essenciais para combater a fome e a subnutrição.

Mais do que nenhum outro, o setor agrícola dependerá dos progressos realizados no terreno da educação e formação, não só de quadros técnicos médios e superiores, como a nível de campanhas de sensibilização junto aos camponeiros. Um setor de articulação, cujo desenvolvimento dependerá em larga medida, das condições que forem criadas, por um lado, na adaptação de culturas adequadas, seleção e fornecimento de sementes, adubos e utensílios agrícolas, e, por outro na transação de produtos com os camponeiros.

A agricultura e a alimentação estão divididas na SADCC nos seguintes setores, cada um dos quais coordenado por um Estado membro: Segurança alimentar (Zimbábue); Controle das doenças ani-



O Malaui coordena os estudos sobre pesca e fauna selvagem



M. Philip Kahl Jr.

c) "eliminar a cíclica falta de alimentação que atinge vastas áreas da região ou vários países membros, o que além das catastróficas consequências sociais reforçam a dependência e o subdesenvolvimento".

Controle das doenças animais

A coordenação do setor foi entregue ao Botsuana. Constatou-se que a *rinderpest* constitui a principal ameaça ao enorme potencial que a região apresenta na criação de gado. Foi aprovado um projeto para dar combate à doença na Tanzânia, onde foi detectada com perigos evidentes de alastramento aos outros países, tendo sido orçado em 11 milhões de dólares, cuja primeira parte já foi financiada pela CEE.

Encontram-se também já em implementação campanhas de controle e combate à febre aftosa tanto no Botsuana, como na Zâmbia e Zimbábue. Durante a recente conferência de Lusaka foi apresentado um programa no sentido de estender a campanha à zona fronteiriça entre Malaui, Zâmbia e Tanzânia, bem como a instalação de um banco de vacinas que pudesse dar resposta às necessidades sentidas por todos os países da SADCC.

Em conjugação com a FAO, está sendo criada uma escola de formação de inspeção de carne e de controle da mosca tsé-tsé.

Pesquisa agrícola

A coordenação está igualmente a cargo do governo do Botsuana. Em colaboração com o Instituto Internacional de Investigação Agrícola para as Zonas Semi-áridas Tropicais (Icrisat) foram aprovados quatro projetos que poderão trazer resultados muito positivos: a) para o aproveitamento do solo e a utilização da água. O projeto é avaliado em 11 milhões de dólares e deverá ser financiado pela Grã-Bretanha e outros países; b) programa regional de produção extensiva de sorgo e milho-painço. Conta com a assistência técnica do Icrisat e é avaliado em 16,4 milhões de dólares, 14,8 dos quais estão em princípio assegurados através de convênio assinado entre o Zimbábue, Icrisat e Usaïd; c) programa de intensificação da produção de cereais e hortícolas. Está em fase final de estudo em colaboração com a Cooperação para o Desenvolvimento da África (CDA — Grã-Bretanha, Estados Unidos, França, Itália, Bélgica, Canadá e Alemanha Federal). Ainda não foi avaliado o custo total do programa; e d) Centro da África Austral para a Cooperação na Investigação Agrícola. O estudo já foi completado (com a ajuda da Usaïd) e apresentado durante o Conselho de Ministros da SADCC em Maseru. O projeto está orçado em 5 milhões de dólares para um período de 5 anos. A Usaïd comprometeu-se a participar com 1,5 milhão.

Pesca e fauna selvagem

Foi a partir da conferência de Harare, em 19 de julho de 81, que a coordenação do setor foi entregue ao governo do Malaui. No campo das pescas foram aprovados quatro projetos atualmente em fase de captação de interesse junto a governos e agências internacionais potencialmente financiadores. São eles: a) investigação dos recursos piscatórios do lago Niassa; b) estudo da capacidade de captura, transformação e comercialização de peixes na região; c) estudo das potencialidades piscatórias no lago Kariba (Zâmbia e Zimbábue); e d) estudo da viabilidade da transformação e conserva do pescado (materiais e equipamentos).

Além destes quatro projetos, o trabalho tem se desenvolvido no sentido de vir a concretizar um centro regional de formação no campo das pescas e um banco regional de dados e informações para a África Austral. Um quinto projeto foi apresentado recentemente sobre possibilidades piscatórias no Botsuana.

A SADCC não conseguiu até agora que os países e agentes internacionais mostrassem interesse em financiar os projetos relacionados com a inventariação, conservação e exploração da fauna selvagem. Novos esforços estão sendo feitos nesse sentido.

Fugir ao cerco sul-africano

Desde á sua criação, a SADCC é hostilizada pelo regime sul-africano que vê no projeto uma alternativa ao desenvolvimento dependente de Pretória

Em 1979, logo depois de noticiada a constituição da SADCC e os seus objetivos, a diplomacia de Pretória reagiu com a seguinte declaração: "Apesar do impressionante nível de participação de Estados industrializados e de organizações e agências internacionais na abertura oficial da SADCC, trata-se de um projeto irrealista (*economically unconvincing venture* era, então, a expressão utilizada...) que prevê a realização de despesas no valor de 1,5 bilhão de dólares em projetos infra-estruturais num período de dez anos".

"(...) Uma vez que os Estados participantes vêm, há anos, falando na necessidade de diminuir a sua dependência em relação à África do Sul e tentando aumentar o seu relacionamento em termos económicos sem qualquer sucesso, é fácil compreender que estamos diante de um projeto político, visando reunir fundos internacionais que não seria possível reunir de outro modo". A reação sul-africana mostrava assim claramente o desagrado pela constituição de uma opção alternativa ao desenvolvimento dependente de Pretória.

Projetos propostos pelos sul-africanos

Em 1964, e seguindo um pouco o que se passava na Europa, o primeiro-ministro Vorster propõe o que designa por "mercado comum" da África Austral, estendendo-se do Cabo até o rio Zaire. A esse projeto Lisboa respondeu com certo receio, levando em conta a concorrência que a África do Sul poderia representar para Portugal. Nesse mesmo ano, Salazar disse numa entrevista a um jornal sul-africano: "Felizmente a idéia de que a África Austral é uma região específica, com a sua individualidade, que a separa e a diferencia do resto do continente, vai progredindo. Ao sul da linha constituída pelo rio Zaire e pelo Rovuma, há um complexo de países e territórios, com características económicas próprias e cujos problemas têm pouco em comum com a outra África".

A crise da Rodésia (atual Zimbábue), o corte de

Gamma



Vorster: desagrado pela constituição de uma opção alternativa ao desenvolvimento dependente de Pretória

relações com a Zâmbia, o avanço da guerra em Moçambique tornaram o projeto dificilmente realizável. Esse projeto só viria a ser rediscutido em 1969 com uma situação internacional favorável: Nixon nos EUA, e uma nova administração portuguesa mais liberalizante em termos de investimento estrangeiro. O projeto apoiava-se no conceito de *co-prosperity sphere*, e tem o incentivo de homens "liberais" sul-africanos, que hoje voltam a ser falamados, a propósito das aproximações em relação a Maputo e Luanda: Anton Rupert (transnacionais do tabaco) e Harry Oppenheimer (mineração).

O projeto não foi lançado isoladamente mas foi acompanhado de um esforço de neutralização da África independente. Esse objetivo ainda que camuflado, perdura até os nossos dias. "Diálogo" e *détente* tornaram-se o jargão da diplomacia de Pretória. A aposta não caiu "em saco furado". Em 1971, a reunião plenária da OUA chegou mesmo a

discutir a vantagem de relações econômicas e diplomáticas com a África do Sul.

A guinada em 1974 – a independência de Angola e Moçambique – levou naturalmente a uma revisão da política externa sul-africana. Um distanciamento político entre os novos países e o seu vizinho reforçou a preocupação de incentivar as ligações econômicas, a formação de um bloco comercial. Logo no final de 1974, um dos teóricos do mercado comum africano, P. D. Villiers, professor do Centro de Estudos Africanos em Pretória afirmava: “É preciso mudar, se pretendemos manter de pé o essencial no que se relaciona à presença branca na África Austral. Poderemos consegui-lo, acima de tudo, através da cooperação regional nas esferas econômica, técnica e educativa”. E isso era um passo na opinião do professor, uma vez que, “não se duvida, são muitos os africanos no país que pensam que a independência de Moçambique é o fruto do uso da força e podem ficar tentados a importar os métodos”.



O presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda

Em novembro de 1974, o primeiro-ministro sul-africano John Vorster encontra-se com o presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda e transmite a mensagem que permanecerá uma constante: “A África do Sul enfrenta dois problemas. O primeiro relaciona-se com o futuro econômico de toda a região. O segundo chama-se *apartheid*. Normalizemos, numa primeira fase, as relações de cooperação econômica. Depois de restabelecida a confiança, poderá se iniciar uma liberalização no que se refere à política racial”. E, em 1979, alguns meses antes da criação da SADCC, a África do Sul lançou o projeto Consas. Depois de uma reunião com empresários, o governo de Pretória lança a estratégia da “Constelação de Estados”, para “promover a paz e o progresso” na África Austral. A exemplo

das zonas de comércio livre, pretende criar, a nível de África Austral, um mercado regional que embora formalizado evitasse qualquer tipo de engajamento político. Em 1980, o projeto consolidava-se com a participação dos bantustões, a criação de um Banco de Desenvolvimento da África do Sul e a nomeação de um coordenador para os assuntos do Consas que acumulava com as funções de governador adjunto do *Reserve Bank SA*.

Enquanto a África do Sul lançava a desconfiança sobre a viabilidade do projeto da SADCC, consolidava o Consas. Por exemplo, em 1983, é criado o Banco de Desenvolvimento da África Austral. O banco dispõe anualmente (e até finais de 1988) de uma capacidade de empréstimo de um bilhão de dólares. Fazem parte dessa instituição, República da África do Sul e os bantustões do Transkei, Venda, Ciskei e Bophuthatswana.

Relações bilaterais ou persistência do subsistema?

Em 1926, um dos portugueses de Moçambique que mais se bateu por uma autonomia da colônia relativamente à África do Sul, especialmente no setor do trabalho e que classificava de traição o acordo luso-sul-africano de 1928 – o latifundiário Eduardo Noronha – escreveu: “Sempre que tenho que me referir a Lourenço Marques, em qualquer ramo da atividade humana, é imprescindível abranger todos os outros países existentes ao sul da África.

“Mau grado os antagonismos de raça, a divergência nos fins políticos, a diferença de velocidades no desenvolvimento material e intelectual dos diversos Estados, a verdade é que a maior parte deles, se exceptuarmos uma certa área do território português, formam uma espécie de federação comercial (...”).

Esse fato que era um dado em 1926, foi-se consolidando e aprofundando em todos os níveis.

E hoje, ao sul do rio Zambeze, poderemos tipificar em relação à África do Sul, três casos de dependência econômica: a dos Estados “reféns” – Botsuana, Lesoto e Suazilândia –, ligados por razões de ordem geográfica imperiosa na realidade sul-africana, integrando uma União Aduaneira, dominada por Pretória; a dos Estados, como Moçambique, Malauí, Zimbábue, que viram crescer durante os anos 60 e 70, em torno de uma união ideológica, as relações comerciais e de interdependência na área dos transportes, investimentos e trabalho migratório. E finalmente, o caso da Zâmbia, que vem, desde a independência, tentando, de forma por vezes dramática, libertar-se da dependência do subcontinente.

A nível dos “reféns”, vejamos o caso, por exemplo, do Botsuana. Tudo o que se come ou se veste

vem diretamente da África do Sul e é vendido através de cadeias de supermercados e centrais sul-africanas. Do maior armazém (John o'Ar, Frazers, Metro, nomes igualmente conhecidos em toda a África Austral), até a pequena empresa de construção, tudo é controlado por sul-africanos. Noventa por cento das importações do país em 1981-1982 vieram da África do Sul. Cerca de 7,5% da mão-de-obra do país está nas minas sul-africanas.

Na África Austral ninguém desconhece que os três Estados "reféns" são o elo fraco da SADCC. "Não se pode pedir aos governantes o suicídio coletivo dos seus povos" diria o ex-presidente Seretse Khama do Botsuana, quando alguns dirigentes de países distantes lhe solicitavam medidas drásticas. Com reservas de petróleo para apenas um dia, o Botsuana não poderá ter a veleidade de solicitar o bloqueio petrolífero da África do Sul, que o iria atingir em força.

Natural também que para o Botsuana se tenha transferido a maior parte das empresas sul-africanas de *import/export* com objetivo de controlar os mercados de sobressalentes, máquinas, tecnologia da SADCC.

É por aí, aliás, através da remota passagem de Kasone, que a mais importante parte desse comércio se processa. Verdadeira *frontier city* ("cidade fronteiriça") de deserto, ligada por uma barcaça à Zâmbia, Kasone vê passar em direção aos vizinhos do norte uma média diária de 35 caminhões TIR que se destinam a mercados tão longínquos como o Zaire, Malaui e Quênia.

O caso moçambicano

Em 1983, um órgão da imprensa de Maputo, os "Estudos Moçambicanos", considerado como veículo do pensamento da presidência e do Ministério de Estado da presidência, adiantava que o projeto SADCC não funcionava no vácuo e que era preciso levar em conta as realidades regionais. Dizia em essência: "se, para atender às carências alimentares da nossa população, tivermos que recorrer à compra de cereais em condições econômicas e rápidas, teremos de fazê-lo na África do Sul". E o artigo prossegue afirmando que isso estava acontecendo principalmente no ano em questão. E o mesmo acontecerá, por exemplo, em 1980, com a compra extraordinária de grande quantidade de tecido para vestir a população moçambicana.

Moçambique sempre reconheceu que os "vizinhos não se escolhem", particularmente quando existem relações econômicas tão estreitas, nas áreas comercial, investimentos no setor industrial e agrícola, infra-estruturas de transportes, e receitas provenientes de mão-de-obra migratória.

Basta lembrar que, em 1973, Moçambique



Aspecto da SADCC-2, em Harare (Zimbábue)

adquiria na África do Sul 20,3% de todas as importações, exportando para aquele país 9,4% da sua produção. De janeiro a dezembro de 1979 (ano particularmente dramático no relacionamento entre os dois países), Maputo importou da África do Sul 14,4% da totalidade das suas importações. Nesse mesmo ano, encaminhou para a África do Sul 4,9% das suas exportações.

Desde a década de 40, mais ou menos 65% das receitas do Produto Nacional Bruto (PNB) provêm do setor terciário, o que, menos eufemisticamente, se reduz aos seguintes serviços: uso do porto de Maputo (ex-Lourenço Marques), 47,5% das importações da zona do Transvaal utilizavam essa via; mão-de-obra para as minas do Rand (cerca de 100 mil trabalhadores anuais) e turismo.

Como diria a Frelimo num comunicado em 1981: "Se a ONU impusesse sanções eficazes (à África do Sul) envolvendo os países capitalistas, Moçambique respeitaria esse embargo. Simplesmente, sem um compromisso dos países ocidentais não o fará, até porque o comércio com a África do Sul é, em termos de Pretória, insignificante, se comparado, por exemplo com o comércio África do Sul-Estados Unidos".

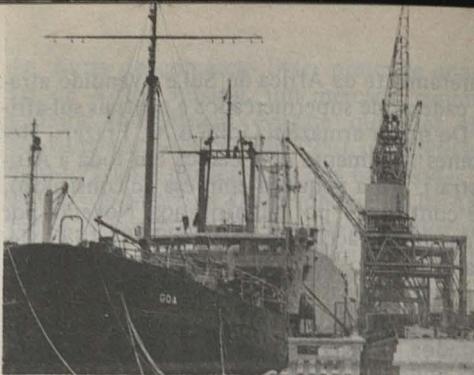
O cerco

"Os países não escolhem os vizinhos", mas há má e boa vizinhança. A África do Sul tentou com o Botsuana desde 1966, e com as ex-colônias portuguesas e Zimbábue a partir das respectivas independências, controlar as suas economias. Usando a política do "açúcar e do chicote" nas relações bilaterais (vendendo mais a preços muito baixos, dificultando o envio de sobressalentes, mas renovando o capital das empresas ou propondo novos e vantajosos investimentos etc.) ou apostando na desestabilização política e militar. Interessa-lhe também esvaziar de conteúdo o projeto SADCC em tudo aquilo que signifique "redução da dependência econômica" e "reforço de laços para criar uma integração regional equitativa e genuína".

E tenta fazê-lo, fundamentalmente, por dois meios: pelo acesso indireto à SADCC através de outros países onde tem um peso muito grande como o Malaui e o Botsuana. Vejamos um exemplo claro: aproveitando-se do fato de Lilongwe, capital do Malaui, ser a sede da SADCC relativamente à coordenação das pescas, Pretória instalou nessa cidade representações das suas principais empresas ligadas ao setor. Também em Gaberones existem importantes representações das empresas sul-africanas de *import/export*.

E a outra forma usada para impedir o "reforço de relações regionais" tem sido o apoio aos movimentos contra-revolucionários em Moçambique, Angola e Zimbábue. A série de ataques à linha férrea e ao oleoduto Beira-Zimbábue, ao tornar inviável a utilização do porto da Beira, garantiu que o escoamento e exportação do Malaui, da Zâmbia e do Zimbábue continuassem a usar quase exclusi-

Beatriz Bissio



O porto de Maputo: um polo de escoamento dos produtos regionais

vamente os portos sul-africanos. Por vezes, a própria circulação entre o norte e o sul de Moçambique teve que se fazer através do sistema ferroviário sul-africano e a ligação Beitbridge. E aí também, dentro dos moldes impostos pelos donos da casa. •

EUA contra projetos regionais

A regra de ouro da administração Reagan no relacionamento com a África Austral tem consistido em preferenciar as relações bilaterais, atribuindo um papel secundário a qualquer tipo de cooperação regional. Nos documentos oficiais norte-americanos sobre o subcontinente austral apenas "de passagem" se fala na SADCC. Esse papel secundário confirma-se nos trabalhos de Chester Crocker, tais como *U. S. interests in Africa* ou *A regional strategy for Southern Africa*.

No entanto, o apoio norte-americano em termos bilaterais também não tem sido muito animador. Segundo dados oficiais fornecidos pelo Congresso a situação é a seguinte:

	1980	1981	1982	1983	1984
	(milhões de dólares)				
Angola	4,9	1,1	1,1	0,4	—
Botsuana	18,3	14,4	11,8	11,1	10,0
Lesoto	17,7	18,0	18,7	19,6	40,2
Malaui	5,1	11,4	12,3	7,6	10,0
Moçambique	17,5	8,1	11,5	0,6	—
Suazilândia	7,6	7,9	7,5	7,2	8,0
Tanzânia	28,2	26,7	25,1	17,7	8,0
Zâmbia	43,0	30,1	30,0	22,0	20,0
Zimbábue	24,7	25,0	75,0	75,0	75,0

¹ Migalhas..., 30 milhões de dólares não é nada!...



Portugal face à SADCC

A posição de Lisboa diante do projeto

O ministro das Relações Exteriores português, Jaime Gama, afirma que o seu país está interessado em participar ativamente da SADCC.

Que tipo de cooperação Portugal tem com a SADCC?

— A participação de Portugal no âmbito da SADCC ocorreu desde a reunião de Blantyre (1981) e tem se revestido nos dois últimos anos de características de representação governamental a nível de secretário de Estado. Portugal lidera um dos projetos mais importantes, já em execução: a recuperação da linha férrea Nacala/Entre-Lagos e que envolve, numa ação de cooperação multilateral, a França e o Canadá, com um investimento global da ordem dos 200 milhões de dólares. O financiamento português para a 1^a fase é de cerca de 37 milhões de dólares.

Outros projetos assumidos diretamente pela cooperação portuguesa são os relativos ao estudo de recuperação e expansão das unidades de fabricação de pesticidas e inseticidas, quer para Angola, quer para Moçambique. Eles representam, no conjunto, cerca de 240 mil dólares e podem abrir boas perspectivas à atividade empresarial portuguesa no setor.

Finalmente, Portugal encontra-se em negociações com terceiros países com vistas à realização tripartite de projetos ligados aos setores da energia (centro de formação profissional na área hidrelétrica, a ser instalado em Angola), da agricultura (estabelecimento de um centro de zootecnia, na Zâmbia; estabelecimento de uma rede de armazenagem de segurança alimentar e produção de sementes de amendoim e sorgo, em Moçambique) e, ainda, da indústria de sal (recuperação das salinas de Mambone, em Moçambique).

Na área sócio-cultural, científica e tecnológica, participamos desde 1983 no projeto — estudo consultivo nº 5 relativo ao problema da equivalência de estudos nos países da SADCC. Dois técnicos portugueses ocupam-se dos países de língua portu-

guesa e quatro norte-americanos dos restantes países.

Portugal tem apoiado a SADCC no seu conjunto, ou apenas os dois membros de expressão portuguesa?

— Portugal, por razões históricas e pelos laços que o unem à República Popular de Angola e à República Popular de Moçambique, dedica especial atenção aos problemas ligados àquela região do continente africano.

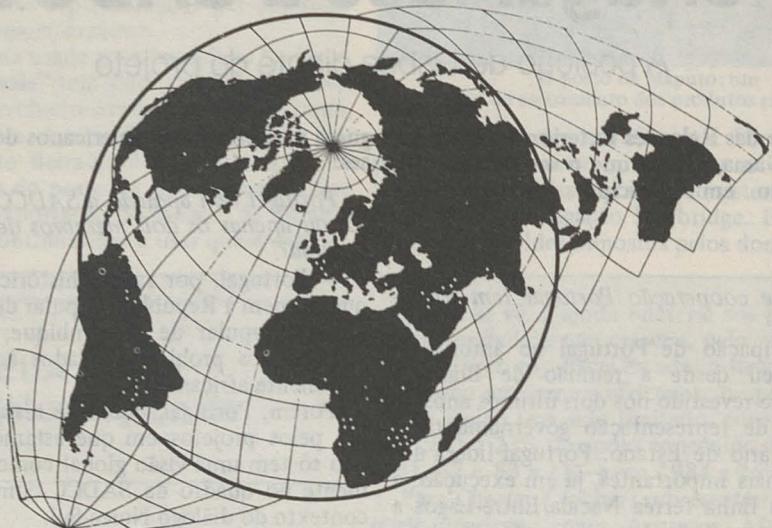
Porém, Portugal, como de resto se pode verificar pelos projetos em que estamos empenhados, não só tem uma visão global como participa ativamente no quadro da SADCC como um todo, no contexto do diálogo Norte-Sul.

Os acordos de pacificação entre Moçambique e Angola com a África do Sul não poderão, a médio prazo, vir a resultar num prejuízo para as relações económicas e comerciais entre Portugal e os países da SADCC, tese que é defendida por alguns setores políticos e empresariais portugueses?

— Portugal defende, por princípio, a causa da paz e a via da negociação pacífica na resolução de todos os conflitos onde quer que eles se situem.

Nessa perspectiva, Portugal acompanha com o maior interesse o desenrolar dos acontecimentos, principalmente no que se refere ao diálogo iniciado entre a República Popular de Moçambique por um lado e a República Popular de Angola, por outro, com a República da África do Sul. Ao mesmo tempo, continuamos a apoiar o processo de independência da Namíbia no quadro da Resolução 435 da ONU. Apesar da inequívoca posição do meu governo quanto ao problema do *apartheid*, somos de opinião que a normalização das relações entre os países que integram aquela região africana, conduzindo a uma política de paz e de estabilidade, só pode beneficiar os povos envolvidos e ajudar positivamente o desenvolvimento das relações dos povos de expressão oficial portuguesa. Compete, pois, ao Estado português e aos empresários portugueses saberem enquadrar-se numa situação nova, em benefício de todas as partes envolvidas. •

**UMA EMPRESA PORTUGUESA
VOLTADA PARA O MUNDO**



Prestigiamos a indústria nacional ao longo de 40 anos de atividade devido à nossa elevada tecnologia e garantia de qualidade, equipando o Mundo com produtos essenciais, dos quais destacamos os seguintes equipamentos: hidromecânicos para barragens, eletromecânicos para centrais industriais para as indústrias química e petrolífera; material circulante de estrada de ferro.

Dignificamos a presença de Portugal nos seguintes mercados:

Angola, Arábia Saudita, Argentina, África do Sul, Brasil, Camarões, Costa Rica, EUA, França, Guatemala, Índia, Irã, Iraque, Islândia, Kuait, Malauí, Marrocos, México, Moçambique, Nicarágua, Paquistão, Senegal, Sudão, Turquia, Uganda, Venezuela, Zaire e Zimbábue.



SOREFAME

“Chegar às eleições e exercer efetivamente a democracia”

Nas suas primeiras declarações a um meio de imprensa, o general Liber Seregni, recentemente libertado após dez anos de prisão, analisa para cadernos de terceiro mundo a conjuntura política de seu país

Julio Rosiello

Seregni esteve sempre alguns passos atrás de sua fama. No entardecer de 19 de março, dia de sua libertação, ao assomar à sacada de sua casa, situada nas proximidades do cruzamento de dois largos bulevares, ele estava atônito pela gigantesca e ruidosa recepção que vários milhares de conterrâneos lhe estavam tributando. Foi um dia de festa: homens e mulheres de todas as idades pulavam, dançavam, entoavam canções e estribilhos, com mais fervor ainda que o que lhe era reservado 12 anos atrás cada vez que ele intervinha num ato político da Frente Amplia. “Nada de palavras-de-ordem negativas”, propôs, em voz bem alta, depois de garantir que voltava com suas convicções intactas e sua decisão de reiniciar a luta política mais firme que nunca.

Daí a quatro dias, depois de milhares de abraços, centenas de telefonemas de toda parte do mundo e jornadas de trabalho extenuantes, nas quais recebeu dezenas das mais diversas delegações — incluindo as direções dos dois partidos tradicionais uruguaios, o Partido Colorado e o Partido Nacional (Blanco) —, o general resolveu que estava na hora de descansar. Sua

família também assim o exigia.

“Preciso dessa fase intermediária entre a rotina do cárcere e o reencontro com o povo”, tinha-me dito.

Mas ele continua esquivando-se do repouso. Em momentos de indefinição política quanto ao futuro imediato do Uruguai, suspenso o diálogo entre militares e dirigentes partidários, Seregni é procurado para consultas e intercâmbio de idéias pelos dirigentes partidários que, em 1971, quiseram fulminá-lo com seus anátemas. E dentro da Frente Amplia seu idílio com as bases continua, diante do assombro renovado de Seregni pelo afeto espontâneo que elas lhe demonstram.

A esquerda uruguaia não é precisamente um conjunto de pessoas devotadas ao culto da personalidade. De índole extremamente crítica, podem ocorrer em seu seio árduos debates e processarem-se severos confrontos por questões de ordem conceitual que nem sequer se colocam em outras coletividades. Os grupos alinharam-se em torno de idéias muito estruturadas e amplamente debatidas. Contudo, entre o general Seregni (nada menos que um militar!) e as mas-

sas populares congregadas ao redor da Frente Amplia — inicialmente apenas uma coligação de partidos, depois um movimento que, segundo o líder, é antes uma concepção de vida do que um receptáculo de votos — produziu-se outra vez um *coup de foudre* quase inexplicável. O que só pode ser entendido lembrando um fenômeno social que se considerava extinto no Uruguai de 1984: o caudilhismo.

Paco Espínola, excelente nar-

O general Liber Seregni transformou-se num líder popular



rador uruguaião deste século, sustentava que os caudilhos da história nacional não eram caudilhos pelo amor que as pessoas lhe devotavam, mas pelo amor que eles dedicavam às pessoas. No dia em que foi solto, de volta de uma de suas frequentes aparições à sacada, de onde cumprimentava seu povo, Seregni comentava: "Eu teria gostado que por um momento todos esses amigos ficassem imóveis para poder passar entre eles, tocá-los, acariciá-los, beijá-los. Preciso tanto de um banho de humanidade..." O general Seregni tem amor ao povo da Frente Ampla e este lhe tribui em dobro. Entre outras coisas, para agradecer-lhe que tenha sido testemunha, em nome desse povo, durante quase 10 anos de prisão, de sua fé numa concepção da vida: a que ele próprio definiu como uma "aventura de solidariedade humana".

É este o homem que cadernos do terceiro mundo entrevistou na sua casa em Montevidéu, nos primeiros dias de abril.

Sempre se acreditou, ou se disse acreditar, que era impensável no Uruguai um golpe de estado militar. Vendo as coisas de dentro o senhor também opinava assim? Ou, ao contrário, percebeu alguma vez a tentação do poder político tomando conta da instituição?

— Bem, nós já tínhamos percebido isso: há inclusive uma história jornalística a respeito. Depois da etapa de paz posterior ao golpe de Terra em 1933 e à crise mundial de 29, em consequência da deterioração da situação econômica, isto é, do aparecimento das causas estruturais da crise e dos consequentes problemas sociais que se manifestaram, surgiram também no seio das forças armadas tentativas de golpe de estado. Podemos situar o fato na segunda metade da década dos anos 50; e coincide com o processo de crise sócio-econômica de nosso país. As primeiras

tentativas — inclusive de relativa seriedade — puderam ser controladas de dentro da própria organização militar. Mas o processo foi se aguçando. E as etapas vividas nos anos 67 e 68 já estavam indicando (num contexto latino-americano, não só no Cone Sul) a possibilidade real de um fato similar em nossa pátria.

Essa é a época das "medidas prontas de seguridad" (estado de emergência) do governo Pacheco, que provocaram a sua passagem para a reforma. Foi algum fato particular dentro dessas medidas o que motivou seu pedido, ou foram elas em conjunto?

— Foi o conjunto, o contexto em que se aplicaram e a continuidade que assumiram. Em nosso regime institucional e em várias oportunidades anteriores, tinha sido utilizada a aplicação das *medidas prontas de seguridad*. Mas entre os anos 67 e 68 elas foram aplicadas praticamente de forma contínua. O país viveu dentro de um regime de exceção no qual o Poder Executivo estava sendo manejado à margem da Constituição e se violentava o espírito das normas, para exercer um governo que era, cada vez mais, um governo de força. Essa posição do Executivo foi criando em mim a convicção de que aquilo não podia contar comigo. A alternativa era: ou eu acatava, como militar, as ordens ditadas pelo governo — das quais eu tinha plena consciência que eram dirigidas contra o povo — ou, ao contrário, me insubordinava. E isso é um delito militar no qual, por vocação constitucionalista, eu não teria incorrido jamais. A outra posição que me restava era a que adotei finalmente: passar para a reserva e me libertar, assim, de uma certa cumplicidade que eu não estava disposto a assumir.

Naquela época já começavam a evidenciar-se as linhas-mestras da ideologia da segurança nacional.

— Sim, já estavam presentes. No seio das forças armadas, o processo começa com a política iniciada pela França na Indochina, no Vietnã e na Argélia. A política de descolonização foi criando a nível mundial e do ponto de vista das instituições militares, uma teoria para explicar a sua ação repressiva: a dos movimentos subversivos. Essa teoria foi imediatamente adotada e aperfeiçoada pelos Estados Unidos, com uma aplicação concreta em favor de seus interesses hegemônicos na área. E vem daí o aparecimento da teoria da segurança nacional. Isto é, por um lado, a teoria da subversão e, por outro, o aperfeiçoamento da tese da segurança nacional, foram levando as forças armadas, cada vez mais, a uma idéia: a necessidade de atuar a nível político.

A convicção de que elas têm uma missão a cumprir no governo do país, transformou-se em doutrina no seio das forças armadas? A oficialidade jovem está imbuída dessa crença, apesar do sentimento generalizado do povo uruguaião a favor do civilismo?

— Acho que a formação, sobretudo dos quadros jovens do exército, tem sido enquadrada nessa doutrina. E é esse o grande problema do futuro: os quadros militares dos últimos 10 anos foram formados dentro dessa linha ideológica. Pessoalmente, careço de uma apreciação suficiente sobre quanto pesa, por um lado, essa doutrina, e por outro, sobre a realidade que esses mesmos quadros estão vivendo nestes momentos: isto é, a realidade do fracasso total na aplicação dessas idéias no Uruguai.

Pelo menos uma parte importante das forças armadas deve pensar, em função dessa mesma doutrina, que a instituição deve permanecer em alerta para intervir quando a segurança nacional estiver em perigo. Como poderá qualquer governo eleito demo-



O local onde mora o general Seregni foi literalmente tomado pelos populares que fizeram uma vigília de vários dias para reencontrar o seu líder após dez anos de prisão

Jaque

craticamente exercer um poder real tendo a seu lado isso que poderíamos chamar de uma "bomba sem desativar"?

— É um problema de condução do novo governo. Porém a primeira questão é saber qual será a porção de poder que vai ser disputada no último domingo de novembro próximo. A frente oposicionista tem de postular o poder total. E dentro disso há uma quantidade de pontos-chaves, que tem a ver com a submissão efetiva da força militar ao poder político. Concretamente, a designação dos comandos militares, o processo de eleição dos oficiais superiores, inclusive o campo de atuação do Cosenra (Conselho de Segurança Nacional) e o campo efetivo de aplicação da justiça militar. As forças políticas têm de reivindicar todo esse campo para o poder político. Essa é a única forma pela qual o governo emergente das eleições de novembro poderá exercer realmente o poder.

A partir daí teremos necessariamente de passar por um período durante o qual deve ser desa-

tivada — para usar sua imagem — essa "bomba potencial". Esse é um problema de ordem política. E cabem aí dois pontos de decisão. Por um lado, assegurar comandos de plena vocação democrática. Por outro, um processo que é mais lento: o da reeducação democrática das forças armadas sobre quais sejam suas missões específicas. Isto é, ir apagando da mente dos quadros essa necessidade de participação na vida política. A esse respeito eu sou otimista: sempre acreditei na educação e acredito na rapidez dos efeitos da educação nas instituições hierarquizadas. Nelas é mais fácil estabelecer doutrina; tanto doutrina negativa como doutrina positiva. Acho, então, que uma política executada com seriedade, com vistas a reconduzir e reeducar a instituição militar, pode ser levada a cabo, de fato, pelo poder civil, se este também tiver claro qual é sua missão.

Quanto ao Cosenra, muitos dirigentes políticos afirmaram que um organismo desse tipo,

com funções de assessoria, poderia ser uma inovação constitucional aceitável. Está de acordo com essa afirmação?

— Não esqueça que eu sou profissional, que sou um militar. E na minha época de atividade, em que participei inclusive da elaboração de projetos de lei a respeito, sempre entendi que tinha de existir — como existia, por outro lado, na legislação, com outras características — um organismo de assessoria do governo para os problemas de defesa nacional. Coloca-se aqui uma questão de termos. Insisto no termo "defesa nacional", enquanto o outro, "segurança nacional", é geralmente identificado com a idéia de intervenção militar no governo do país. De forma que eu considero necessário, dentro de um esquema de organização do Estado, um órgão assessor do poder político em matéria de defesa nacional.

E quais seriam, concretamente, as funções que as forças armadas do país deveriam desempenhar no futuro? Muita gente

diz: devíamos ser como a Costa Rica, que não tem exército.

— Há aqui dois problemas que temos de visualizar com muita clareza. No Estado, qualquer que seja sua forma de organização, há sempre uma função de defesa que compete às forças armadas. É verdade que a Costa Rica não tem exército, mas tem uma Guarda Nacional; *le nom ne fait pas la chose*, não é mesmo? Deve existir no Estado um organismo que dê à Justiça a força necessária para que ela seja real, e aos organismos do Estado o apoio necessário para que as decisões dos governos emanados do povo sejam cumpridas; que seja escudo e defesa do povo e de suas instituições frente a forças agressoras, não só no campo externo mas também no campo interno. E mais ainda no presente, no momento histórico que estamos vivendo, no qual a coação exercida sobre grandes Estados — e muito mais sobre pequenos Estados como o nosso — provém não só de outros Estados, mas de organizações poderosas. O futuro das transnacionais como fatores de coação sobre pequenos países foi discutido muitas vezes. Portanto não se trata somente da vigilância física das fronteiras; também a presença das forças armadas é a expressão de uma vontade nacional de exercer sua soberania e de defendê-la. É nesse plano que deve ser entendida a função das forças armadas. Eu sempre pensei nelas, e me senti integrante delas, como escudo do povo. Acho, então, que as forças armadas sempre terão uma função a cumprir e existirão sempre, qualquer que seja, repito, a organização que o Estado adotar.

Muita cautela para negociar

Como é que o senhor encara a decisão de não restabelecer por enquanto as negociações com o governo, adotada pelo Partido Nacional?



"Considero que a solução da crise que atinge o país não pode prescindir da transferência do poder aos civis em março de 1985"

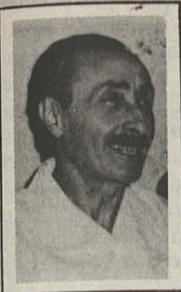
— Em termos de condução política, e sobretudo nos momentos atuais, é preciso sermos muito cautelosos e também muito maduros. Há uma frase feita segundo a qual não existem em política posições definitivas, não existem nem o nunca, nem o já-mais, nem o sempre. Existe uma adequação das posições às circunstâncias do momento. Considero, além disso, que a solução lógica da crise que atinge o país não pode prescindir das eleições de novembro de 1984 e da transferência do poder aos civis em março de 1985. O diálogo, considerado uma negociação necessária para tornar essa transferência real, é inevitável. Olhando bem para a situação atual do Uruguai, não entendo direito — embora eu seja muito aberto para admitir que uma força política possa ter uma estratégia e uma tática que a caracterizem — como alguém pode sustentar que não negocia mais. Pode-se dizer isso se se conta com outro argumento. E o único argumento diferente do da razão e da palavra é o da força. E essa força — além da força do povo em suas manifestações — eu não estou vendo no Uruguai neste momento.

Qual a sua posição sobre as declarações de um delegado do Partido Colorado a respeito dessas negociações, admitindo de antemão a possibilidade de que em 25 de novembro haja eleições com políticos e partidos ainda cassados?

— Acho que essa formulação também está equivocada. Não sei até que ponto a forma que o senhor deu a essa afirmação é a mesma na mente de quem a fez. A posição dos partidos políticos é a declaração conjunta de 8 de outubro passado (*dos partidos "tradicionalis"*) e da proclamação de 27 de novembro de 1983 (*lida no chamado "Comício do Obelisco"*). Princípios que, por outra parte, foram reafirmados aqui em minha casa há poucas horas, como um juramento a ser mantido. Acho que o que se quis manifestar nessa ocasião foi que não se podia condicionar *a priori* o comparecimento ou não às eleições, a que acontecesse previamente tal ou qual coisa. De qualquer maneira, essa formulação foi um fato negativo no plano das negociações.

General, acho que muitos simpatizantes da Frente Amplia devem encarar com receio um acordo com os dois partidos tradicionais (Blanco e Colorado) mesmo sendo conjuntural. Qual é o verdadeiro conteúdo do "acordo nacional" que o senhor considera necessário, neste momento?

— O conteúdo e sua explicação surgem no momento histórico que estamos atravessando. Tenho certeza absoluta de que o objetivo central de nosso país e de nosso povo não é só chegar às eleições e ao limiar da democracia, mas exercer efetivamente



"A posição dos partidos políticos é a declaração conjunta de 8 de outubro passado e a proclamação de 27 de novembro de 1983 no Obelisco"

essa democracia, afirmá-la e, aprofundá-la. Depois desses terríveis 11 anos, e dada a situação em que o poder civil vai receber o país — é a crise mais profunda de toda sua história, do ponto de vista econômico e social — é absolutamente claro que nenhum homem ou partido político poderá por si só superar as dificuldades atuais. Somente um povo inteiro, animado por uma mística de recuperação nacional e sustentando um programa nacional, é capaz de levar a cabo uma tarefa tão difícil como a que vamos enfrentar.

Tem de haver uma participação efetiva. Se a condição para superar a etapa histórica que estamos vivendo exige um projeto nacional compartilhado pelas grandes massas democráticas do país, é necessário, então, uma conjugação de esforços e de vontades. Uma conjugação que não é nem pode ser um pacto entre partidos políticos, mas entre os partidos e as forças sociais, com a necessária e fundamental participação dos assalariados, que são os que vão carregar o peso da tarefa.

Concebo que o novo governo possa ser exercido por um único partido político, sempre que estiver destinado a conduzir o programa elaborado entre todos, e que os demais atuem, evidentemente, como fiscais e colaboradores.

Um programa mínimo, não? Seria difícil que todos os parti-

dos políticos e todas as forças sociais coincidissem num programa a longo prazo.

— É claro, um programa mínimo, aceito por todos. E aqui há um problema que nos atinge diretamente, porquanto somos a esquerda do país. Na aplicação dos princípios teóricos há exigências que poderiam ser chamadas de "maximalistas". Se as medidas que podem ser adotadas pelo futuro governo são aquelas suscetíveis de serem compartilhadas pela mais ampla base social, isso significa, necessariamente, que o programa será mínimo. Um programa de democracia avançada, não mais do que isso. E para a esquerda isso representa um desafio e um compromisso: o de saber adequar as pretensões à realidade e a suas possibilidades.

Ao ouvir suas reflexões sobre um acordo entre setores políticos e forças sociais surge uma pergunta. Pediríamos que o senhor explicasse sua ideia sobre a "pacificação nacional" que reivindicou logo que recuperou a liberdade.

— O sentido da pacificação nacional nos é imposto pela situação tremenda que nossa sociedade vive desde 1973. A sociedade uruguai, a família uruguai foi fraturada, tem feridas profundas, está cheia de fendas. Em menor escala que em países vizinhos — em escala uruguai —, nesses 11 anos houve mortos, desaparecidos, torturas, houve e há presos políticos e exílio. As feridas continuam sangrando, a sociedade não está em paz. Nosso chamado à pacificação significa promover as medidas que permitam cicatrizar em parte as feridas existentes. E para isso apagar já, desde agora, os fatores de inquietação que ainda subsistem, e que, no meu entender, implicam, sobretudo, libertar os presos políticos e possibilitar o retorno dos exilados. E também, evidentemente, resolver os problemas provocados pela aplicação do Ato Institucional nº 7 (que cria categorias entre os funcionários públicos e permite demiti-los sumariamente).



Seregni junto a sua mulher, Lili Lerena, pouco depois de sua libertação

A paz que pedimos é para que todos os que estiveram sofrendo até o momento atual e os que ainda sofrem, tenham um horizonte aberto e sintam que suas feridas começam a cicatrizar. A pacificação é para eles: eis o que pedimos.

to convocado pelo governo) e houve uma vitória importantíssima contra o regime; e na segunda ocasião ganharam as correntes oposicionistas nas eleições internas dos partidos habilitados, e as forças democráticas avançaram consideravelmente. Baseados nes-

rior cobriu a maior parte da tarefa política oposicionista, no momento atual, o peso dessa tarefa está aqui, no Uruguai, porque a situação mudou. O exterior continua tendo uma função muito importante que é a da denúncia. Repito: no momento atual, a grande tarefa do exterior é tornar a anistia uma realidade e preparar o retorno dos exilados.



"Nosso chamado à pacificação significa promover as medidas que permitam cicatrizar em parte as feridas existentes: libertar os presos políticos e possibilitar o retorno dos exilados"

A proposta inclui então uma anistia geral e irrestrita?

— Inclui, como condição imprescindível, uma anistia geral e irrestrita para os presos políticos e para os que tiveram de se exilar por motivos de perseguição política.

As grandes decisões políticas da Frente Amplia são adotadas coletivamente, mas suponho que o senhor tem uma posição firmada a respeito. Como a esquerda deveria votar se fossem mantidas as restrições já anunciadas pelo governo (exclusão dos partidos marxistas e de Wilson Ferreira Aldunate, candidato à presidência pelo Partido Nacional)?

— Como você sabe, prefiro não opinar sobre hipóteses. A posição atual é lutar pelo levantamento total das cassações. No último momento, em função do quadro da situação que houver, serão tomadas as decisões cabíveis. Mas sempre em função dos interesses do povo e de seu destino. Por cima do povo, nada.

Em novembro de 1980 não havia liberdades e em novembro de 1982 havia dirigentes cassados. Contudo, na primeira ocasião venceu o NÃO (no plebisci-

ses dois fatos algumas pessoas opinam que deve-se aceitar uma eleição em novembro de 84, mesmo que com políticos ou partidos cassados. Esse raciocínio é realmente aplicável ao voto nas eleições nacionais? São situações comparáveis?

— Não. Têm pontos de comparação, mas são situações diferentes. A meu entender, o argumento não serve. Não quando se elegem autoridades nacionais para dirigir um país.

A tarefa da Frente no exílio e no Uruguai

E enquanto for mantida a situação atual, qual deveria ser a tarefa fundamental da Frente Amplia no exílio?

— Acho que o peso da luta política está atualmente situado dentro das fronteiras nacionais. A grande tarefa para os companheiros do exterior é oferecer todo apoio à causa da pacificação nacional, sobretudo no que diz respeito à anistia. Na qual está implícito o retorno. Assim como nos primeiros tempos do governo de fato, a tarefa oposicionista no campo interno foi muito difícil e penosa, e o exte-

No Uruguai existem organizações políticas ilegalizadas e cassadas. É impossível criar e fazer funcionar os comitês de base. Diante da estagnação das negociações, qual deve ser a contribuição da Frente Amplia para a conquista da pacificação nacional?

— A Frente Amplia está cassada. É verdade. Mas sustentamos muitas vezes que os fatos são teimosos. E não obstante a cassação, os últimos fatos deixaram claro não só a existência da Frente, mas sua vigência real e o exercício das funções que correspondem a uma força política viva e atuante. O que a Frente Amplia precisa agora é somente da sustentação jurídica de sua existência real. Porque a grande força mobilizadora da luta nas ruas pela recuperação democrática do país foi sem dúvida a Frente Amplia. Nós pretendemos agora que ela seja o quanto antes reconhecida explicitamente e aceita juridicamente como força política. Precisamos que nossos comitês de base possam constituir-se e atuar abertamente. É essa a tarefa que estamos enfrentando agora. A vitalidade e a criatividade da Frente sempre surgiu de suas bases. E temos a necessidade imperiosa de mobilizá-las e de colocá-las num plano de atuação sem entraves, como em épocas anteriores.

Não acha que também seria necessário criar novos instrumentos e formas de atividade? Porque também para a Frente Amplia, o tempo não parou: 1984

O comício de 27 de novembro de 1983 no Obelisco de Montevideu reuniu mais de 400 mil pessoas numa cidade de um milhão de habitantes: um marco na mobilização política do país



Foto: Aqui



não é 1971. Os anos devem ter ensinado alguma coisa.

— É verdade. Embora acreditemos que os princípios fundamentais da Frente e as grandes linhas de suas bases programáticas têm tanta ou mais validade que em 1971, é evidente que seus programas concretos têm de ser atualizados. Porque 11 anos não transcorrem em vão, nem para o mundo em seu conjunto, nem

para a América Latina, nem para o Uruguai.

No seu entender, e com o realismo imposto pela situação presente, quais deveriam ser as primeiras medidas de um governo eleito pelo povo?

— Depende da situação em que se produza a transferência do poder do atual governo ao governo democrático que o suceder.

O senhor enfatiza a palavra "poder"...

— Estou dando seu significado real. Se existirem ainda nesse momento limitações ao exercício das liberdades e direitos individuais e coletivos, a primeira medida deverá ser a plena restauração de todas essas liberdades. Se, pelo contrário, se chegar ao poder em pleno exercício da democracia e do direito, a primeira medida tem que ser desarmar todo vestígio da máquina que tenha servido de sustentação e de elemento repressivo nos anos difíceis que vivemos. E paralelamente abordar os enormes problemas econômicos e sociais do Uruguai. O primeiro deles: como solucionar o pagamento da dívida externa. Porque sem essa solução não existem perspectivas para se chegar a um planejamento econômico. Não se trata de se esquivar à pergunta: se você me pergunta o que devíamos fazer hoje, poderia estabelecer alguma ordem de prioridades, mas dizer de antemão quais serão as prioridades em março de 1985, pode



AQUI
A anistia, uma reivindicação popular, é defendida pelo general Seregni para chegar à pacificação do país

não ser possível. Será produto das circunstâncias que estiverem presentes nesse momento.

General, o senhor tem recebido inúmeros testemunhos de solidariedade do exterior. O senhor planeja empreender alguma viagem próxima para expressar de forma pessoal seus sentimentos diante desses testemunhos?

— Pode estar certo de que estou diante de um dilema sério. Por um lado, sinto como uma obrigação manifestar pessoalmente minha gratidão por essa solidariedade que permitiu nos sustentarmos durante esses duros anos passados. Sinto-o como uma obrigação moral, sem contar o prazer pessoal de encontrar essas pessoas que tanto contribuíram para que tivéssemos a força de espírito necessária. Por outro lado, há o que entendo como minha obrigação diante do momento especialíssimo que meu país está vivendo. Não se trata de uma supervalorização de minhas possibilidades. Porém acho que, agora, todo mundo que puder contribuir com um



"A grande força mobilizadora da luta nas ruas pela recuperação democrática foi, sem dúvida, a Frente Ampli"

grão de areia para chegar a novembro nas condições que desejamos e obter a entrega efetiva do poder ao governo eleito pelo povo, deve permanecer no Uruguai. Confesso que até o dia de hoje não tenho resposta para esse dilema. Sinto um tremendo problema de consciência.

Para concluir, e dado que esta entrevista é destinada a um meio de imprensa que tem uma de suas edições no Brasil, lembro que não há muito tempo as autoridades das Câmaras Municipais do Rio de Janeiro e São Paulo lhe concederam o título de cidadão honorário de ambas as cidades. Quais seriam suas palavras ao povo brasileiro, tão solidário e afetuoso?

— Você mencionou dois fatos. Mas há todo um conjunto de atos de solidariedade do povo do

Brasil com respeito ao nosso, que nos tocam profundamente. Só quero dizer-lhes que como vizinhos que somos, e desde épocas muito distantes, sempre vivemos cada um os problemas do outro. E cada solo foi, em seu momento, sustento dos refugiados e apoio aos postulados populares do outro país. Dizer aos irmãos brasileiros o quanto nos sentimos gratos por essas demonstrações de amizade não é só uma obrigação formal, mas a expressão de um sentimento real. Os fatos que tanto fizeram sofrer os povos do continente contêm um elemento positivo: estão cimentando essa solidariedade, que agora é dos povos, e que aspiramos se transforme na necessária integração latino-americana, que faça de nossas pátrias o que sempre sonhamos que elas fossem.

O quebra-cabeça de Alfonsín

O governo radical enfrenta as sequelas do passado e a complexidade do presente, devendo superá-las para não comprometer o seu próprio futuro

Horacio Verbitsky

A dívida externa, os conflitos pendentes no Atlântico Sul, as obscuras sequelas da guerra interna e a grave situação econômico-social são as questões que dominaram o último ano do governo militar e que concentraram a atenção do governo constitucional do presidente Raúl Alfonsín. A elas se acrescentam, para os radicais, dois assuntos novos: as relações com as forças armadas e com o peronismo.

A dívida externa de 43,6 bilhões de dólares é a peça chave do quebra-cabeça. Em 1984, o país deveria pagar 21,7 bilhões, entre vencimentos e juros, e o

superávit comercial que o país pode obter oscila entre 2,5 e 3,5 bilhões de dólares, o que indica que o caminho é o refinanciamento.

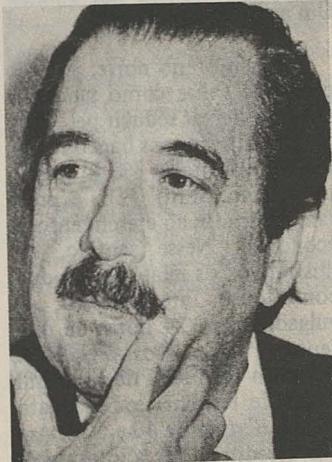
Mas, em que termos?

O atraso no pagamento de juros começou depois da guerra das Malvinas e foi se agravando até que, a partir de outubro do ano passado, interromperam-se todas as despesas. Um pouco mais de 60% do endividamento foram contraídos pelo Estado e aplicados em sustentar o seu enfoque monetário no balanço de pagamentos. Essa opção não deve a inflação mas destruiu um

terço do aparelho produtivo, com a consequente diminuição do número de burgueses e operários, objetivo estratégico da ditadura que sonhava com o retorno ao passado agrário. Cinquenta e cinco por cento dos credores são bancos privados e seis de cada dez são norte-americanos. Deles dependem, assim, 30% do total da dívida, isto é, cerca de 13 bilhões de dólares.

Diante da interrupção de pagamentos em que Bignone incorreu, os credores esperaram, sem perder a compostura, que ele fosse retirado da cena. Alfonsín reivindicou uma moratória até 30 de junho para refinanciar os compromissos pendentes, e o clube de bancos coordenado pelo Citibank exigiu, para aceitá-lo, que os juros fossem postos em dia. Assim, a Reserva Federal não deixaria os credores no vermelho ao obrigá-los a computar as moras argentinas como perdas em seus balanços trimestrais.

No jogo de forças para ver como esses juros seriam saldados, passaram-se os primeiros 100 dias de Alfonsín na presidência. Para o governo, conservar suas reservas tornou-se uma questão vital. Atualmente, chegam perto de um bilhão de dólares, que equivalem a um mês



Problemas como a reivindicação das MÃes da Praça de Maio, são um quebra-cabeça para Alfonsín

e meio de importações. Segundo a concepção do presidente do Banco da Província de Buenos Aires, o economista do Partido Intransigente Aldo Ferrer, essa é a garantia de que o país não deverá aceitar qualquer condição que desejem impor-lhe. "Viver com o que é nosso" é o sugestivo título do último livro de Ferrer, que propõe não se comprometer a efetuar pagamentos superiores ao superávit da balança comercial.

Antonio Ortiz Mena, presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), dirigiu uma réplica indireta a essa estratégia, ao apontar que não era concebível que um país deixasse de pagar e nada acontecesse. Sugeriu que se cortariam todos os créditos e que as exportações argentinas poderiam ser embargadas no exterior junto com os navios que as transportassem.

Também fizeram pressão, no mesmo sentido, um ministro francês e outro canadense, em visita a Buenos Aires, os quais, com fria amabilidade, alegaram que todos os projetos de investimento em tramitação estão na dependência da renegociação satisfatória da dívida. A social-democracia simpatiza com Alfonsín, mas o pagamento pontual é um valor sagrado.

Um artifício complicado

No hemisfério norte, já estão pensando sobre como sancionar quem se deixar seduzir pela idéia de não entregar aos bancos os juros equivalentes a 8% do Produto Interno Bruto (PIB) e prefiram dedicá-los ao crescimento da economia. Nesse sentido, são ilustrativos os relatórios de duas consultorias internacionais, divulgados com 24 horas de diferença. Para a *Frost & Sullivan*, Alfonsín tem 50% de probabilidades de terminar seu mandato; para a *Beri*, entre 40 e 60%. Ambas acreditam que a interrupção de pagamentos e a convulsão so-

cial podem apressar o retorno dos militares ao governo.

As indignadas respostas políticas a esses relatórios ("absurdas consultorias da infâmia", foi como Alfonsín se referiu a elas numa concentração de massas) não bastam para esconder que os riscos que descrevem são reais e muito coerentes com a história do país. A novidade seria que um governo civil atravessasse, sem sobressaltos, o seu período constitucional.

Cerca de meia-noite do dia 31 de março passado, anunciou-se o acordo conseguido quando todos os prazos já pareciam vencidos e os bancos norte-americanos enfrentavam o temido momento de colocar os interesses da dívida argentina na coluna de perdas, desencadeando assim a ira dos acionistas.

Nunca antes as transnacionais financeiras internacionais tinham recorrido a um artifício tão complicado: a Argentina pagou na hora mediante um crédito de 300 milhões de dólares concedidos por quatro países latino-americanos (México e Venezuela, 100 milhões, e Brasil e Colômbia, 50 milhões), outros 100 milhões facilitados pelos bancos credores e, por último, 100 milhões extraídos das zelosamente guardadas reservas do Tesouro Nacional.

A Reserva Federal norte-americana contribuirá com os 300 milhões de dólares para devolver aos quatro países latino-americanos, porém só depois que a Argentina assine um convênio *standby* com o Fundo Monetário Internacional, no qual se comprometa a pôr em prática medidas de ajuste da economia (ver quadro).

O presidente Alfonsín ressaltou que os países devedores tinham se unido para se ajudarem a pagar as obrigações e não para burlar seu cumprimento, num clima de cooperação e evitando o confronto.

Passado o desconcerto por

essa fórmula tão insólita, é necessário analisar seu conteúdo: os bancos credores cobraram pontualmente, o fantasma do Clube de Devedores se corporificou num tranquilizante clube de fiadores, e a Argentina se comprometeu, perante quatro nações amigas, a aplicar um programa de austeridade negociado com o FMI.

Alfonsín também revelou que a iniciativa tinha partido do México. Em Buenos Aires, há quem suspeite que o ministro mexicano Silva Herzog e seus colegas da Venezuela, Colômbia e Brasil pensaram antes em suas respectivas frentes internas do que na solidariedade latino-americana, e com esse crédito sem riscos (porque conta com o aval do governo dos Estados Unidos) compraram calma política e social. Todos eles puseram em prática duros programas de ajuste segundo as diretrizes do FMI e, como disse muito a propósito o secretário do Tesouro norte-americano Donald Regan, "outros países que sofreram dores de cabeça e do coração teriam se visto em apuros para explicar por que eles pagam enquanto a Argentina se nega a pagar".

A fórmula recessiva

Esse acordo, que deixou todas as partes satisfeitas, só fez adiar para até 30 de junho próximo a questão central do refinanciamento. Uma moratória de quatro anos, ou pelo menos até 1986, é o propósito dos经济istas do governo radical, que repetem a palavra-de-ordem alfonsinista de "não aceitaremos fórmulas recessivas". Mas não têm muitos argumentos quando o deputado peronista Diego Guevar replicar que o que está sendo aplicado não passa disso.

Dependendo de quem esteja falando, os técnicos do governo ou os da oposição, o salário real cresceu 1,5% ou caiu 5% desde que Alfonsín se instalou na Casa

Rosada. Isso quer dizer que na hipótese mais otimista, só na década de 1990 é que se recuperaria o nível de receitas existente na época em que os militares embarcaram Isabel Perón num helicóptero. O Produto Interno Bruto em 1983 foi igual ao de 1974, o que define um retrocesso da receita per cápita de 13,5% em uma década.

Uma inflação próxima dos 500% anuais, uma quebra generalizada do aparelho produtivo e uma política monetária que, para satisfazer às exigências dos credores, mantém taxas positivas de juros, incompatíveis com a reativação da economia, não contribuem para facilitar as coisas para quem vive de um salário.

Por outro lado, enquanto não se define a renegociação externa, o governo também não pode decidir a concessão de recursos do orçamento, cujo déficit em 1983 foi de 20% e se procurará reduzi-lo agora a 8%.

A lei sindical

Enquanto negociaava com os credores externos, Alfonsín debilitou a frente interna num lento confronto com o peronismo a propósito da lei sindical. Aprovada na Câmara dos Deputados — onde a União Cívica Radical (UCR) conta com folgada maioria própria —, foi rechaçada no Senado graças à coalizão da maioria peronista com o único representante desenvolvimentista e com os dois do Movimento Popular Neuquino.

A democratização dos sindicatos foi um ponto central da campanha do radicalismo antes das eleições, e parece claro que a classe operária compartilha desse objetivo que permitirá uma expressão legítima das bases. Mas a beligerância ideologista com que a UCR conduziu o debate parlamentar contribuiu paradoxicamente a insuflar nova vida ao comando burocrático da direita peronista, que não teria podido



Só na década de 90, o per cápita atingirá os níveis anteriores a 1976

resistir ao assédio mais inteligente do governo. A gravidade da crise econômica e a ausência de medidas que protejam os setores mais necessitados de suas piores consequências, amplia a margem de manobra da velha guarda sindical, aferrada com unhas e dentes a seus cargos, e que agora está estimulando greves e mobilizações para unificar os seus interesses como grupo e as legítimas necessidades populares.

O exercício do governo também privou Alfonsín de outra de suas armas eleitorais mais efetivas: a denúncia do pacto sindical-militar. Já ninguém se interessa em esclarecer se realmente Lorenzo Miguel tinha prometido impunidade aos chefes do regime militar. Apesar de todos os discursos e exortações morais, sob o poder radical só estão presos o ex-presidente Bignone (pelo sequestro de dois soldados alistados quando era diretor do Colégio Militar), o almirante Chamorri (por sua atuação como chefe do campo de concentração da Escola de Mecânica da Marinha), o general Camps (por ter admitido ostensivamente numa repor-

tagem sua responsabilidade em vários milhares de "desaparecimentos"), o brigadeiro Cacciatore (pelo seu liberalismo na condução dos fundos públicos) e um coronel cuja situação era muito comprometida. Outro general, atualmente foragido, Carlos Suárez Masón, que comandou o Corpo I do exército (Buenos Aires) e tem o seu nome figurando nas listas da *Loggia P2* publicadas na Itália, perderá a patente por não ter respondido às intimações judiciais pela adulteração de gasolina, quando era presidente da *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* (YPF) e por um sequestro e "desaparecimento". O resto dos incriminados gozam de liberdade, e duas figuras tão proeminentes como os generais Luciano Menéndez e Antonio Bussi são recebidos em audiência pelo ministro da Defesa.

As relações com as forças armadas

Alfonsín mandou processar nove ex-comandantes-em-chefe do exército, da marinha e da força aérea por terem semeado "a

dor, o terror e a morte", mas confiou a tarefa ao Conselho Supremo das forças armadas, que até agora não considerou necessário prender nenhum deles. Os únicos que perderam a liberdade foram Galtieri, Anaya e Lami Dozo, pela derrota nas Malvinas, e Massera pelo sequestro do ex-marido de sua amante. Os dois processos se iniciaram durante o regime militar. Só existem 45 causas abertas perante os tribunais militares, com não mais de 300 processados, o que mede a renitência dos civis em apresentar denúncias e testemunhos ante os colegas dos acusados.

O resultado é a irritação simultânea dos militares que não aceitam ter cometido delito algum e dos militantes pelos direitos humanos, que reivindicavam o julgamento das responsabilidades pela justiça civil.

Para o prêmio Nobel da Paz, Adolfo Pérez Esquivel, não há um verdadeiro corte com o pas-

Carlos Pinto Santos



Esquivel: críticas ao governo

sado e o governo age com excessiva cautela para não irritar os militares.

A presidente das Mães da Praça de Maio, Hebe Bonafini, foi mais longe: "Tudo continua igual. Alfonsín tem o governo mas os militares têm o poder. Os poucos militares que estão na prisão têm celas privilegiadas,

com cozinheiros, piscina, uísque importado, recebem visitas de militares e familiares".

De qualquer maneira, as medidas adotadas pelo governo a respeito das forças armadas não deveriam ser menosprezadas com superficialidade.

A supressão dos comandos-em-chefe coloca as decisões diretamente em mãos do poder civil. Os chefes de estado maior só têm funções de assessoramento e acompanham silenciosamente o ministro da Defesa, Raúl Borrás, em suas inspeções a unidades de todo o país.

O poderoso complexo industrial para a defesa foi retirado da órbita militar. Pela primeira vez, o diretor geral de fabricações militares não é um general, e sim um civil. Os planos de produção das três armas passam agora pelo crivo da racionalização econômica. O novo secretário de Estado também é um civil.

A incorporação de soldados

OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS PELA ARGENTINA

Caso não chegue a um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Argentina se comprometeu a pagar com mercadorias os 300 milhões de dólares fornecidos por quatro países latino-americanos para o pagamento dos juros vencidos de sua dívida externa.

Os detalhes da operação financeira para evitar que a Argentina fosse declarada por seus credores em moratória de pagamentos, estão contidos no memorando de entendimento que o governo de Buenos Aires firmou com o FMI.

Jacques de Larosière, diretor do FMI e Raúl Prebisch, assessor do presidente Raúl Alfonsín, em conversações em Washington conseguiram que as autoridades financeiras do México, Brasil, Venezuela e Colômbia facilitassem fundos ao governo argentino para efetivar o pagamento de juros vencidos e não cancelados. A linha de crédito foi estabelecida nas mesmas condições que no mercado financeiro internacional, isto é, prazo de 30 dias e juros de 1% acima da taxa *libor*. Os termos desse memorando estabelecem, no item 3, que a restituição dos depósitos feitos pelo Méxi-

co, Brasil, Venezuela e Colômbia às autoridades argentinas está sujeita à assinatura de uma carta de intenções entre o governo de Raúl Alfonsín e o FMI.

O item 4 do memorando estabelece que "ao receber os recursos provenientes do FMI, as autoridades argentinas se comprometem a liquidar em sua totalidade os auxílios recebidos das autoridades monetárias norte-americanas de acordo com calendários e modalidades que se definam de comum acordo".

O item 5 determina que "no caso eventual de que no vencimento do prazo de 30 dias a Argentina não houvesse liquidado os depósitos de que trata esse memorando, iniciará de imediato negociações com os depositantes com o objetivo de determinar as modalidades sob as quais poderiam realizar importações argentinas 'pelo montante dos créditos não restituídos'". Isto é, no caso de não se firmar o acordo com o FMI para renegociar a dívida global argentina por 43 bilhões de dólares, a Argentina deverá restituir a esses quatro países a importância dos créditos em mercadorias. Quanto ao tipo de mercadorias que cobrirão o crédito, terão que ser negociadas individualmente com cada governo das nações participantes. (Yazmin Ross)

alistados em 1983 foi reduzida em 12% e calcula-se ser possível suprimir o serviço militar obrigatório dentro de cinco anos.

O orçamento militar para 1984 será 30 ou 40% menor que o de 1983, o que implica reduzir o déficit orçamentário em mais de 2% do PIB.

Criou-se um estado maior conjunto, com autoridade real, e serão organizados comandos conjuntos em diversas áreas do país, para terminar com a feudalização do poder militar evidenciada durante os sete anos de regime castrense, e determinante no desastre das Malvinas.

Os assessores militares em Honduras, Guatemala e Panamá, designados por Galtieri como parte de sua política intervencionista na América Central, serão retirados. Serão suspensas as vendas de armas à região.

A passagem do velho estilo para o novo não é fácil. Bastam dois exemplos: o general Mario Aguado Benítez, comandante de um corpo de exército, questionou numa declaração pública quem critica as forças armadas. O subsecretário de Defesa, Horacio Jaunarena, redigiu um texto de retificação e intimou o general a assiná-lo. Se se negasse, sua carreira acabaria ali mesmo. Ele não se negou.

Em consequência de um incidente trivial numa discoteca, um tenente do exército buscou reforços em sua unidade para espantar os civis que o tinham tratado com menosprezo.

Um grupo de oficiais jovens da força aérea, depois de uma alegre despedida de solteiro, saíram em manifestação pelas ruas, gritando "Vai acabar/Esse custume de votar".

Se a relação poder civil-poder militar se resolvesse no vazio, sem dúvida a insubordinação chegaria a ser total, depois de um necessário período de ajuste, porque (como apontamos num artigo posterior à queda de Puerto Argentino) as forças armadas



Já em dezembro de 83 (foto), Alfonsín sabia que o desafio era enorme

não só estão em condições de governar o país como também não podem mandar em si mesmas sem grave risco para a integridade nacional. Elas necessitam, tanto como o país, de um poder civil forte que lhe fixe objetivos e determine procedimentos.

Beagle, Malvinas, questões conflitivas

As negociações com o Chile pelo canal de Beagle receberam um forte impulso com o encontro em Roma dos dois chanceleres que assinaram um compromisso de conservar eternamente a paz. No entanto, a resolução da questão limítrofe não é tão simples. O Chile percebe a urgência de Alfonsín em fechar essa ferida aberta no seu flanco e avança com novas exigências que dificultam a conclusão de um tratado definitivo. Para o novo governo de Buenos Aires, liquidar essa questão que se alastrava por mais de um século é requisito básico para a redefinição das relações com os militares, que de outro modo poderão agitar a bandeira da soberania para reclamar maiores fatias do orçamento

e reconquistar posições sobre o poder civil.

Mas não pode fazer isso cedendo em aspectos essenciais, como a livre navegação argentina na área, porque gozaria de calma a curto prazo porém a um preço demasiado caro no futuro.

Pelas mesmas razões, a Casa Rosada também precisa retroagir a questão das Malvinas a um ponto anterior, e isso é o que propôs à Grã-Bretanha. Para isso, teve de aceitar uma proposta que agrada a Londres: a análise da recomposição de relações entre ambos os países e a interrupção das hostilidades no Atlântico Sul como ponto central, sem colocar em primeiro plano a questão da soberania sobre as ilhas.

A proposta argentina de normalização de relações inclui o levantamento da zona de exclusão e a desmilitarização das ilhas, inclusive dos armamentos nucleares aí instalados, em violação dos tratados de não-proliferação nuclear. Também insta a cumprir com diversas resoluções do Conselho de Segurança da ONU e sugere substituir as tropas britânicas pelos capacetes azuis da organização mundial nas Malvinas.

Isso aliviaria, sem dúvida, a



Sygma

Thatcher: não à ONU

Grã-Bretanha dos ingentes gastos que implica manter a *fortress Falkland* e que estão na base de todas as críticas formuladas à senhora Thatcher, tanto a partir das fileiras trabalhistas como dos próprios conservadores. No entanto, a primeira-ministra veiou uma resposta afirmativa de seu gabinete, porque, acatar as resoluções da ONU, equivaleria implicitamente a aceitar que no futuro se discuta a soberania.

Quanto ao custo da permanência britânica nas ilhas, até agora Londres não conseguiu que Washington aceite compartilhá-lo. Provavelmente as revelações do *The Economist* tendem a pressionar nesse sentido, ao tornar pública a altíssima incidência da ajuda de Washington no desenlace da batalha de 1982.

Segundo o jornal inglês, a ajuda ascendeu a 60 milhões de dólares e se a Argentina tivesse afundado algum dos porta-aviões britânicos, os Estados Unidos lhe teriam entregue em substituição, o *Guam*. O Pentágono admitiu a veracidade das afirmações do *The Economist* e esclareceu que o temor de Washington, diante de uma eventual derrota britânica, consistia em que se derrubasse por completo a credibilidade das defesas da Otan frente aos soviéticos. Além disso, o Pentágono forneceu ao *Washington Post* esclarecimentos adicionais sobre a ajuda, sem a qual não teria sido possível que se montasse

a operação britânica de reconquista. Os Estados Unidos também deslocaram de sua órbita anterior sobre a URSS para o Atlântico Sul, um satélite espião para fornecer informações à frota inglesa; entregaram a seu aliado 50 milhões de litros de combustível de aviação e centenas de foguetes e milhares de projéteis de morteiros.

A recomposição de relações

Para o chanceler argentino, Dante Caputo, a recomposição de relações com os Estados Unidos é, apesar de tudo, prioritária. "Compartilhamos dos valores do Ocidente — as liberdades individuais e a propriedade privada — e somos não-alinhados diante dos impactos que o conflito Leste-Oeste coloca", disse o ministro das Relações Exteriores. De fato, a participação do embaixador Frank Ortiz numa reunião do gabinete nacional com o presidente Alfonsín, na qual se tratou da questão da dívida externa, denota um notável grau de recomposição. Na realidade, não há memória de nenhuma intervenção semelhante, pelo menos no último meio século.

A já apontada importância dos bancos norte-americanos dentro do conjunto de credores e a intervenção do governo dos Estados Unidos na renegociação explicam essa diferença e provavelmente também têm conexão com a crise interna que, três meses antes de assumir, desfechou de seu cargo um dos subsecretários da chancelaria, Hugo Gobbi. Segundo fontes diplomáticas, este era o partidário mais decidido do estreitamento de vínculos com Washington, numa dimensão que excedia as conveniências para uma negociação delicada.

O fato de ele ter caído em desgraça também não implica necessariamente o fortalecimento da outra subsecretária, Elsa Kelly (que, em fevereiro, assistiu

aos atos pelo cinquentenário de Sandino, em Manágua), e sim unicamente o restabelecimento do equilíbrio.

A renegociação da dívida tem uma restrita contrapartida política: deixar as mãos de Washington livres na América Central, chegar a um acordo com a Grã-Bretanha nas Malvinas para atenuar o sentimento antinorte-americano despertado em toda a América durante a guerra, não jogar num rumo terceiro-mundista pronunciado, admitir o controle internacional do plano nuclear argentino. Os Estados Unidos veriam então com bons olhos a eleição da Argentina para presidir o Movimento dos Países Não-Alinhados.

Washington deseja minimizar o papel do Grupo de Contadora, ao qual Alfonsín deu o seu apoio, e sabe-se que também pressionou fortemente o México, porque esse é o principal obstáculo que encontra no caminho de confronto que escotlhou contra a revolução nicaraguense. Nesse sentido, deve-se computar como uma vitória de Reagan a decisão panamenha de participar das novas manobras militares no Caribe, contradizendo a posição explícita fixada por Contadora e debilitando assim o Grupo.

As reiteradas declarações do chanceler Dante Caputo de que a questão centro-americana se insere no quadro do conflito Leste-Oeste também agradam a Washington, por mais que o ministro argentino acrescente que seu propósito é tirar a região desse quadro de confronto e trabalhar pela paz. A coincidência de seu raciocínio com o do relatório Kissinger é inocultável e, de uma caracterização errônea, dificilmente se tirará uma política correta, apesar da boa-fé dos funcionários de um governo que acaba de conceder um crédito de 45 milhões de dólares à Nicarágua, fato que provocou um protesto formal dos Estados Unidos. •

Consolidase o processo unitário

Os anos de luta — armada e de massas — forjam a unidade das forças revolucionárias

O movimento revolucionário guatemalteco tem uma longa história de lutas, que remontam ao século passado, mas para situá-lo dentro de seus antecedentes mais recentes, poder-se-ia dizer que ele se gerou com o processo democrático iniciado no país com a Revolução Popular de 29 de outubro de 1944. Durante dez anos — até a derrubada de Jacobo Arbenz em 1954 —, a Guatemala viveu um processo democrático avançado, com ampla participação popular. A experiência, que teve grande influência e repercussão em todo o continente, foi abortada pela intervenção militar norte-americana com apoio da CIA.

“O governo dos Estados Unidos utilizou um exército mercenário concentrado e armado em Honduras, aproveitando a submissão do exército guatemalteco e a posição entreguista da oligarquia e da burguesia nascentes”, explica o comandante Pablo Monsanto das Forças Armadas Rebeldes (FAR) em entrevista a cadernos. “A contra-revolução de 1954 reverteu os avanços do processo democrático e conspurcou todos os direitos conquistados pelas maioriais”.

A situação permaneceu inalterada até o início da década de 60, “quando as massas começaram a expressar espontaneamente, através de greves e manifestações de rua, sua oposição ao regime entreguista de Ydígoras Fuentes”.

Também crescia no seio da jovem oficialidade a oposição à corrupção e ao entreguismo. Monsanto explica assim: “A utilização do território nacional por parte do governo norte-americano, para o treinamento de contra-revolucionários — derrotados em Playa Girón pelo povo cubano —



O ex-presidente Jacobo Arbenz

no — provocou também um forte descontentamento naqueles setores do exército. A presença de uma força militar estrangeira foi rejeitada por oficiais que, com honestidade, continuaram lutando na clandestinidade contra o regime. Seus ideais nacionalistas os levaram a tentar a derrubada do general Ydígoras. Mas o levante fracassou. Contudo, os oficiais não se renderam

e fundaram o Movimento 13 de Novembro, MR-13”.

Paralelamente, diante da repressão do governo, o movimento de massas se radicaliza. “Surge o Movimento 12 de Abril — explica Monsanto — que adere também, posteriormente, à luta armada. Por sua vez, o Partido Guatemalteco do Trabalho, PGT — que participou do governo de Jacobo Arbenz — já na clandestinidade, celebra seu 3º Congresso, aderindo também à luta armada, a única via para a Revolução na Guatemala”.

Nesse contexto, as Forças Armadas Rebeldes (FAR) surgem, “como o primeiro esforço visando à unificação” de todos os grupos que apoiavam a luta revolucionária. Seus primeiros comandantes foram Marco Antonio Yon Sosa (63-64) e Luis Augusto Turcios Lima (64-66).



Yon Sosa, 1º comandante das FAR

“Organizaram-se vários grupos guerrilheiros, principalmente na zona nordeste, especificamente nos departamentos de Zacapa e Isabal.

Hoje, somos uma organização com uma concepção ideológica, política e militar, que está contribuindo, através da guerra popular revolucionária para a libertação definitiva de nosso povo”, afirma o comandante Monsanto.



"O movimento revolucionário guatemalteco reestrutura suas forças políticas e militares"

Presença em todo o país

Qual é a etapa atual da luta de libertação da Guatemala?

— O movimento revolucionário guatemalteco encontra-se num período de reestruturação das forças militares e políticas. Os Estados Unidos e o Estado guatemalteco aplicam a política de contra-insurreição, reprimindo o movimento revolucionário de diversas formas, com características de genocídio e com métodos brutais. Nos três últimos anos, generalizou-se a guerra de guerrilhas a nível nacional. Do ponto de vista militar, isso se manifestou na proliferação de grupos guerrilheiros. E no plano político, obteve-se uma presença em todo país, com influência em grandes setores do povo.

Tiveram influência neste avanço revolucionário fatores externos e internos. Entre os fatores externos estão a vitória da revolução sandinista, a ampliação do movimento revolucionário em El Salvador, o agravamento das contradições do sistema capitalista mundial e a perda de hegemonia dos Estados Unidos a nível internacional.

Entre os fatores internos: o aprofundamento da crise estru-

tural, a decomposição do sistema político, a perda de confiança do povo no regime imposto pelos Estados Unidos, a manifestação cada vez mais intensa das contradições no seio do exército e das classes dominantes, e o surgimento da URNG¹ como uma alternativa de poder na Guatemala.

Como se reflete esse processo no exército regular?

— O movimento guerrilheiro desferiu golpes no exército atingindo-o internamente, embora sem chegar a constituir uma ameaça real para suas forças estratégicas. Entretanto, a nova situação obrigou as forças armadas a elevar mais seu nível técnico e a tomar medidas para superar as contradições produzidas no seu seio pelo processo de luta contra-insurreccional.

Foram forçadas a mudar sua estrutura pela de um exército contra-insurreccional. Deslocaram

¹Em fevereiro de 1982, as forças guerrilheiras constituíram a Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG) integrada pelas organizações Exército Guerrilheiro dos Pobres (EGP), Partido Guatemalteco do Trabalho (PGT), Organização Revolucionária do Povo em Armas (Orpa) e Forças Armadas Rebeldes (FAR).

e dispersaram suas forças, passando a aplicar uma tática irregular. Adequarem seus comandos à nova situação. Centralizaram no Estado Maior todas as operações de contra-insurreição, através dos comandos táticos formados com esse fim e descentralizaram o comando mantido anteriormente pelas brigadas e as bases militares.

Isso gerou grandes contradições. Na medida em que o movimento guerrilheiro, através da concentração de suas forças, realizar operações com unidades grandes, o exército vai se ver obrigado a tornar a operar com unidades cada vez maiores. Irá desaparecendo com isso sua atividade irregular. Deverão retornar às estruturas de exército regular, terão de adequar novamente seus comandos e as divergências internas serão cada vez mais agudas.

Do ponto de vista político e militar, com a aplicação da guerra psicológica e de métodos de inteligência e contra-insurreição, o exército conseguiu calcular a capacidade tática do movimento guerrilheiro e tem tratado de aplicar medidas visando sua neutralização.

Qual foi a repercussão de tudo isso a nível popular?

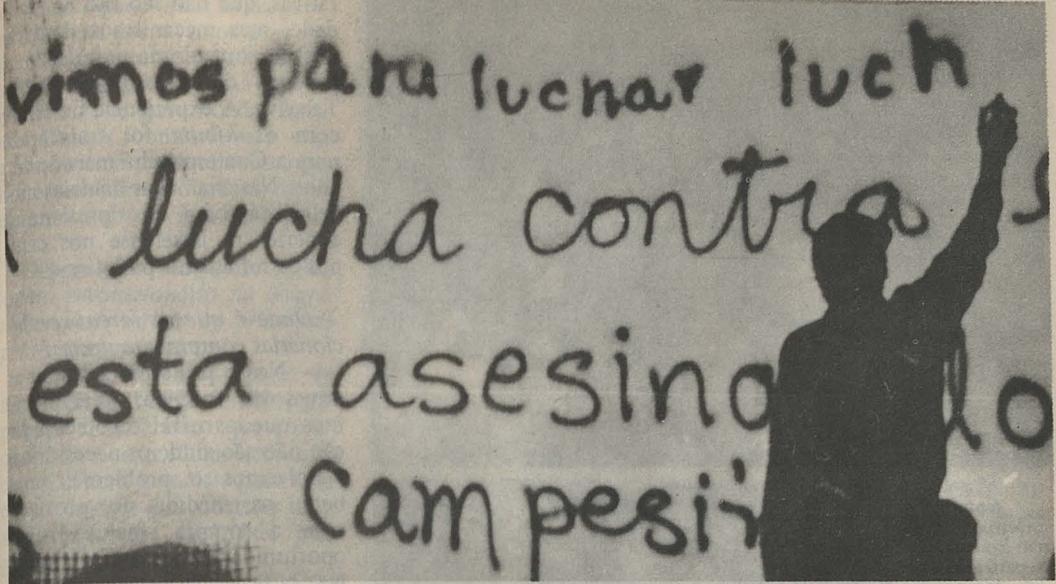
— A política repressiva atingiu o movimento de massas, que neste momento está muito reduzido depois dos golpes recebidos. A população está submetida a medidas estritas de controle.

Quais são as medidas que estão sendo tomadas pelo movimento revolucionário para enfrentar essa situação?

— Concentram-se forças e são dados golpes significativos.

Qual é a política dos Estados Unidos em relação à Guatemala?

— Washington está tratando, especificamente na Guatemala, de resolver os problemas e as



"O processo unitário é irreversível, embora seja necessário construí-lo na prática, dia a dia"

contradições no seio das classes dominantes, do exército e dos setores políticos tradicionais. Seus planos vão de armadilhas eleitorais a golpes de estado e assessoria política, de "ajudas econômicas" à intervenção militar, caso a evolução da situação o torne necessário.

E as forças democráticas?

— O movimento democrático, desmembrado e desarticulado, se mantém, entretanto, expressivo, principalmente no exterior. Porém, essa situação fez com que a influência junto a alguns setores da população esteja reduzida.

Perspectivas da luta revolucionária

Quais são as perspectivas político-militares da luta revolucionária?

— O movimento revolucionário nunca teve em sua história tantos recursos e possibilidades para desenvolver a guerra popular.

Do ponto de vista político, é necessário que as grandes maioriais de nosso povo estejam uni-

das em torno de um programa revolucionário.

No plano militar, a partir da concentração de forças e da unificação de uma tática comum para todo o movimento guerrilheiro, é necessário desferir fortes golpes ao inimigo que o obrigue a abandonar partes do território e população. Para isso temos de chegar à criação de comandos conjuntos da URNG. Só dessa maneira poderemos dar o salto qualitativo, mudando em nosso favor a correlação de forças.

Para isso é necessário homogeneizar o pensamento revolucionário, procurar a coesão em torno da solução dos problemas fundamentais, com base em objetivos táticos comuns, políticos e militares. Entre as grandes maiorias do povo guatemalteco existe a disposição de lutar até vencer. Mas faz falta ainda que a vanguarda revolucionária se coloque à altura das necessidades e possibilidades.

O inimigo está envolvido em suas múltiplas contradições que se aguçarão ainda mais se desenvolvemos uma dinâmica diferente e conseguirmos triunfos deci-

sivos sobre as forças inimigas. Isso é possível e estamos nesse caminho.

Qual é a etapa atual do processo de unidade do movimento revolucionário?

— Com a constituição da URNG e a elaboração de um programa revolucionário, patriótico, popular e democrático chegou-se a um acordo político. Esse acordo se expressa na convergência sobre a necessidade de desenvolver a guerra popular revolucionária.

Esse processo unitário é irreversível, embora seja necessário continuar a construí-lo na prática, dia a dia.

O governo norte-americano e os outros aliados da reação guatemalteca têm por objetivo amedrontar os indecisos e estão empenhados em destruir o processo unitário. Mas enfrentaremos qualquer subterfúgio ou manobra.

Para resolver as divergências internas não existem soluções dadas por antecipação. Contudo, sem a unidade revolucionária, sem a unidade de todo o povo, a



"A política repressiva e intervencionista não é o caminho para as classes dominantes atingirem seus objetivos"



vitória é impossível. É preciso fugir dos esquemas e das idéias dogmáticas. A dialética foi descoberta para sermos criativos, para construir e não para destruir. Concretamente, as FAR realizam esforços visando a contribuição, da melhor maneira possível, ao processo de unidade das forças revolucionárias e do povo todo.

O apoio de Israel

Diversas denúncias acusam Israel de ser um dos maiores fornecedores de armas ao regime guatemalteco. Que pode nos dizer a esse respeito?

— Israel é, de fato, um dos mais estreitos aliados do regime guatemalteco. Sua ingerência vai muito mais além da ajuda e do

56 - terceiro mundo

assessoramento em matéria militar e de inteligência. O armamento do exército guatemalteco é fundamentalmente israelense (fuzil Galil e submetralhadora Uzit). O principal avião na luta contra a guerrilha é o Aravá. O treinamento dos kaibiles (tropa de elite), baseia-se, em grande medida, na "experiência" dos soldados israelenses contra o povo palestino e os povos árabes em geral. O serviço de inteligência e contra-inteligência atua com computadores instalados na parte posterior do palácio Nacional, um sistema que é também produto da tecnologia do sionismo. Mas a penetração israelense na Guatemala é muito mais profunda.

Está presente na organização social, através de supostas coope-

rativas, que não são isso na realidade, mas mecanismos descarados de controle da população, e produto do assessoramento de Telavive. A experiência de Israel com os kibutz foi transferida para a Guatemala há mais de dez anos. Nas chamadas "aldeias modelo" também está presente a experiência israelense nos campos de refugiados palestinos.

Onde é que as forças revolucionárias compram as armas?

— Nossa princípio é tomar as armas do inimigo. Reconhecemos que os níveis de recuperação não são ainda os necessários. Resolvemos o problema, também, na medida do possível, com a compra. Inclusive, em oportunidades bastante frequentes, o fazemos através dos próprios militares guatemaltecos.

De que forma influem no movimento revolucionário guatemalteco os acontecimentos da América Central?

— A política dos Estados Unidos — que apóia e alimenta a contra-revolução na Nicarágua, mantém e assessorou o governo e o exército salvadorenho, ocupa militarmente Honduras e apóia a ditadura guatemalteca — dá certa segurança às classes dominantes em nosso país de que poderão deter o movimento revolucionário. Mas, ao mesmo tempo, contribui para aguçar as contradições. As ações de Reagan estão gerando uma consciência nacional.

Por outra parte, os êxitos já alcançados pela Revolução Sandinista — tanto econômica, política, social como militarmente — somados ao avanço do movimento revolucionário salvadorenho, fortalecem a disposição de luta de nosso povo. Amplos setores das classes dominantes se convencem de que a política repressiva e intervencionista não é o caminho para atingir seus objetivos.

Nós não desejamos nem pro-

vocamos a generalização da guerra. Mas nos preparamos para enfrentar uma intervenção militar norte-americana se esta vier a ocorrer. Se o governo dos Estados Unidos cometer esse erro grave, terá de pagar um custo político, econômico, militar e social muito alto. E será derrotado.

Depois do triunfo do movimento revolucionário na Guatemala, quais seriam os principais pontos programáticos?

— Primeiro, a instauração de um governo revolucionário, popular e democrático que comece a tomar as medidas econômicas, políticas e sociais para tirar o país da crise e reconstruir tudo aquilo que foi destruído pela guerra.

Restaurar todos os direitos políticos de participação de nosso povo, dando liberdade de organização às grandes maioria. Assumir uma política internacional de não-alinhamento, de rela-



"A revolução garantirá a igualdade entre indígenas e nativos"

ção com todos os países do mundo, abstraindo-se o sistema político e econômico que eles tiverem.

A partir daí, a realização dos demais pontos programáticos da URNG:

1. "A revolução porá fim à repressão contra o povo e garantirá aos cidadãos a vida e a paz, suprindo direitos do ser humano.

2. "A revolução assentará as bases para solucionar as necessidades fundamentais das grandes maioria do povo, ao acabar com o domínio econômico e político dos repressores nacionais e estrangeiros que governam a Guatemala.

3. "A revolução garantirá a igualdade entre indígenas e nativos, acabando com a opressão cultural e com a discriminação.

4. "A revolução garantirá a criação de uma nova sociedade onde estejam representados no governo todos os setores patrióticos, populares e democráticos.

5. "A revolução garantirá a política de não-alinhamento e de cooperação internacional que os países pobres necessitam para se desenvolverem no mundo de hoje, com base na autodeterminação dos povos."

Agora você vai ficar sabendo tudo sobre o seu país

Jornal do País Nas bancas

Todas as semanas. Circulação nacional.

As pressões sobre Price

O primeiro-ministro sofre fortes pressões para transformar o país numa ponta de lança da política norte-americana para a América Central

Ash Narain Roy

Embora, geograficamente, Belize faça parte da América Central, dificilmente se enquadraria no estereótipo regional. A história, a cultura, o povo e as instituições políticas de Belize lhe imprimem características especiais. Originalmente, Belize foi habitada pelos maias, cuja avançada civilização atingiu o seu apogeu por volta do século 17. Posteriormente, no século 18, marinheiros ingleses e escoceses se radicaram nesse território. Belize também sofreu uma série de imigrações provenientes da África, China, Índia e de outras ilhas caribenhas. Em consequência, hoje em dia, o país tem uma população poliglota e multi-racial, formada por africanos, indígenas americanos, europeus e alguns grupos asiáticos.

O temperamento também distingue os belizenhos de outros povos centro-americanos, fazendo com que eles se identifiquem mais com o Caribe de língua inglesa do que com a América Latina. E o mais significativo: em uma região onde os problemas políticos são geralmente resolvidos através de golpes de estado, violência e manipulação governamental, Belize escolheu solucioná-los através do voto.

Belize tem desfrutado de sua vida democrática pacifista e respeitado as normas de conduta internacional. Apesar disso, o país



Price: aproximando-se dos EUA

já está sentindo a onda de choque da convulsão em El Salvador e na Guatemala pela afluência de milhares de refugiados. Nos últimos meses, o governo do primeiro-ministro George Price deu alguns indícios de estar se aproximando da política norte-americana para a região, o que provocou críticas de alguns membros de seu gabinete que defendem uma verdadeira política de não-alinhamento.

Uma economia frágil

Há pouco mais de dois anos e meio, Belize se tornou indepen-

dente, pondo fim a mais de 200 anos de colonização britânica. Em termos econômicos, o país enfrenta sérias dificuldades devido à infra-estrutura industrial inadequada, à falta de mão-de-obra especializada e ao conflito fronteiriço com a Guatemala, que reivindica 23 mil quilômetros quadrados de território belízeno.

As flutuações do mercado açucareiro, junto com a fuga de capital e o estancamento das atividades manufatureiras, agravaram os problemas econômicos do país. O crescimento anual registrado em 1981, da ordem de 2,6%, não deu resultados animadores em 1982/83. Isso, em parte, se deve às adversas condições da economia mundial. O desequilíbrio crônico da balança comercial, o subemprego rural e o desemprego urbano continuam sendo as características da economia belizena.

O principal produto de sua economia é o açúcar, cuja refinação está em mãos inglesas. A exportação de açúcar para a Inglaterra e para os Estados Unidos constitui a sua maior fonte de divisas. Exportam-se também cítricos (sucos e concentrados), produtos do mar — especialmente lagosta e caramujo —, e madeira de cedro e caoba, além de roupa. Os investidores estrangeiros controlam também a exploração desses produtos.

Os setores bancário e financeiro são igualmente dependentes do Reino Unido e dos Estados Unidos. Embora o sócio comercial tradicional de Belize sempre tenha sido a Grã-Bretanha, sua participação nas importações diminuiu, de forma decisiva, em favor dos Estados Unidos e, em menor medida, do Canadá, Jamaica e México.

Por outro lado, Belize tem um potencial enorme para seu desenvolvimento. O país tem grandes reservas de madeira, o solo e as condições climáticas são propícios para o cultivo de

vegetais e frutas tropicais, assim como para a criação de gado, e o turismo e as indústrias orientadas para a exportação de produtos não tradicionais têm perspectivas promissoras. No entanto, a maior esperança da economia belizena é o petróleo, encontrado na costa norte e na zona em disputa com a Guatemala.

Nos últimos meses, os planos de desenvolvimento se orientaram no sentido de uma maior participação da empresa privada — cuja presença havia sido tradicionalmente limitada. Esta e outras medidas são resultado das pressões de organismos financeiros internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), os quais concederam empréstimos de mais de 40 milhões de dólares para a construção de um porto moderno que supostamente impulsionará a exportação agropecuária.

A política internacional

No campo internacional, Belize tem mantido uma política independente e não-alinhada, baseada em princípios como não-intervenção em assuntos internos dos Estados, direitos inalienáveis dos povos à sua auto-determinação, e observação estrita do princípio de não utilizar a força para a resolução de conflitos internacionais. Ainda antes de sua independência, Belize foi membro fundador da *Caribbean Free Trade Association* (Carifta) e da Comunidade do Caribe (Caricom). Também entrou para o Movimento dos Países Não-Alinhados e para a chamada comunidade britânica (*Commonwealth*).

C. L. B. Rogers, o então vice-primeiro-ministro de Belize, falou na 38ª sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas em 11 de outubro de 1983, analisando minuciosamente a crise centro-americana e apoiando as iniciativas do Grupo de Contadora. "Em nosso



Belize mantém o princípio de não-utilização da força para resolver conflitos internacionais

país — disse — os refugiados provenientes de Estados vizinhos estão cruzando nossa fronteira em busca de um refúgio seguro, para salvarem suas vidas dos perigos da guerra civil".

Em outubro do ano passado, quando os Estados Unidos invadiram militarmente Granada, Belize se uniu a vários países latino-americanos no repúdio a essa ação. O primeiro-ministro George Price lamentou a morte de Maurice Bishop e de outros membros de seu gabinete. Deve-se registrar que na reunião de emergência da Caricom, realizada em Porto de Espanha (Trindade-Tobago) uma semana antes da invasão, Belize se opôs a toda ação militar em Granada (Guiana, Baamas e Trindade-Tobago foram os outros três países que acompanharam Belize na condenação de qualquer ação militar em Granada).

Cisão no PUP

Por ocasião do primeiro aniversário da independência, o governo de Price sofreu uma crise quando dois de seus ministros, pertencentes ao chamado grupo de esquerda do partido governante, o Partido Unificado do

Povo (PUP), exigiram "as medidas extraordinárias e heróicas" para pôr fim "à corrupção, à ineficiência e à mediocridade". Assad Shoman, ministro da Saúde, e Said Musa, ministro da Educação, exortaram o primeiro-ministro Price a tomar as medidas econômicas e sociais necessárias para tornar possível "a independência real e verdadeira". Os dois ministros também criticaram Price por apoiar o presidente do PUP, Louis Sylvestre, e o ministro do Trabalho, Fred Hunter (representantes da tendência direitista do partido).

Quando os esforços do líder da tendência de esquerda do PUP, procurador geral da República e ministro da Educação, Said Musa, foram derrotados em suas aspirações de assumir a liderança do partido (em maio de 1983), a ala esquerda do PUP formou o Movimento para a Direção Democrática (MDD), que novamente denunciou a corrupção e a falta de democracia no partido governante. Também advertiu que o partido perderá as próximas eleições se não modificar a sua postura. Em consequência dessa disputa, o secretário geral do PUP, Mark Cuellar, foi obrigado a renunciar. Porém,

Com cerca de 170 mil habitantes e uma superfície de 22.697 km², Belize tem uma posição estratégica que coincide com os planos da administração Reagan para ocupar militarmente a América Central



pouco tempo depois, a direita, encabeçada por Sylvestre, recuperou o controle do partido por dois anos, na convenção nacional do PUP. O MDD, liderado por Musa, não conseguiu destituir Sylvestre da presidência do partido.

Em 14 de dezembro de 1983, o oposicionista Partido Democrático Unido (PDU)¹ venceu as eleições municipais de Cidade Belize, o que significou um sério revés político para o PUP. Esta derrota permite constatar que é real o risco que o partido do primeiro-ministro Price corre nas próximas eleições gerais que se realizarão no decorrer deste ano. O PDU recebeu 58,3% do total de votos. Segundo observadores políticos, a derrota do PUP se deve não tanto aos méritos da oposição, e sim à apatia dos próprios militantes e à luta interna no partido governante.

A derrota eleitoral do PUP foi explicada em alguns círculos como resultante da baixa popularidade de George Price. Tal afirmação, porém, é prematura. Price é um político hábil e experiente, e em muitos sentidos está acima das disputas internas de seu partido. Como resultado dessa derrota, o primeiro-ministro

destituiu Louis Sylvestre de seu cargo de ministro da Energia, transferindo-o para um posto de menor importância.

Em 6 de janeiro do presente ano, o vice-primeiro-ministro e ministro do Interior e da Defesa, C. L. B. Rogers, renunciou inesperadamente. Embora Rogers tivesse explicado sua decisão como "estritamente por razões de saúde", a imprensa local assinalou que ela se devia a uma cisão dentro do governo de Price e a pressões internas para reconstituir o gabinete. Price aproveitou a ocasião para fazer outras mudanças no ministério.

Boas relações com Washington

A viagem do primeiro-ministro George Price a Washington em maio de 1983, marcou a aproximação entre Belize e os Estados Unidos. Reagan e Price discutiram principalmente a estreita cooperação entre os dois países nos campos econômico e comercial, como também a "segurança de Belize", considerada pelo presidente Reagan como "um modelo de paz e estabilidade" para a região.

Depois da recente mudança no gabinete, o primeiro-ministro afirmou que a nova política exterior belizena continuará sendo baseada no não-alinhamento, porém, que dará ênfase aos "nossos vínculos especiais com os Estados Unidos, como líder deste

¹O PDU, liderado por Dean Londo, é de formação recente; defende a ideologia colonial pró-britânica e está marcado por um acentuado anticomunismo.

hemisfério". Também acolheu bem as recomendações da Comissão Kissinger, especialmente o estabelecimento de uma Organização para o Desenvolvimento da América Central (Cado).

Segundo alguns dados divulgados nos Estados Unidos, em 1983, Belize recebeu mais ajuda norte-americana per capita que qualquer outro país do hemisfério ocidental: 19 milhões de dólares. Segundo a publicação *Central America Update* (dezembro/janeiro de 1983/84, p. 32), Belize também recebeu ajuda militar e treinamento dos Estados Unidos.

Por outro lado, os Estados Unidos também incrementaram sua penetração diplomática. A embaixada em Belmopán conta atualmente com 26 funcionários (em setembro de 1981 só havia cinco diplomatas norte-americanos). Segundo o Exército Guerrilheiro dos Pobres (EGP), a posição estratégica de Belize coincide com os planos da administração Reagan de ocupar militarmente a América Central. Por isso, o país estaria sendo objeto de pressões para se alinhar aos interesses norte-americanos.

O *Sunday Times* de Londres informou sobre uma possível retirada das forças britânicas de Belize depois que Reagan se entrevistou com Thatcher (outubro de 1983). Embora o governo inglês tenha desmentido essa informação, alguns analistas militares afirmam que dada a histórica aliança anglo-norte-americana, esta opção não deve ser descartada no futuro. A primeira-ministra Margaret Thatcher precisa do apoio do governo Reagan para fortalecer sua presença militar nas Malvinas e por essa razão poderia estar disposta a sacrificar Belize. Segundo esta interpretação, Belize passaria a ser utilizada como base militar pelos norte-americanos.

Só o tempo demonstrará até que ponto o governo belizeno aceitará essa opção.

Sobreviver sem imitar nem depender

A experiência de um técnico brasileiro sobre alguns dos aspectos mais controvertidos da experiência revolucionária na ilha de Fidel

Aylé-Salassié *

Em bora a pobreza persista, em Cuba não há miséria. Há racionamento, mas não existe fome nem inflação: a moeda permanece estável há 70 anos. Ninguém se submete a auditorias do Fundo Monetário Internacional (FMI) ou de qualquer banqueiro estrangeiro. Entretanto, de três em três meses, as autoridades governamentais têm de ir às praças públicas prestar contas do que estão fazendo.

Podem ser arguidas e, se suas explicações não convencerem, corre o risco de perder os cargos. Teoricamente, a regra não preserva sequer o emprego do primeiro-ministro Fidel Castro.

Essas são apenas algumas das observações do economista brasileiro, Cristovam Buarque, professor da Universidade de Brasília, que esteve em Cuba, contratado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a fim de assessorar na implantação de um centro de elaboração e análise de projetos de desenvolvimento rural integrado. O objetivo foi facilitar o acesso dos cubanos a al-

guns financiamentos de baixo custo (de interesse social) nos organismos internacionais de crédito. "Os critérios que eles usavam não se adaptavam à metodologia dessas entidades", diz.

Cristovam foi coordenador da seção de avaliação econômica de projetos no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e prestou serviços semelhantes em diversos países para diferentes organismos da ONU. Ele é, provavelmente, um dos poucos brasileiros que não visitou Cuba a convite do governo cubano, nem foi motivado por razões e atividades políticas ou culturais. Foi como técnico e com a possibili-

dade de trabalhar com o pessoal local.

Segundo Cristovam, os cubanos se identificam muito com os brasileiros também no seu cotidiano. "Gostam de esportes, de dançar e, embora falem muito em Chico Buarque, especialmente nos meios intelectuais, a maior popularidade, distante, é de Roberto Carlos, seguido de Nelson Ned e Lindomar Castilho". Para Cristovam, "a revolução cubana é uma revolução de pequenos jeitinhos, com uma grande estratégia política, coerente a nível nacional".

Uma parcela significativa de nossos economistas, especialmente de esquerda, entende que Cuba não tem necessidade de aprender a elaborar ou analisar projetos, porque isso é coisa de economia burguesa. Como os cubanos vêem isto?

— É exatamente o contrário. O capitalista pode prescindir de projeto. Grande parte dos empresários, no Terceiro Mundo, investe como se jogasse na roleta. A Sudene e os Bancos de Desenvolvimento são as roletas, e viciadas. O capitalista sempre ganha. O projeto é apenas o documento para arranjar o dinheiro. Numa economia socialista é o



Vista de Havana, a capital cubana: as favelas desapareceram

* Aylé-Salassié é repórter da "Folha de São Paulo" – Sucursal de Brasília. Graduado em Jornalismo e História e MSC em Comunicação pela Universidade de Brasília. Foi correspondente em Londres do jornal "Correio Brasiliense" e da Agência de Notícias dos Diários Associados (Anda).



Prensa Latina

"Em Cuba, através de um complexo mecanismo de planejamento, casa m-se necessidades e produção ou importação"

contrário. Aqueles que tomam as decisões têm de estar certos de que não jogam dinheiro do povo fora. Têm de olhar com cuidado as alternativas disponíveis. O programa que preparei não vai ensinar os cubanos a copiar métodos capitalistas de análise de projetos, mas vai ajudá-los na formação de uma racionalidade ao nível micro das decisões de investir, e assim ajudá-los a ter acesso aos organismos internacionais de financiamento.

Como são satisfeitas as necessidades básicas da população?

— Em Cuba, o Estado centraliza, ao mesmo tempo, a definição das prioridades e necessidades da sociedade, e a disponibilidade dos recursos econômicos da Nação. Através de um complexo mecanismo de planejamento, usando inclusive sofisticados recursos econômicos, conseguem casar necessidades e produção ou importação. Claro que isso não é tão simples. Têm de abandonar projetos ambiciosos que custariam mais do que as exportações permitem. Por outro lado, como não dá para importar tudo e nem tudo pode ser fabricado no país, as pessoas não podem ter a quantidade de coisas que desejam. Por isso, há racio-

namento para certos produtos. Cada família tem direito a uma certa quantidade de carne por mês, de sapatos por ano, a um preço que permite a todos comprar o necessário.

O racionamento é uma prática comum?

— A comercialização de cada produto se dá de duas formas: uma, com controle e racionamento, na qual tudo é vendido a um preço muito barato, mas não se pode comprar mais do que uma certa quantidade por ano e é necessário o cupom de racionamento; a outra, chamada de mercado paralelo estatal, em que se pode comprar qualquer quantidade, mas a preços mais elevados. Há, portanto, dois tipos de racionamento: um através de cupons, que assegura o mínimo a todos igualmente; e outro — o mesmo racionamento praticado no mundo capitalista —, que se faz através do dinheiro, orientando-se, com ele, as preferências ou gostos individuais. Quase todos os produtos têm portanto dois preços: um vermelho e outro verde.

Quais são os que não têm dois preços?

— Aqueles em que a produção

e os limites de importação são apenas suficientes para satisfazer as necessidades do mínimo racionado para cada família. Não sobra para o mercado livre, paralelo. Acho que carne de boi, por exemplo. As carnes de galinha, de coelho, de porco, porém, não têm os dois mercados.

Uma transferência de renda

E como são fixados os preços?

— No mercado paralelo estatal, o preço é fixado de forma parecida com qualquer economia de mercado, com base na disponibilidade do produto e a demanda dos consumidores. A única diferença é que os preços são controlados e uniformes, já que todo o comércio é estatal.

No mercado básico, racionado, o preço é fixado de forma a que cada pessoa possa ter o mínimo considerado necessário.

O interessante é que os preços não são determinados diretamente pelo custo de produção. O governo orienta o consumo. Por exemplo, bebidas alcoólicas são caríssimas. O preço de uma cerveja pequena permite comprar 10 litros de leite. Com o preço de um pacote de cigarros pode-se comprar 4 livros. Com um litro de rum paga-se o aluguel da casa e sobra para comprar uma pequena biblioteca. Há uma transferência de renda dos que gostam de bebidas e cigarros para os que necessitam de leite e livro, cujos preços são francamente favoráveis.

O benefício é tomado então em detrimento dos que gostam de beber e fumar?

— Do ponto de vista "liberal", não deixa de ser um tolhimento da liberdade. As prioridades são definidas pelo Estado sem a liberdade das chamadas forças produtivas e consumistas para funcionar conforme seus interesses. Ao nacionalizar e estatizar toda a indústria, o Estado orientou os recursos nacionais para

eliminar a pobreza, para educar toda a população, para criar um eficientíssimo serviço médico, absolutamente grátils. Mas, para isso, foi preciso reduzir drasticamente a importação de carros, as viagens turísticas ao exterior, a compra de jóias, a construção de grandes apartamentos etc. A vantagem do sistema é a possibilidade de eficiência no uso dos recursos nacionais, conforme as prioridades sociais. A desvantagem é que aqueles que têm prioridades pessoais diferentes da média, saem prejudicados.

E quanto ao desemprego e a inflação?

— Se a população crescer mais do que a economia requer, haveria teoricamente uma redução na jornada de trabalho, ou no tempo de aposentadoria. Os críticos dizem que também haveria um aumento do número de pessoas dedicadas ao que lá chamam de "internacionalismo", ou seja, soldados, médicos, professores e outros profissionais trabalhando no exterior.

Quanto à inflação, eles nem entendem direito o que é isso. Os preços dos produtos básicos são estáveis, por décadas. Os preços do leite, da carne, da roupa, do aluguel não sobem desde a revolução. E muitos preços baixaram. Grande parte das moedas que circulam tem 20, 30, 40 anos. Eu usei moedinhos de cinco centavos, já gastos de tanto circular, com data de 1915. Veja bem, não é uma moeda de cinco mil pesos. É de cinco centavos; e compra hoje mais ou menos o mesmo que em 1915. Uma caixa de fósforo e uma passagem de ônibus custam o mesmo preço desde que apareceram pela primeira vez em Cuba.

Então a estabilidade do sistema é anterior à revolução?

— O mérito da estabilidade vem de antes da revolução. O que a revolução conseguiu foi distribuir a renda sem inflacio-

nar a economia.

A revalorização da moeda

Como eles fazem com os produtos importados de economias inflacionárias?

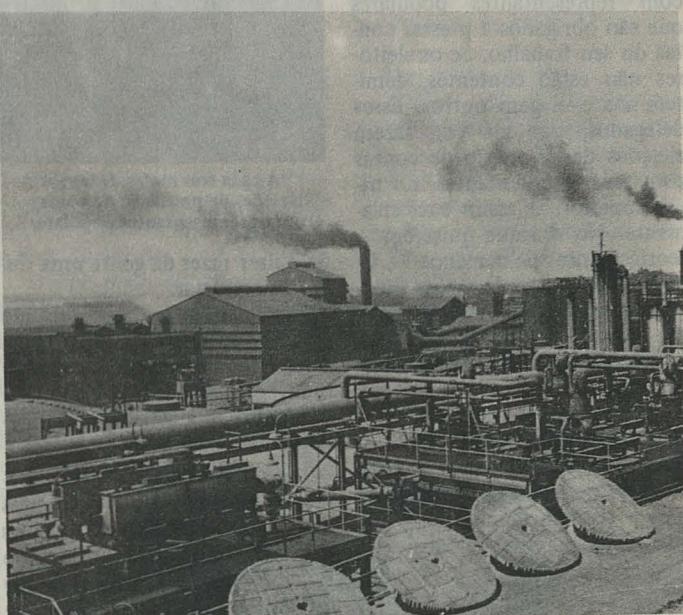
— As inflações externas não penetram na economia, quando os preços externos crescerem na mesma proporção que os preços dos produtos que exportam, e desde que continue exportando a mesma quantidade. Basta que haja uma valorização da taxa de câmbio.

Preço do petróleo que Cuba compra é o mesmo desde 1976, em toneladas de açúcar que exporta. No comércio com outros países, se Cuba não conseguir exportar o suficiente, terá que reduzir as cotas dos consumidores, mas não necessariamente aumentar o preço.

E o endividamento externo cubano?

— Os cubanos devem cerca de três bilhões de dólares. A explicação deles é a de que o preço

Prensa Latina



"A vantagem do sistema é a possibilidade de eficiência no uso dos recursos nacionais, conforme as prioridades sociais"

Na vitória da revolução, um peso valia o mesmo que um dólar. Agora, o dólar vale 30% menos que o peso. Ou seja, como não há inflação em Cuba, e o resto do mundo tem tido inflação, o governo cubano tem que valorizar sua moeda. Em Cuba, o problema é reduzido porque seu comércio básico é com países do Leste, onde tampouco há inflação ou ela é inexpressiva. Há um acordo com a União Soviética que vincula os preços dos produtos entre eles. Por exemplo, o

do açúcar no comércio que não é com a União Soviética, caiu de 26 centavos a libra para seis centavos e que os seus fluxos de fundo têm de ser reajustados. Em Havana, insistem em diferenciar o problema deles do restante da América Latina (e em particular, do México, Brasil, Argentina), dizendo que em Cuba o dinheiro foi gasto para construir casas, ou melhorar a dieta do povo, enquanto que nesses países gastou-se com projetos mirabolantes e desperdícios.

Inclusive para evitar certos erros, também.

E o modelo político?

— Também não deve nem pode ser copiado. A opção, por exemplo, do partido único, não pode ser importada, se na sociedade brasileira prevalecer aspirações de uma estrutura multipartidária. O regime cubano não é multipartidário, mas não deixa, por isso, de ser democrático. Cada três meses há, em todo o país, a chamada *Elección de Rendición de Cuentas*, reuniões com representantes populares que são obrigados a prestar contas do seu trabalho. Se os eleitores não estão contentes, demitem-nos e elegem outros. Esses delegados, por sua vez, fazem eleições de prestação de contas com seus representantes, no nível superior, e assim sucessivamente. No dia que quiserem — teoricamente, pelo menos —, tiram Fidel Castro do poder. Imagine, no resto da América Latina, nossos ministros, cada três meses, prestando contas de seus desempenhos.

O sistema funciona?

— Não é o visitante de um mês que pode analisar ou denunciar o sistema democrático em outro país, ou outra realidade.

Você acredita que o modelo cubano poderia dar certo no Brasil?

— O maior mérito de Cuba foi não ter copiado modelo de nenhum país. Ajustou, improvisou e inventou seu próprio modelo a partir da rejeição e do exemplo de outras experiências socialistas e capitalistas também.

A cópia sempre leva ao fracasso. Por que estamos aqui nesta crise? Pela tentativa de querer copiar no Brasil um modelo externo. Quiseram fazer do Brasil um Canadá ou uma Austrália, para não dizer um Estados Unidos. Se algum partido de esquer-

Prensa Latina



"A cada três meses, fazem-se eleições de prestação de contas com os representantes populares"

da quiser fazer da gente uma Cuba, vai fracassar.

Isso não quer dizer que não devamos aproveitar a experiência deles em muitos aspectos. Sobretudo no que se refere à abolição da miséria, e à satisfação das necessidades básicas da população.

As pessoas que eu conheci pareciam absolutamente contentes com o sistema. Os estrangeiros que vivem lá também diziam que funciona perfeitamente. Dentro do partido, há todas as formações de tendências dentro do possível elenco de visões socialistas, já que o capitalismo se acabou. Assim, dizem, não há necessidade de outros partidos. Segundo eles, a diferença entre o que havia antes e o que há agora é de tal forma favorável para as grandes massas que, democraticamente, um partido de posições capitalistas não teria mais do que uns quantos votos.

Qual é a relação atual com a igreja, a religião em geral?

— Vi igrejas sendo pintadas e reformadas. Em um país onde o governo se esforça para construir

casas e tudo é estatal, a reconstrução, manutenção e conservação de igrejas mostra o respeito à religiosidade e o fato de se estarem canalizando recursos para a igreja (que, em geral, custam muito sacrifício), para estas atividades é significativo. Os cultos afro-cubanos, tipo nosso candomblé, são muito respeitados, mas apenas como manifestação folclórica, não como religião. Um funcionário chegou a dizer que com o avanço cultural do povo, estes ritos tendem a desaparecer como cultos. Aqui me parece haver um certo mecanismo.

Como se dá a transformação de um país de tradição católica em um país socialista de ideologia materialista?

— Não é assim que se deve colocar a questão. Trata-se de construir uma sociedade socialista respeitando todos os valores e padrões culturais e as idiosyncrasias de todas as minorias e mesmo dos indivíduos. Os cubanos, até certo ponto, conseguiram uma forma de ser e não ser que caracteriza, dialeticamente, a personalidade de um povo através de cada um dos seus indivíduos. Eles estão menos preocupados com os aspectos específicos e mais com o que há de comum no conjunto da sociedade.

Há censura em Cuba?

— Sim, e eles não negam. Justificam como uma necessidade de se resguardar. Eu não gosto dessa defesa. Pouco antes de viajar, estive com Mario Vargas Llosa que me disse que seus livros eram proibidos em Cuba. Discuti o assunto com diversas pessoas. Na realidade, os seus livros não são publicados, o que me parece um grave erro editorial, diante da importância de Mario na literatura mundial. Mas fiz questão de ir às bibliotecas e todos os seus livros estão em todas elas. Como os recursos são limitados, eles alegam que se têm que optar

e então preferem os livros de escritores amigos, como Gabriel García Márquez ou Cortázar.

A falta de recursos é uma realidade, mas tenho medo de "quem" e "como" definir a importância e as prioridades.

Acho que o fato de todos os jornais dependerem do Estado pode levar a uma forma de censura. Todas as editoras serem do governo, pode criar uma forma de censura, mesmo quando o governo quisesse evitá-la. As consequências dessa censura se observam nas posições muito firmes de todos em relação a problemas complicados. Por exemplo: a unanimidade de todos no apoio à invasão do Afeganistão. Eu acho que são problemas que geram dúvidas a qualquer analista, marxista ou não. Em Cuba, parece não haver dúvidas quanto à política externa.

Então o povo cubano é mal informado?

— Se compararmos o povo cubano com a intelectualidade europeia ou mesmo latino-americana em regimes democráticos, pode-se dizer que eles não são muito informados sobre detalhes do que ocorre no exterior. Mas se compararmos o povo cubano em geral com qualquer outro povo das Américas, eles são imensamente melhor formados e informados, embora com certa unilateralidade. Eu diria até que são muito melhor informados e formados do que a grande maioria da população, embrutecida pelo consumismo, de certos países ricos do ocidente.

E os presos políticos?

— Devo confessar que não visitei prisões. Houve inclusive uma sugestão para que eu fosse ver uma fazenda modelo de reeducação de presos comuns. Segundo os cubanos com que falei, os presos políticos são poucos e todos da época da definição da Revolução pelo socialismo. Dizem que eles faziam parte de um

grupo que tentou matar Fidel Castro. Não tenho idéia de quantos são. Parece certo que estão presos há duas décadas. O mínimo que se pode dizer é que o sistema exagera no seu rigor.

Há privilégios?

— De uma certa forma, o trabalhador urbano tem um horário mais descansado do que um camponês, cujo ritmo de trabalho depende do sol e da lua. Mas, durante o tempo que eu estive no hotel, houve um momento em que fecharam o melhor restaurante para que ficasse à disposição de 400 campesinos que festejaram, durante quatro dias, o aniversário de vida profissional. Durante esses dias todos, os privilégios foram para eles. Nós, os outros hóspedes, tanto nacionais quanto aqueles, como eu, que pagávamos em dólares, tivemos que nos submeter a um serviço de menor qualidade.

O que pode ser afirmado é a total igualdade de oportunidade, pelo menos até a idade adulta. Como eles costumam dizer, os filhos do "Che" Guevara estudaram nas mesmas escolas dos filhos dos camponeses e dos filhos dos servidores do antigo regime de Batista.

"Não há medo de perder o emprego"

Há pobres em Cuba?

— Há pobreza, se medida conforme os padrões da classe média europeia ou norte-americana. Mas, não há, absolutamente, miséria, desnutrição, analfabetismo, doentes sem atendimento, subemprego, crianças sem escola. Isso não há. Nem medo. Em Cuba não há medo de perder o emprego, de ficar doente sem dinheiro para o hospital, de morrer e deixar família desamparada, nem medo da taxa de juros ou da prestação do BNH.

Nem há favelas?

— Não. Não há favelas. No campo, há casas de madeira com telhado de palha. Mas todas têm banheiro, água, luz e um jardim. Os moradores estão calçados, têm atendimento médico igual ao de qualquer ministro. Até o curso universitário pode ser feito no campo.

Se o nível de vida e as oportunidades são iguais para todos, quais as diferenças existentes?

— Habitação. O nível de conforto ainda é desigual. Há muitos apartamentos抗igos que ocu-



"Podemos afirmar que há igualdade de oportunidades, pelo menos até a idade adulta"

pam um andar inteiro, e há casas pequenas, não apenas no campo mas também na cidade. As famílias vivem semelhantemente, mas habitam diferenciadamente. Há um esforço para construir casas e apartamentos para todos, mas o processo é demorado e às vezes parece perder para o ritmo de crescimento da população. É preciso lembrar que em Cuba não se dividiram os apartamentos e casas existentes, para servir a mais de uma família.

Algum cubano manifestou interesse no reatamento de relações com o Brasil?

— Todos. Embora por motivos muito diferentes. Um grande número, eu acho, deseja as relações apenas para poder convidar Roberto Carlos para um show. Mas, os responsáveis pelo país acham que a política internacional de Cuba não poderá estar completa, sem relações (pelo menos amistosas, embora não alianças), com o Brasil. Isso é geral. Porém eles não estão otimistas. Acham que já houve momentos mais favoráveis para o reatamento. Pensam que depois que Reagan subiu, o governo brasileiro recuou. Segundo eles, a política externa brasileira é brilhante mas desconcertante. Por um lado, fazemos um discurso como o do Figueiredo na ONU que foi muito e positivamente comentado, temos também uma política acertada para a África, mas, aca-tamos imposições dos norte-americanos sem fundamento, como o bloqueio a Cuba, que não traz nenhuma vantagem ao Brasil.

As relações Brasil-Cuba

A seu ver, quais seriam as vantagens das relações com Cuba?

— Para um país do Terceiro Mundo, não há outra alternativa de respeitabilidade, a não ser uma posição independente e não-alinhada. O alinhamento pode trazer vantagens para os países ricos, do bloco dos desen-volvidos, uma vez que se alinharam

em termos iguais. Ou para os países muito pequenos que podem cobrar um preço por seu alinhamento, como é o caso da Jamaica. Mas, no caso dos grandes países pobres — e o Brasil é um deles —, ser respeitado implica ser independente. Ora, sem relações com Cuba devido a uma imposição norte-americana, ditada através da OEA, é impossível o Brasil ser aceito com toda sua potencialidade de liderança.

Porque você coloca em plano secundário as vantagens econômicas das relações com Cuba?

— Não coloco em plano secundário. Elas são as bases da política externa, especialmente no momento da crise que vivemos. O que acho é que, no imediato, essas vantagens não virão diretamente de comércio com Cuba. O Ruy Barreto, que conhece melhor que ninguém esse campo, já mostrou vantagens. Em Cuba, era comum que os funcionários me mostrassem aparelhos de ar condicionado, ventiladores e muitos eletrodomésticos que hoje compram do Japão, dizendo que poderiam ser do Brasil. A vantagem do comércio com Cuba, é que é feito em bloco. Os nossos homens de negócios, hoje em dia, investem milhares de dólares para vender uns quantos ventiladores a uma cadeia de lojas latino-americanas. Acontece que, em Cuba, o governo centraliza o comércio: com um único pedido, compra dezenas e centenas de milhares de unidades. Mas sejamos realistas, e cautelosos. Cuba já sofreu muito comprando aparelhos de uma empresa que logo depois, pressionada ou comprada por grupos norte-americanos, deixa de fornecer peças de reposição e assistência técnica. Eles têm centenas de caminhões parados, de ônibus com dificuldades, porque os norte-americanos compraram as duas fábricas, uma na Espanha e outra na Inglaterra e não lhes atenderam mais. Para comerciali-

zar com o Brasil, eles vão querer ter muita certeza de que isso não ocorrerá.

Eu acho que deveríamos pensar em uma forma de exportar pequenas fábricas para produzir lá mesmo. Como o Brasil já fez. Nos anos 40, antes das transacionais dominarem nosso parque produtivo, exportamos uma fábrica de remédios, um laboratório, para Cuba. Mas há dois outros problemas: um é que no Brasil já não há quase indústria nacional, e isso é um dos exemplos do que é a nossa dependência econômica. Temos as fábricas, mas elas obedecem a uma legislação estrangeira. Além disso, não temos muito a importar de Cuba. É preciso descobrir formas triangulares de compensar, com nossas exportações, saldos negativos que temos com países da Europa Ocidental, com os quais Cuba tenha saldo positivo. Isso é possível, mas requer tempo.

Poderia haver também vantagens econômicas indiretas?

— A possibilidade do Brasil ter uma posição de liderança nos organismos internacionais, tanto FMI ou GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), podendo ser uma voz mais forte, com respaldo e a confiança dos demais países do Terceiro Mundo. Aí, poderiam ser criadas condições para as negociações que necessitamos, não simples acordos comerciais, e sim para reestruturação da economia mundial. As relações com Cuba têm um simbolismo necessário para afirmar a liderança do Brasil, através da demonstração da nossa independência em relação ao Departamento de Estado norte-americano. O perigo é que se os EUA reatam primeiro, daqui a alguns anos quando mudar o governo Reagan, e eles reatarem antes de nós, este simbolismo perderá sua força. Então, reatar com Cuba pode ter até o efeito contrário, demonstrando mais uma vez nossa submissão.

O começo de uma nova fase?

As notícias sobre a iminente formação de um governo de unidade nacional criam expectativa nos círculos políticos da região

A gestão do governo de unidade nacional encabeçado por Rashid Karame está cercada de uma justificada expectativa, tanto dentro do Líbano como a nível internacional.

Depois do fracasso da Conferência de Reconciliação Nacional de Lausanne (Suíça), parecia difícil atingir a meta de se criar um governo de compromisso entre as diferentes facções libanesas. A intransigência dos representantes da minoria cristã, em particular de Pierre Gemayel e Camille Chamoun, que continuam defendendo a organização do país com base nas divisões confessionais (isto é, por credo religioso), levou a negociação de Lausanne a um impasse político e deu origem a novas hostilidades militares.

No entanto, ao regressar da Suíça, o presidente Amin Gemayel retomou os contatos com seus adversários muçulmanos, em particular com Nabih Berri, líder do grupo xiita Amal, e com Walid Jumblatt, dirigente da comunidade drusa. Também continuou suas conversações com o regime sírio e para isso visitou Damasco pela segunda vez em pouco mais de um mês, entrevistando-se novamente com o presidente Hafez Assad.

Depois de todas essas negociações, foi anunciada a formação iminente de um governo de unidade nacional. Pouco antes, jornais da capital libanesa tinham publicado que Amin Gemayel

Beirut Bissio



As sequelas da guerra: será possível evitar novos confrontos?

aceitava a reformulação da composição do Congresso, que passaria dos 99 membros com que conta atualmente, para 120, distribuídos paritariamente entre muçulmanos e cristãos e não mais segundo a fórmula 6-5 que favorece os segundos.

Os intensos contatos das últimas semanas e a flexibilização das posições do presidente — que acabou aceitando algumas das exigências muçulmanas — permitiram criar as condições para a formulação do governo de unidade nacional.

Se o novo gabinete será capaz de ir adiante e se consolidar, ainda é difícil saber. Apesar disso, os círculos diplomáticos de Beirute destacam a experiência de Karame — que já ocupou o cargo de primeiro-ministro nos dramáticos momentos da guerra ci-

vil de 1975 — e ressaltam que não só Karame está pessoalmente empenhado no êxito do governo de unidade nacional, como todos os grupos políticos que o integram. Esses fatores permitiriam, segundo esses observadores, alimentar um certo otimismo em relação ao futuro e explicariam as expectativas criadas em toda a região do Oriente Médio pela evolução dos acontecimentos no Líbano.

No fundo, o que todos sabem e temem é que, no caso de se tornar impossível dirimir as diferenças que ainda persistem entre as diversas facções em torno da mesa do primeiro-ministro Karame, as mesmas possam vir a ser definidas no campo militar. Esse caminho já foi provado durante todos esses anos, com os resultados conhecidos.

Dirigentes falam a "cadernos"

As entrevistas que publicamos a seguir (com Walid Jumblatt, líder dos drusos e presidente do Partido Socialista Líbanês, Nabih Berri, chefe do movimento xiita Amal, Camille Chamoun, presidente da Frente Libanesa e do Partido Nacional Liberal e Pierre Gemayel, presidente do Partido Kataeb) foram realizadas em Lausanne, Suíça, por nosso colaborador Alberto Mariantoni, durante a Conferência de Reconciliação Nacional. Embora, neste mês transcorrido, os fatos tenham se sucedido vertiginosamente, com os resultados antes analisados, publicamos extratos dessas entrevistas pois elas refletem as diferenças que separam os grupos religiosos libaneses, as quais, apesar de tudo, estão latentes e condicionarão toda a gestão do futuro gabinete.

O "pomo da discórdia" entre as facções rivais libanesas é a questão institucional do país. Para os maronitas e uma boa parte dos sunitas, as instituições libanesas estabelecidas entre os anos 30 e início dos anos 40, tendo por base a importância numérica das diferentes comunidades religiosas e o recenseamento de 1932, continuam, sendo válidas.

Para os drusos, e sobretudo para os xiitas, uma tal partilha do poder já não reflete a importância respectiva das diferentes comunidades libanesas. A partilha determina que a presidência da República fica com os maronitas e a presidência do Conselho de Ministros, com os sunitas. Na câmara de deputados: 30 lugares são para os maronitas, 20 para os sunitas, 19 para os xiitas, 11 para os gregos ortodoxos, 6 para os drusos, 6 para os gregos católicos, 5 para os armênios e 1 outro para as minorias restantes.

Em 1932, os cristãos eram cerca de 450 mil, dos quais 260 mil eram maronitas; e os muçulmanos 400 mil, dos quais 180 mil sunitas, 160 mil xiitas e 60 mil drusos.

Em 1984, segundo as estimativas demográficas com mais credibilidade, constata-se uma considerável mudança: um milhão de cristãos, dos quais 500 mil maronitas; 2,3 milhões de muçulmanos, dos quais 1,4 milhão xiitas, 750 mil sunitas e 150 mil drusos.

Jumblatt:

"Dar aos muçulmanos alguma coisa"



Jumblatt: "Os maronitas querem manter os seus privilégios"

O que o senhor acha da situação atual, após o fracasso político de Lausanne?

— Vejo-a tingida de cores sombrias... Mas os maronitas continuam querendo manter os seus privilégios. Eles não querem compreender que é preciso dar ao Líbano uma fórmula moderna, leiga, que leve em consideração o papel das diversas comunidades. Infelizmente, há uma parte dos maronitas que estão no poder desde 1920. Essa classe dirigente deve compreender que é hora de dar aos outros, à maioria, alguma coisa. Estou simplificando, mas é esse o problema. Quanto mais se retardar isso, mais se caminhará para uma radicalização das posições.

Mas os cristãos pareciam de

acordo em ceder sobre certos pontos. Porque em seguida, eles voltaram atrás?

— Até agora eles não cederam nada, exceto algumas reformas marginais, certos pontos sem interesse. Aceitaram, por exemplo, dar aos xiitas e aos drusos alguns cargos, mas não estamos aqui para ganhar novos cargos. Poderia ter-se evitado toda esta guerra civil e ter esses mesmos cargos em Beirute. A nossa opinião pública exige um preço e esse preço é uma reestruturação do atual sistema político.

Porque motivo, na sua opinião,

os seus adversários não aceitaram a sua proposta relativa a uma presidência colegiada à maneira suíça ou iugoslava?

— Porque eles não querem renunciar aos seus privilégios. Na minha opinião, essa fórmula era a única capaz de estabelecer um certo equilíbrio entre as comunidades libanesas. Era a única que teria podido anular de um só golpe todos os favoritismos intercomunitários.

Como o senhor vê a proposta da Síria, de manter Gemayel, um maronita, na presidência?

— Os maronitas querem a presidência? Nós não nos opomos...

Mas que nos dão eles em troca? Não temos lugares no Senado, o que seria uma certa garantia para todas as comunidades, não há lei eleitoral proporcional, não há desconfessionalização... Eles querem tudo e não nos dão nada!

E como se livrar dos israelenses no sul do Líbano?

— É preciso reatualizar as resoluções da ONU. Isso depende de um entendimento entre norte-americanos e soviéticos. No dia em que os dois grandes decidirem, o exército israelense partirá do Líbano nas vinte e quatro horas seguintes.

Berri: “Desconfessionalizar o Líbano”

A que o senhor atribui o fracasso de Lausanne? Quais os passos a serem dados daqui em diante?

— O maior responsável é o presidente! Ele veio a Lausanne sem sequer ter preparado um só dossier... E depois teve a desfaçanha de recusar o projeto de síntese apresentado no fim do encontro.

No Líbano, apesar das apariências em contrário, existem duas ideologias. Uma, que pretende reconstruir o país com as mesmas pedras de 1943 e, outra, que desejaría reconstruí-lo com novas pedras. É um combate entre duas gerações: a de 1943 e a de 1984. Não se pode chegar a uma reconciliação sobre tais bases. É necessário rejuvenescer as equipes dirigentes. As novas gerações, de um lado e de outro, têm que poder se expressar. É preciso desconfessionalizar o Líbano e instaurar instituições semelhantes às dos outros países do mundo.

O presidente Amin Gemayel não é jovem?

— A idade física não significa nada. Pode-se ser jovem e ter idéias retrógradas. Pode-se ser velho e ter idéias modernas.

E, no entanto, ele parecia realmente decidido a desconfessionalizar o país...

— Em público, na televisão, ele continua a representar o papel do presidente moderno que estaria pronto a aceitar qualquer mudança pelo bem do país. Mas durante os nossos “debates”, ele defendeu sempre a manutenção do confessionalismo.

Então, em outros termos, o senhor quer dizer que ele faz um “jogo duplo”?

— Ele faz como Penélope, desfaz à noite o que teceu durante o dia.

No seu entender, a Síria está



Berri: “Há um combate entre duas gerações”

interessada na abolição do confessionalismo no Líbano?

— O sistema confessional libanês não pode agradar à Síria. A instabilidade libanesa não pode de nenhuma forma contentar o governo de Damasco.

Enquanto isso, os territórios do sul, habitados essencialmente pelos xiitas, continuam ocupados pelo exército israelense...

— O tempo trabalha a nosso favor. Por que existem neste momento problemas em Israel? Ca-

da soldado que tomba no Líbano é um motivo a mais para a opinião pública israelense odiar o seu governo. A história se repete, é bom lembrar o que foi o Vietnã para os Estados Unidos e a Argélia para a França.

Pierre Gemayel: “Foi dado um grande passo”



Pierre Gemayel: “Tempo para cicatrizar as feridas”

Sr. Gemayel, o senhor parece satisfeito com os resultados da Conferência de Lausanne. Mas não teme que um tal impasse possa favorecer, a longo prazo, os planos da oposição drusa e xiita?

— As conferências de Genebra e de Lausanne não são mais do que etapas para a reconciliação definitiva. Depois de tudo o que se passou durante os nove anos de guerra, acho que um grande passo foi dado. Reencontramo-nos em torno de uma mesma mesa, ainda que nada de concreto tenha resultado. É preciso tempo. É preciso tempo para que as feridas se cicatrizem... Para que os rancores, a lembrança dos mortos e os ódios acumulados possam se apagar.

É opinião dos líderes da oposi-

sição, ao contrário, que deixar para amanhã o que poderia ter sido resolvido hoje, não faz mais do que complicar as coisas... Porque não quer encarar a reforma das instituições do seu país?

— O Pacto Nacional de 1943 funcionou muito bem até 1975. Por que motivo não deverá funcionar no futuro? O Líbano tinha então a economia mais próspera do Oriente Médio. Depois, os palestinos se envolveram... A conjuntura internacional envolveu-se... e o conflito intercomunitário explodiu. Hoje, acusamos de não querermos reformas. Não é verdade! Nós estamos dispostos a considerar todos os arranjos necessários para salvar a coexistência entre os libaneses... Mas a oposição gostaria de nos reduzir a cidadãos de segunda categoria. Eis porque em Lausanne

não houve acordo político.

E os seus privilégios? Por que insistem em querer conservar para os maronitas o cargo de presidente da República, numa época em que os muçulmanos do Líbano se tornaram majoritários?

— Onde leu essas “estatísticas”? Essas cifras são falsas... Na verdade existem apenas 100 mil muçulmanos a mais do que o número de cristãos. Por que mudar o sistema? Os muçulmanos têm o primeiro-ministro e o presidente da Câmara dos Deputados. Por que razão não teríamos direito à presidência da República?

No decorrer da conferência acusaram-no de lamentar pesarosamente a anulação do acordo líbano-israelense de 17 de maio de 1983. O que pode nos dizer a esse respeito?

— Esse acordo era uma forma de fazer os israelenses e os sírios retirarem-se. Mas Damasco não aceitou retirar as suas tropas. Essa é a razão pela qual eu continuo hoje a preferir que os israelenses não deixem o Líbano. A retirada simultânea, de uns e de outros, é a única maneira, a meu ver, de evitar a implantação definitiva dos sírios no meu país.

Então, no momento, não há esperança de resolver os problemas libaneses em prazos razoáveis?

— Se não for possível salvar a fórmula libanesa, então será o fim do Líbano e a fragmentação do país: os cristãos com os israelenses e os muçulmanos com os sírios!

Chamoun:

“O Estado federado é a única solução”

Que tipo de reformas o senhor defendeu no curso das discussões?

— Pela minha parte estou convencido de que o acordo que rege a vida das comunidades libanesas está morto e enterrado. Assinado em 1943, esse acordo cumpriu o seu tempo e só serviu para solidificar as divisões confessionais do povo libanês. A conferência de Lausanne teria podido acabar definitivamente com os problemas de meu país adotando um sistema federativo. Mas a Síria opôs-se ferozmente a essa solução.

Por que razão?

— Se no Líbano houvesse um Estado Federal, os projetos de

futuro sírios estariam comprometidos. Não se deve esquecer que a Síria sonha sempre com a “Grande Síria”...

Mas em que aspecto o projeto federativo seria melhor do que uma República parlamentar comum?

— A nosso ver, o projeto federativo é a única fórmula aplicável à realidade do Líbano. A força do Líbano sempre residiu nessa bela mistura de comunidades. É necessário que cada um possa viver como deseja. Se os xiitas, por exemplo, desejam um modelo do tipo do de Komeini, é preciso que eles possam adotá-lo. Mas para si mesmos... Sem pro-

curar impô-lo aos outros!

Nenhuma resolução da Conferência de Lausanne fez menção da ocupação de três-quartos do território libanês por tropas estrangeiras. Por que esse silêncio?

— Pensamos que conviria situar esse problema dentro de um contexto mais amplo: o conflito árabe-israelense. Os libaneses sozinhos nada podem contra essa realidade. Isso dependerá da boa ou má vontade das grandes potências. A anulação do tratado de 17 de maio de 1983 foi obtida pela Síria e pela União Soviética para afastar os norte-americanos da região. Isso concretizado, os acordos de Campo David sofrerão o próximo ataque.

Que futuro espera, então, o Líbano?

— Sem uma solução política do problema, nacional e internacional, não haverá mais Líbano! •

ASSINE CRÍTICA da Informação

Você gosta de cinema, tv, rádio, jornais e revistas? Ou você está insatisfeito com o que estes meios têm apresentado ao público? De uma forma ou de outra, é necessário conhecê-los melhor. Por dentro.

Como funcionam. Qual a lógica que está por trás de seu conteúdo. Uma das maneiras de obter este entendimento é ler Crítica da Informação.

Nome:

Endereço:

CEP: Cidade: Estado:

Data: ... / ... / ...

Assinatura:

CFA — Costa Filho Editores

Associados

R. Morgado Mateus, 579
04015 — São Paulo — SP
Fone: 572-5788

Estou enviando cheque nominal para Costa Filho Associados no valor de Cr\$ 6.600,00 para receber seis edições de Crítica da Informação a partir do nº

Os remédios que matam

Torna-se urgente para o Terceiro Mundo tomar consciência dos perigos de certas propagandas irresponsáveis da indústria farmacêutica transnacional

Gilles de Wildt*

As exportações de medicamentos inúteis e perigosos de origem ocidental para o Terceiro Mundo crescem cada vez mais. Grandes firmas farmacêuticas transnacionais acorrem aos mercados dos países subdesenvolvidos com muita agressividade. Representantes industriais promovem as vendas, dando informação médica errada aos profissionais que não têm acesso a dados farmacêuticos e medicinais objetivos. Anúncios de publicidade recomendam o uso de medicamentos que são ineficazes e perigosos.

Na Holanda, uma organização voluntária de médicos, enfermeiros e estudantes chamada *Wemos* (*Werkgroep Medische Ontwikkelingssamenwerking*), que tem por objetivo melhorar a cooperação internacional no campo da saúde, acusou a firma Organon (com sede na Holanda) de atentar contra os princípios da ética médica em suas vendas no mercado do Terceiro Mundo.

* O autor é médico e publicitário, membro da *Wemos* (*Werkgroep Medische Ontwikkelingssamenwerking*). Para maiores informações sobre o assunto, escrever para: *Wemos*, Postbus 4098, 1009 AB/Amsterdam, Holanda. O artigo foi cedido com exclusividade para "cadernos do terceiro mundo", pelo semanário holandês *De Groene Amsterdammer*.

A Organon holandesa: condenação por propaganda mentirosa

A única possibilidade de levar a julgamento indústrias transnacionais farmacêuticas é, hoje em dia, a de apresentar queixas ao conselho disciplinar de uma determinada associação nacional das indústrias. Esse conselho tem a tarefa de pôr em prática o código de conduta internacional da Federação Internacional das Associações de Indústrias Farmacêuticas (IFPMA).

A Organon foi condenada. De agora em diante, ela tem de apre-

sentar a mesma informação sobre seus produtos em todas as partes do mundo. Essa informação deve estar de acordo com conhecimentos médicos rigorosos e modernos.

No entanto, é preciso muito mais que isso. Leis internacionais com sanções penais importantes devem ser introduzidas com o fim de prevenir um aumento da má utilização de medicamentos e do prejuízo para a saúde do Terceiro Mundo.

Riscos não anunciados

Na Tailândia, a firma holandesa Organon recomenda o seu medicamento Orabolin como terapia de apoio à subnutrição. Numa fotografia colorida de um anúncio, vê-se uma criança subnutrida. O Orabolin contém "esteróides anabólicos", hormônios conhecidos pelo seu uso no esporte. Dizia-se que os "esteróides anabólicos" reforçavam os músculos e outros tecidos do corpo humano, porém, esses produtos não têm nenhum efeito positivo na subnutrição. Pelo contrário, produzem efeitos secundários extremamente prejudiciais que a Organon não menciona nesse anúncio ou em outras publicações, nem nas bulas do remédio. Há o perigo de atrofamento no crescimento das crianças, da voz das garotas e mulheres engrossar de maneira irreversível ao nível masculino, e também de manifestações de erupções capilares típicas do homem nas meninas e mulheres. Nos rapazes, há o perigo da puberdade começar demasiadamente cedo.

A Organon também recomenda esses produtos para a fadiga, falta de apetite e mesmo "para um rápido crescimento", quando, na verdade, não contribui em nada para o desenvolvimento da pessoa.

A Ciba-Geigy, uma grande empresa farmacêutica suíça, retirou os seus "esteróides anabólicos" em 1982 porque "as des-

vantagens superavam as vantagens". Mas essa empresa continua a vender o produto Clioquinol ou Enterovioform na Índia. O Clioquinol pode causar cegueira nas crianças. E a Ciba-Geigy recomenda-o como remédio contra a diarréia!

Um outro aspecto refere-se aos meios contra a impotência sexual, que têm causas psicológicas em 85 a 99% dos casos. Os medicamentos só são úteis quando as causas são puramente orgânicas. As origens da doença podem ser determinadas em pesquisas de laboratório que, por serem dispendiosas e complicadas, não se realizam nos países subdesenvolvidos.

No entanto, a Organon tem introduzido no mercado da Tanzânia, o Andriol (derivado do hormônio sexual masculino, a testosterona). Esse produto pode reforçar a impotência pelo seu efeito físico e pode produzir mudanças de comportamento sexual muito perturbadoras. A procura desse produto é enorme nas áreas do mundo onde a impotência constitui vergonha.

Depois de receber muitas críticas (entre outras, da organização holandesa *Wemos*), a Organon prometeu retirar o produto do mercado.

Outras indústrias farmacêuticas fazem propaganda de antibióticos para o combate à gonorreia, sem indicarem efeitos colaterais prejudiciais e sem fazerem menção da necessidade de uso absolutamente prudente. O uso errado desses antibióticos dá origem à resistência das bactérias e, assim, o antibiótico não tem qualquer efeito. A possível evolução de formas de gonorreia torna o tratamento extremamente difícil.

Os analgésicos também são largamente divulgados. Há analgésicos perigosos, que podem causar anormalidades letais no sangue. Nos países industrializados, como a Holanda, estes só são aplicados em casos excepcionais.



A venda de medicamentos no Primeiro Mundo (acima) obedece aos códigos de conduta, o que não acontece nos países subdesenvolvidos

nais e sob absoluto controle médico. Em muitos países do Terceiro Mundo são vendidos livremente e sem indicações adequadas.

Nos países da Europa em geral, a liberdade de manobra das indústrias farmacêuticas é limitada. O médico tem a possibilidade de consultar, com frequência, uma revista especializada em farmacoterapia. A divulgação dos prós e contras de cada medicamento está bastante equilibrada. Além disso, se os médicos passarem uma receita com uma dose excessiva ou com um medicamento inútil, os farmacêuticos alertam para o fato no momento oportuno.

De uma maneira geral, no Terceiro Mundo, os governos não têm dinheiro suficiente para controlar a distribuição dos medicamentos nem para divulgar publicações de qualidade sobre o tema. A literatura estrangeira é cara. Assim, os médicos ficam dependentes de anúncios e de revistas baratas e gratuitas, publicadas com o apoio das próprias indústrias interessadas, como o *Monthly Index of Medical Spe-*

The right antidepressant starts by relieving her anxiety. But it doesn't stop there.

Bolvidon relieves anxiety. However, unlike tranquilizers Bolvidon also allows simultaneous treatment of another condition - depression.

And Bolvidon treats both conditions without side effects like dry mouth, blurred vision, constipation, drowsiness and dizziness. It's the result of the anticholinergic activity that causes these effects.

What's more, Bolvidon assures sleep improvement from the first night. It reduces insomnia, and is a highly effective social agent.

In short, with Bolvidon you can treat anxiety and depression simultaneously, without the risk of creating new ones.

BOLVIDON

"In some countries Taken Today's way to get results

cialities (Mims) ou o *Postgraduate Doctor*. Medicamentos que precisam de receita médica são vendidos e comprados em qualquer parte (lojas, mercearias, drogarias etc. etc.) por vendedores e clientela que não sabem ler a literatura inclusa (e isso, no caso de haver essa literatura).

Os códigos de conduta

O mercado comercial de produtos farmacêuticos no Ocidente não tem crescido muito ultimamente. Mas a produção mundial aumentou de 30 bilhões de dólares em 1970 para 84 bilhões em 1980. Sessenta por cento dessa soma é manufaturada nos países industrializados. Cada vez mais medicamentos vão para o Terceiro

ro Mundo. Os interesses das indústrias são enormes. Fontes técnicas assinalam que hoje em dia é preciso um mercado de 500 a 600 milhões de habitantes para ter lucro antes da exclusividade de patente acabar; isso significa um período de 18 a 20 anos. É possível, entretanto, que o novo medicamento se mostre ineficaz ou que outro produto melhor e mais barato apareça no mercado. Só uma empresa transnacional é capaz de concorrer e manter um tal mercado.

No Terceiro Mundo, onde a capacidade econômica do consumidor e dos governos é menor, os princípios da ética médica e as normas científicas são mais suscetíveis de serem infringidas.

Não é surpresa que a Organização Mundial de Saúde (OMS) há muito tempo se mostre interessada em promover códigos de conduta e leis internacionais que restrinjam as transnacionais nas suas atividades mercantis.

Em 1981, a Federação Internacional das Associações de Indústrias Farmacêuticas (IFPMA) instituiu um código de conduta voluntário. Esse código diz, entre outras coisas, que a informação científica da indústria deve ser igual em todos os países do mundo. (Ora, não foi o que a Organon fez: perfeitamente correta na Holanda e menos rigorosa em países como o Peru ou o Quênia.) A única sanção penal é: "publicidade prejudicial". A IFPMA não examina a situação *in loco*. Ela limita-se a esperar que surjam queixas.

Fica no ar a pergunta: qual é o valor do código da IFPMA, num processo disciplinar voluntário em que a indústria farmacêutica faz um julgamento sobre si própria?

Os códigos e as leis propostos pelos organismos internacionais têm igualmente a intenção de aliviar os países subdesenvolvidos do peso de certas tomadas de posição em relação à indústria.

O Bangladesh é um bom

Cézar Loureiro



Agrotóxicos: perigo no consumo de produtos agrícolas

exemplo de situação vulnerável. Em junho de 1982, o governo de Dacca proibiu 237 medicamentos perigosos e ameaçou retirar mais tarde outros 1.700 do mercado. Tal atitude foi baseada em pesquisas profundas e nas listas elaboradas pela OMS, que separavam os remédios necessários dos produtos desnecessários. Todo o mundo diplomático e comercial reagiu imediatamente. Os embaixadores dos Estados Unidos, da Alemanha Federal e da Holanda bateram à porta do governo de Bangladesh: o governo não deveria agir prematuramente. Em primeiro lugar, disseram os diplomatas, devia deliberar com a indústria. As vendas dos produtos farmacêuticos efetuadas neste país são da ordem de 100 milhões de dólares por ano. Três quartas partes desse montante estão nas mãos de oito empresas transnacionais.

Em agosto do mesmo ano, os Estados Unidos pediram de novo ao governo do Bangladesh para rever as medidas tomadas. "O governo norte-americano está preocupado com o fato de que estas medidas venham a impedir futuros investimentos", disse um porta-voz do Departamento de

Estado ao jornal *Washington Post*. A reação também foi forte dentro do Bangladesh. Vários empresários protestaram. A revista comercial para médicos *The Pulse* caluniou permanentemente todos aqueles que apoiavam a medida governamental. Em novembro de 1983, *The Pulse* escreveu: "Há uma campanha cuidadosamente preparada para fazer naufragar a nossa industrialização".

Atualmente, os observadores se perguntam se o governo poderá manter a sua política de medicamentos, dadas as enormes pressões que vem sofrendo.

O caso dos agrotóxicos

O problema da exportação e da distribuição dos produtos farmacêuticos não é único. Outro exemplo é a exportação de inseticidas e pesticidas. Esses produtos para uso na agricultura chegam muitas vezes aos países subdesenvolvidos sem qualquer instrução legível e sem nenhuma advertência contra os perigos de um uso errado. Devido a isso, calcula-se que no Terceiro Mundo morram dez mil pessoas por ano, enquanto que de 350 a 400 mil pessoas chegam a sobreviver a uma intoxicação. Calcula-se que dezenas de milhares de homens morram prematuramente por causa dos efeitos malignos desses produtos ao longo do tempo.

Em 1972, metade dos casos de intoxicação no mundo inteiro deu-se nos países subdesenvolvidos, embora nessa época se utilizassem apenas 15% dos agrotóxicos no Terceiro Mundo, segundo David Bulle. Entretanto, o comércio de pesticidas tem, pelo menos, duplicado. O ex-presidente norte-americano Jimmy Carter baixou uma lei acabando com as exportações de produtos perigosos nos Estados Unidos. Um ano mais tarde ela seria revogada pelo seu sucessor, Ronald Reagan.

A volta de um poeta

As experiências do exílio e a problemática da América Latina analisadas pelo uruguai Daniel Viglietti

Ana González

Artista de uma delicada sensibilidade política e estética, Daniel Viglietti transformou-se, a partir dos anos 60, no portavoz do sentimento popular rioplatino e de todo o Cone Sul. Expressando-se através de textos líricos que demonstravam a realidade social de seu país, o Uruguai, o violão e a voz de Viglietti se uniram à sua poesia e em poucos anos, suas canções contestadoras obtiveram grande repercussão internacional.

Uma semana antes de voltar ao rio da Prata depois de 11 anos de ausência, Daniel Viglietti concedeu em Lisboa a seguinte entrevista a *cadernos do terceiro mundo*.

Como foram esses anos de exílio?

— É difícil separar os diferentes planos da vida. Poderia dizer que foram, humanamente, mais uma etapa de aprendizagem. É preciso viver a experiência do exílio (que eu conhecia através dos numerosos espanhóis exilados no Uruguai) para poder captá-la realmente.

Qual foi o aspecto mais positivo e válido do exílio?

— Talvez tenha sido a possibilidade de viajar através de tantas culturas, tantas identidades, de tantas pessoas diferentes, de tantas canções diversas. Ter descoberto (não como faziam os europeus que descobriam a Amé-

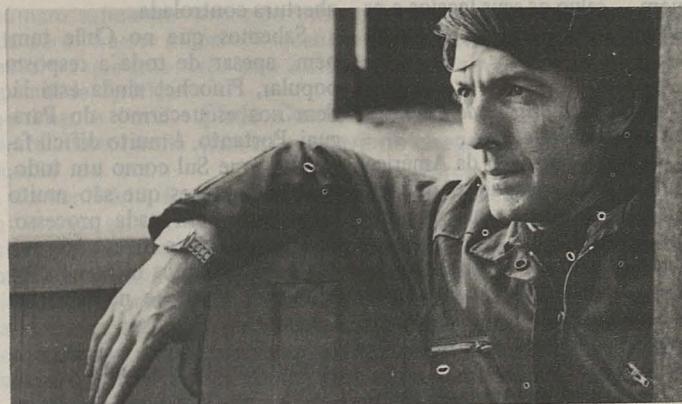
rica ou outras partes do mundo), lugares que não imaginávamos, como por exemplo, Angola. Cantamos em Angola, Túnis, Argélia e também na Austrália, uma terra remota, vista a partir de nosso

E como foi o conhecimento da América Latina a partir do exílio?

— A reunião de exilados e de emigrantes que se deu em tantos países permitiu o contato entre nacionalidades que mal se conheciam. Por exemplo, nós, os uruguaios, mal conhecíamos os nicaraguenses. Só conhecíamos os argentinos, chilenos, brasileiros, enfim, dos países mais próximos. Rompeu-se com esse esquema. De repente, começamos a conhecer salvadorenhos, guatemaltecos...

A vitória da primavera

Como é que você explica "a primavera da derrota" que você canta em suas composições recentes?



"O exílio para mim foi um encontro que vai me permitir fazer uma síntese muito rica"

mapa. E, evidentemente, conhecemos, como nunca tivemos oportunidade antes, a América Latina.

O exílio, nesse sentido (e não digo para todas as pessoas, porque seria generalizar, mas ao menos para aquelas profissões de andarilhos — como o cantor, o poeta, o escritor, o ator de teatro —), serviu para um encontro formidável que vai nos permitir, junto com a experiência de cada exilado, em cada lugar onde morava, no momento do retorno, fazer uma síntese que será muito rica.

— Não há circunstâncias históricas negativas que durem sempre. Se pensarmos nos momentos trágicos da história, eles sempre foram superados. Como acontece na canção em que a palavra "derrota" desaparece e só resta "primavera", a derrota é sempre vencida pela primavera.

Eu vejo a história como uma espiral, na qual acontecem coisas terríveis, mas finalmente a vida se impõe.

Como é que você está vendo hoje o futuro da ditadura?

— A derrota começa a ser ago-



"Tenho certeza de que trabalhamos para defender a alegria"

ra um presságio para a própria ditadura. A ditadura começa a sentir a derrota, sobretudo a do isolamento: não tem mais massa social. No Uruguai não tem ninguém — salvo os seus lacaios e os subservientes — que aceite o regime.

Qual é sua impressão atual sobre a América Latina?

— Não posso falar da América Latina toda, porque o que eu disse anteriormente não implica que eu esteja em contato com todos os países. Contudo, sinto que na América Latina existe uma identidade que surge da oposição ao imperialismo, de não se deixar subjugar.

Seria uma ingenuidade datar esse processo numa reportagem ou através de um violão; as próprias pessoas, a própria luta, os próprios povos são os que vão pondo as datas.

Essa situação se reflete de alguma maneira no Cone Sul?

— O relógio da história tem horas diferentes em cada país. Na Argentina está numa sequência de abertura, de uma busca de saída democrática, é preciso fechar muitas cicatrizes e está tudo por se fazer... Há uma tentativa para encerrar essa etapa de horror.

No Uruguai, em compensação, o fascismo ainda está no po-

der. Há meio milhão de pessoas na rua, ninguém está de acordo com a ditadura, porém "eles" estão no poder, e pretendem se institucionalizar por trás de uma abertura controlada.

Sabemos que no Chile também, apesar de toda a resposta popular, Pinochet ainda está lá. Sem nos esquecermos do Paraguai. Portanto, é muito difícil falar do Cone Sul como um todo, pois há nuances que são muito importantes em cada processo. Mas de qualquer maneira é evidente que estamos influenciados pelo que acontece na América Central.

"Lutar consigo mesmo"

Qual é o tom que as experiências colhidas no exílio dão à América Latina atual?

— Respondendo modestamente a uma pergunta tão ambiciosa eu poderia dizer que o tom mudou, pelo menos de algumas canções que eu faço. A canção também tentou explorar e exprimir todo esse mapa interno. Procurar dentro da gente esses sentimentos que são solidários, que é preciso fazer respirar e procurar também suas contradições e sua problemática, para vinculá-los com tudo o que está de fora.

Para lutar é preciso também lutar consigo mesmo. Nesse sentido, o tom, o clima, o texto, a

mensagem da canção evoluíram.

Julio Cortázar dizia que a conquista máxima da revolução era a alegria. Você está de acordo com essa apreciação?

— Estou totalmente de acordo com Julio, que foi um homem muito solidário com a América Latina e em particular, nos últimos anos, com a Nicarágua. Penso como ele e como outros que andam por aí trabalhando no setor cultural, no dia-a-dia, como Mario Benedetti que usa essa expressão "trabalhar para defender a alegria", aquela alegria que também tinha Roque Dalton, o poeta salvadorenho. Tenho certeza que trabalhamos para isso. O que acontece é que há no caminho uma quantidade de obstáculos que são muitos mais do que se poderia imaginar. É um trabalho de formiga, de reflexão.

E a partir das canções, de reportagens, a partir da alegria de viver das pessoas na América Latina vamos respondendo que "não", que não vamos desanistar, que é preciso continuar.

É fácil não desanistar no meio de tantos problemas?

— Felizmente, as pessoas que acreditam numa mudança revolucionária na América Latina não são super-homens mas seres humanos.

Que significa essa visita de poucos dias a Buenos Aires?

— É quase um retorno. Estou tenso, há quase 11 anos que não vou ao rio da Prata. Estou desejando que isso aconteça!

Chamado pelos espanhóis de "Río y Mar del Plata", de "Paraná-Guazú" (que quer dizer em idioma guarani "rio grande como mar") pelos charruás que habitavam suas margens na chegada dos conquistadores, esse caudal é um colosso desconhecido em sua imensidão.

E Montevideu está aí, tão perto...

Cuba: Elevada produção editorial em 1983

Durante o ano de 1983 as editoras de Cuba publicaram 1.943 títulos, com uma tiragem total de 40,9 milhões de exemplares, segundo informou o Ministério de Cultura desse país. De acordo com estatísticas de organismos internacionais, Cuba é o país de mais baixo nível de analfabetismo e sua população apresenta uma das mais altas médias de demanda de textos de leitura na América Latina, o que contribui para a elevada produção da indústria editorial.

Do total de títulos do ano anterior, 1.328 correspondem à editora *Pueblo y Educación*, que publica textos pedagógicos, muitos dos quais são também de "interesse geral", por exemplo, dicionários, manuais técnicos, clássicos da literatura universal e história de Cuba.

As séries da editora *Letras Cubanas*, com 92 títulos no ano passado e da *Arte y Literatura*, com 37, são as que gozam da preferência dos leitores. Seus livros são os primeiros que se esgotam nas livrarias. O Ministério de Cultura informou que as editoras têm um número suficiente de obras em preparação avançada para "mudar a situação temática atual", mas advertiu que existem limitações quanto à capacidade gráfica e à disponibilidade de matéria-prima. A "multiplicação de títulos é uma tarefa muito mais complexa do que a multiplicação de exemplares" assinalaram porta-vozes do Ministério. E reconheceram que se requer um "intenso esforço organizativo para obter a diversificação temática de forma harmônica e proporcional".

Ultimamente, escritores, críticos, educadores e setores do público leitor começaram a questionar a falta de títulos suficientes para crianças e jovens, e em geral a falta de "livros de entretenimento".

O movimento editorial cubano é considerado um dos mais sólidos do continente. "Nos 25 anos de revolução, foram publicados mais de 19.600 títulos em 585 milhões de exemplares", afirmou o vice-ministro de Cultura da ilha, Rafael Almeida. "Cuba sempre teve uma grande preocupação de fazer o livro chegar a todas as regiões do país", acrescentou. "O triunfo revolucionário possibilitou as bases para a grande transformação do livro cubano. Em 1983, chegaram a ser publicadas 400 obras a mais do que em 1982 e este aumento deverá manter-se nos próximos anos até chegar a editar mais de quatro mil títulos por ano entre originais e reimpressões", concluiu.

Costa Rica: A mulher na literatura

Será na Costa Rica a sede do 2º Simpósio Internacional "Avaliação da Literatura Feminina da

América Latina, Século XX" evento organizado pelo Instituto Literário de Cultura Hispânica e do qual participarão destacadas figuras da literatura mundial. A atividade, promovida também pela Universidade da Costa Rica e pela Universidade Nacional Autônoma — ambas estatais — assim como pela Universidade da Califórnia (Estados Unidos), se desenvolverá de 9 a 14 de julho.

O temário do simpósio inclui assuntos que vão desde "A mulher latino-americana em busca de sua expressão: gêneros literários", "Tendências recentes da literatura feminina", até "Literatura feminina e realidade social na América Latina".

"Existem muito bons antecedentes sobre o trabalho literário da mulher latino-americana, razão pela qual o simpósio constitui uma oportunidade para estudar essas contribuições", declarou Juana Aranciba, diretora do Instituto de Cultura Hispânica.

Espera-se também que as participantes apresentem criações inéditas. Com esse intuito, o comitê organizador comunicou às participantes que antes do início do encontro haverá um período para o recebimento dos trabalhos que contribuirão para enriquecer a iniciativa.

Chile: Cantor peruano morto acabava de chegar ao país

O cantor peruano Percy Arana Saldaña, de 21 anos, foi morto pela polícia chilena em Santiago, capital do país, por não obedecer a uma ordem de parar. Arana havia chegado a Santiago em meados de março passado com o objetivo de iniciar algumas apresentações artísticas.

Vitorioso no "Festival da Canção de Trujillo" e no "Festival da Amazônia" na sua pátria, o cantor havia participado também do "Festival do Sol", de Quilpué, cidade chilena situada a uns 150 quilômetros a noroeste de Santiago.

No início da noite anterior à morte do cantor, ocorreu um atentado contra um veículo de carabineros (polícia uniformizada) na esquina da rua Carmen com a avenida Libertador Bernardo O'Higgins, no centro da capital chilena. A polícia e os serviços de segurança iniciaram uma ampla operação no setor, efetuando centenas de prisões. A imprensa local informou que o artista peruano passava de automóvel pela avenida Matta — distante umas dez quadras do local do atentado — quando uma patrulha policial ordenou que parasse o carro. "Em vez de parar — narrou o jornal "Últimas Notícias" — Arana acelerou o seu veículo, talvez em um gesto de nervosismo. Imediatamente os policiais dispararam, primeiro para o alto, mas, como o automóvel não estacionasse, apontaram para o corpo do motorista".

Notas de Comunicação

Acordo entre a Pana e a IPS

Os diretores da Agência Panafricana de Notícias (Pana) e da *Inter Press Service* (IPS) concordaram em estabelecer relações de trabalho depois de uma reunião efetuada em Dacar, capital do Senegal, em março passado.

O diretor geral da IPS, Roberto Savio, acompanhado pelo diretor do Serviço Africano de sua agência, Akin Fatoyimbo, visitaram a sede da Pana nos dias 22 e 23 de março passado para discutir com o diretor geral da Pana, Cheik Ousmane Diallo, e seus colaboradores, aspectos relativos à cooperação entre ambas as agências. Ao término da reunião, Savio declarou estar impressionado com o melhoramento da Pana e acrescentou que se sentia satisfeito com o resultado das conversações.

"O progresso da Pana marca um momento importante no processo histórico de conferir à África seu lugar na comunidade internacional e no estabelecimento de um sistema de informação mais pluralista e equilibrado", afirmou Savio. E acrescentou que como agência de notícias do Terceiro Mundo, a IPS considera vital trabalhar com a Pana para alcançar os objetivos que ambas as agências noticiosas compartilham.

As atividades da Pana solucionarão "a básica falta de informação sobre a África, não só no mundo, mas no próprio continente", declarou Savio. Diallo destacou o desenvolvimento do programa de cooperação multilateral da Pana e reafirmou que a colaboração com a IPS contribuirá para a difusão de notícias na África. Ressaltou que a Pana busca a cooperação com a IPS porque a experiência desta pode ser útil para estabelecer um diálogo entre os países do Sul e para promover uma nova ordem informativa mundial.

Ambas as agências concordaram em estabelecer relações de trabalho baseadas nos princípios de complementaridade e cooperação, incluindo o intercâmbio de informação, transmissão de notícias e capacitação de pessoal.

América Latina: Concurso latino-americano de jornalistas

A Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) e o Banco de Boston convocaram os jornalistas para um concurso latino-americano do qual poderão participar todos os países membros da dita organização (Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela).

O "Prêmio América Latina Aladi 1984" será concedido ao melhor artigo jornalístico, cujo tema será "Promoção das Exportações Alimentares da América Latina" e que tenha sido publica-

do entre 19 de maio e 31 de setembro do corrente ano nos órgãos de imprensa editados nos países membros da organização.

Os participantes deverão enviar três exemplares da página que contenha o texto do artigo publicado, até 31 de outubro de 1984 para a sede da Aladi, colocando na frente do envelope os seguintes dados: Aladi, Concurso Latino-Americano para Jornalistas, Caixa Postal 57, Montevidéu, Uruguai.

Os prêmios para os vencedores serão entregues em uma cerimônia pública durante o mês de março de 1985, na secretaria geral da Aladi, em Montevidéu.

México inaugurará satélite em 1985

O México contará em 1985 com um novo sistema de satélites que lhe permitirá ampliar sua gama de serviços em matéria de comunicações para o desenvolvimento do país. Quando o sistema estiver trabalhando integralmente, três meses depois do lançamento, aquele país alcançará a independência no manejo das comunicações internas.

O custo dos dois satélites, que serão postos em órbita em maio e setembro de 1985, por meio da espaçonave norte-americana *Challenger*, será da ordem de 250 milhões de dólares. Atualmente, o México tem contratos com a Intelsat para três canais em satélites do consórcio, ao preço de 1,6 milhão pelo serviço de cada um. Um quarto canal será alugado brevemente para a comunicação específica entre o México e os Estados Unidos.

Com isso, poderá ser aplicada uma série de programas governamentais, como a chamada "revolução eletrônica na educação", que levará o ensino primário por televisão a todas as partes do território do país. Por sua vez, o setor de saúde disporá de uma informação mais atualizada em todas as comunidades hospitalares, o que ajudará a ampliar a difusão e o controle sobre as campanhas de saúde.

A comunicação via satélite permitirá à Comissão Federal de Eletricidade controlar o despacho de carga energética e a regulagem do envio de energia elétrica em todo o sistema. A *Petroleos Mexicanos* terá um novo controle do seu sistema de condução de gás ou petróleo às reservas dos centros e ao sistema de distribuição.

O sistema de satélites *Morelos* (nome dado em honra do herói da independência José María Morelos) será operado por pessoal mexicano que vem se preparando para isso por um período de aproximadamente quatro anos.

O futebol angolano treina no Brasil

Duas equipes do jovem futebol de Angola escolhem o Brasil para seus primeiros jogos e treinos no exterior

Rodolfo de Bonis

As informações que chegam ao Brasil a respeito do futebol africano são raríssimas. Uma vez ou outra, temos notícias de seleções que participam das eliminatórias da Copa do Mundo e, mesmo assim, só o resultado das partidas. No mês de março, duas equipes de Luanda estiveram no Rio de Janeiro: o Clube 1º de Agosto e o Clube Progresso Associação de Zambi Zanga. Elas fizeram um estágio preparativo para o Campeonato

Nacional Angolano. "cadernos do terceiro mundo" conversou com o chefe da delegação do 1º de Agosto que também é jogador, além de jornalista, Ângelo da Silva e o técnico do Progresso, Domingos Inguila João, diplomado no Instituto Superior Alemão de Cultura Física. Na conversa eles mostraram o lugar que o futebol ocupa na atual sociedade angolana.

Eis os principais trechos do diálogo:

Inguila, fale um pouco sobre o seu clube...

— O Clube Progresso Associação de Zambi Zanga é um clube de um modesto bairro da cidade de Luanda, Zambi Zanga, que disputa o Campeonato da 1ª Divisão Nacional. Viemos ao Brasil com a intenção de fazer um estágio, que visa três aspectos fundamentais: a melhoria das qualidades físicas dos atletas; o aperfeiçoamento da condição tática e a formação do espírito de equipe. Queremos criar uma equipe unida.

E por que o Brasil?

— Porque o futebol brasileiro assemelha-se ao nosso. Nosso jogador é muito habilidoso, tem talento, tal qual o brasileiro.

Fale-nos mais um pouco da história do Progresso.

— O Progresso existe desde a nossa independência, quer dizer tem oito anos de vida. Ele vem progredindo muito e espera chegar um dia a ser campeão de Angola.

Como é estruturado o futebol angolano?



O "Progresso de Zambi Zanga" em campanha: preparar o jogador no sentido de incentivar o espírito de equipe



"Nosso futebol é amador porque somos todos trabalhadores"

— A 1^a Divisão Nacional é composta por 14 equipes de várias províncias de nossa República. Independentemente do Campeonato Nacional, nós temos os campeonatos provinciais cujos campeões formarão a 1^a Divisão Nacional. Isto é: os campeões provinciais ascendem à 1^a Divisão. Existem também os campeonatos provinciais de 2^a Divisão.

Um futebol amador, por opção

Quantos clubes de futebol existem em Angola?

— Aproximadamente umas cem equipes. Como disse, 14 na 1^a Divisão Nacional e as restantes disputando os campeonatos provinciais, que vocês aqui no Brasil chamam de estaduais.

Há profissionalismo no futebol?

— Não. Porque todos os atletas que praticam o esporte são trabalhadores. Praticam esporte nas horas de lazer. Nossa futebol é amador.

E como os jogadores encontram tempo para treinar? Aqui no Brasil isto seria impossível.

— O governo permite que se faça isso. Há um acordo entre a Secretaria de Estado de Educação Física e Desportos e os orga-

nismos estatais para poderem dispensar os atletas no período da tarde para praticar o esporte.

Há profissionais de futebol estrangeiros?

— Jogadores não. Técnicos, temos. Alguns, de países socialistas. Tivemos e temos técnicos brasileiros também. Por exemplo, o brasileiro Antônio Clemente (ex-preparador físico do Vasco da Gama) treinou a equipe do Clube Petro Atlético de Luanda.

Tem jogadores da Seleção Nacional jogando no seu time?

— Temos dois jogadores da Seleção em nossa equipe — o guarda-redes (aqui, chamado goleiro) Luís e o meio-campista Mataete.

Em Angola, recebem muitas informações acerca do futebol brasileiro?

— Sim, através do nosso jornal esportivo, cujo diretor é o Ângelo, chefe da delegação do 1º de Agosto. Acompanhamos também através do programa "O Desportivo" da rádio Nacional de Angola, que transmite os jogos do campeonato brasileiro e dos outros campeonatos aqui do Brasil.

E qual é a sua opinião sobre o nível atual do futebol brasileiro?

— Pelo que acompanhamos,

diríamos que o futebol brasileiro decaiu bastante com a saída das grandes vedetes, isso está acontecendo em todas as partes do mundo. Não só decaiu o futebol brasileiro como também o próprio futebol europeu. Mas, neste momento, uma nova geração vem sendo formada, criando bases para poder elevar-se. Esse fenômeno, porém, não se dá de um dia para outro, leva tempo.

Alguns jogadores de Angola já receberam propostas de jogar no exterior?

— Antes da nossa independência, alguns angolanos saíram do país para serem profissionais do futebol. Tivemos vários casos e eu me incluo entre eles. Saímos para sermos profissionais mas, após a independência do país, regressamos à nossa casa. E aí, com a opção que tivemos, deixamos de ser profissionais. O Brasil tem a opção de ter este profissionalismo. Para nós, achamos isso incorreto. No futebol profissional, o jogador só interessa quando está no auge. Quando acontece alguma infelicidade com o atleta, quebra uma perna, por exemplo, então, já não interessa mais. Nós primeiramente visamos o homem e depois o futebol.

Trabalhadores e militares

Que profissões exercem os jogadores de sua equipe?

— Temos trabalhadores de várias empresas e militares que nas horas de lazer praticam o esporte. Alguns trabalham nas forças armadas e outros, nas repartições públicas. Em suma, somos todos trabalhadores, por isso é que nós chamamos a nossa República de uma "pátria de trabalhadores".

Ângelo da Silva, jogador da equipe do 1º de Agosto, goleiro (um pouco machucado) veio ao Brasil como dirigente, jornalista e chefe da delegação do 1º de Agosto. Ângelo como é o seu time?

— O 1º de Agosto é uma equipe militar que depende diretamente do Ministério da Defesa. Ela participa também do Campeonato Nacional de futebol. Dos cinco campeonatos nacionais disputados desde a independência de Angola, o 1º de Agosto ganhou os três primeiros, consecutivamente, e tirou nos outros dois, o vice-campeonato. Também temos civis no nosso time, poucos no entanto, uns três ou quatro.

A equipe do 1º de Agosto ainda é a mais forte do futebol angolano? É a favorita para ganhar o campeonato nacional mais uma vez?

— Nossa equipe, a princípio, é a mais forte de Angola.

Quantos jogadores da Seleção vocês têm?

— É meio difícil de se dizer, mas tenho a impressão que somos maioria. No último campeonato tivemos sete jogadores convocados para a seleção. Aqui, sou chefe da delegação, mas também sou jogador de futebol da equipe. Me machuquei no último jogo da Seleção Nacional, quando tive uma lesão no joelho, por isso vim como chefe da delegação.

De quem partiu a iniciativa de vir ao Brasil?

— A equipe do 1º de Agosto, apesar de ter se destacado em todos os campeonatos nacionais, nunca havia saído do continente africano para jogar. Então o nosso Ministério da Defesa decidiu dar uma viagem de estímulo aos jogadores. Ouviram, então, a vontade dos jogadores, a respeito de em que lugar gostariam de jogar. Os jogadores optaram pelo Brasil por causa da tradição futebolística que o país tem. Numa vinda ao Brasil, sempre se tem alguma coisa a aprender em matéria de futebol.

Fale-nos um pouco sobre o

jogador angolano.

— Acho que um dos nossos problemas — pelo menos é isto o que dizem os técnicos estrangeiros que lá recebemos e que são muitos — é defeito de formação, é lapidar o nosso jogador. Temos jogadores tecnicamente muito bons, só que em estado bruto. Precisamos de dirigentes, bons treinadores que consigam mudar, lapidar, o nosso jogador.

Ángelo, você é jornalista e diretor de um jornal esportivo. Como anda o jornalismo esportivo angolano?



Flagrante de um jogo do "1º de Agosto" com o "Vitória Clube" do Zaire

— De dois anos para cá, o jornalismo esportivo angolano progrediu muito. Antes não havia quase nada, eram poucos os jornalistas que falavam em esporte. Agora não. Isso é consequência do apoio que o DIP, Departamento de Informação e Propaganda do Partido, concede em informação esportiva. Presentemente, temos um jornal esportivo, que embora seja do exército, cobre o esporte nacional. Em consequência da melhor estrutura que o exército possui, criou-se nessa arma esse jornal esportivo que cobre tudo, quando o seu objetivo inicial era cobrir apenas o esporte no exército. Mas como não há outro, por enquanto, esse jornal cobre tudo.

Qual o nome desse jornal?

— Jornal Desportivo Militar (JDM). Entretanto, temos o Jornal Nacional que semanalmente publica um suplemento de 4 páginas falando sobre esportes e, diariamente, publica uma página esportiva. Temos na televisão semanalmente também, cerca de 45 minutos de esportes e ainda na Rádio Nacional, duas horas diárias de informação esportiva, falando de tudo: futebol nacional, internacional e todos os outros esportes. Nesse aspecto, em dois anos, a nossa imprensa esportiva melhorou muito, deu um

enorme salto. O Partido quer aproveitar a nossa experiência (*Ángelo é diretor do JDM desde a sua fundação*) e tem pensado em montar um jornal esportivo de âmbito nacional. Estamos certos de que é possível formar-se em Angola um jornal só esportivo.

Que lembranças levam da estadia no Rio de Janeiro?

— A forma como fomos tratados pelos brasileiros excedeu tudo quanto poderíamos imaginar. Eu, inclusive, fui recebido no Gabinete do Governador do Rio de Janeiro, sr. Leonel Brizola. Recebemos todo o apoio possível. Esperamos voltar outras vezes.

A África e a ajuda multilateral

O agravamento da crise econômica força os africanos a buscar alternativas

Os especialistas de governos africanos chegaram à conclusão de que a crise econômica no continente só poderá ser resolvida, ou pelo menos atenuada, com a ajuda externa multilateral. Vários governos já realizaram estudos nesse sentido, na tentativa de buscar um consenso continental. Um dos trabalhos mais importantes entre os que estão em estudos nas várias chancelarias africanas, foi preparado pelo Gabinete de Estudos Econômicos do Ministério das Finanças de Cabo Verde. Dele extraímos alguns trechos:

A evolução da economia dos países africanos não foi nada brilhante durante os primeiros anos da década de 80. Num clima ge-

ral caracterizado pela recessão mundial, a degradação da situação econômica que se manifestou nos últimos anos da década anterior continua, e com maior ênfase nos países mais pobres. A recuperação econômica prevista para meados dos anos 80, terá fracas incidências sobre a economia dos países africanos. No seu esforço de desenvolvimento a longo prazo, a África deve preparar-se para enfrentar uma crise séria, exigindo enérgicas medidas financeiras e econômicas.

Muitas das dificuldades econômicas que a África atravessa atualmente são provocadas por fatores externos.

Muitos países africanos conhecem as maiores dificuldades

para enfrentarem o aumento das amortizações da dívida externa. A situação é ainda agravada pela elevada taxa de juros e endurecimento das condições de empréstimo. Por outro lado, o ritmo de aumento dos novos meios de financiamento em condições bonificadas não acompanhou o das necessidades e a maior parte dos países não pode contrair empréstimos junto dos bancos comerciais em condições aceitáveis.

Em consequência, verifica-se uma diminuição relativa dos recursos líquidos concedidos à África, um agravamento dos encargos do serviço da dívida externa e um aumento do número de países que procuram renegociar a sua dívida externa.

O Produto Interno Bruto (PIB) progrediu lentamente, na melhor das hipóteses, e em geral, o seu ritmo de crescimento foi inferior ao da população. Consequentemente, o rendimento médio por habitante diminuiu na maior parte dos países africanos e o desnível entre a África e o resto do mundo aumentou.

Se é certo que muitos governos africanos deram prioridade ao setor agrícola, o desenvolvimento desse setor foi decepcionante, especialmente nos países mais pobres.

É indispensável encontrar recursos financeiros a curto prazo para socorrer os países africanos, atenuar o agravamento do balanço de pagamentos e do reembolso das dívidas. Esses países precisam também de meios financeiros a longo prazo para retomarem a sua ofensiva contra a pobreza, aumentar a produtividade da sua agricultura, construir e reforçar as suas infra-estruturas sócio-econômicas e, de uma maneira geral, criar as bases de um desenvolvimento auto-centrado.

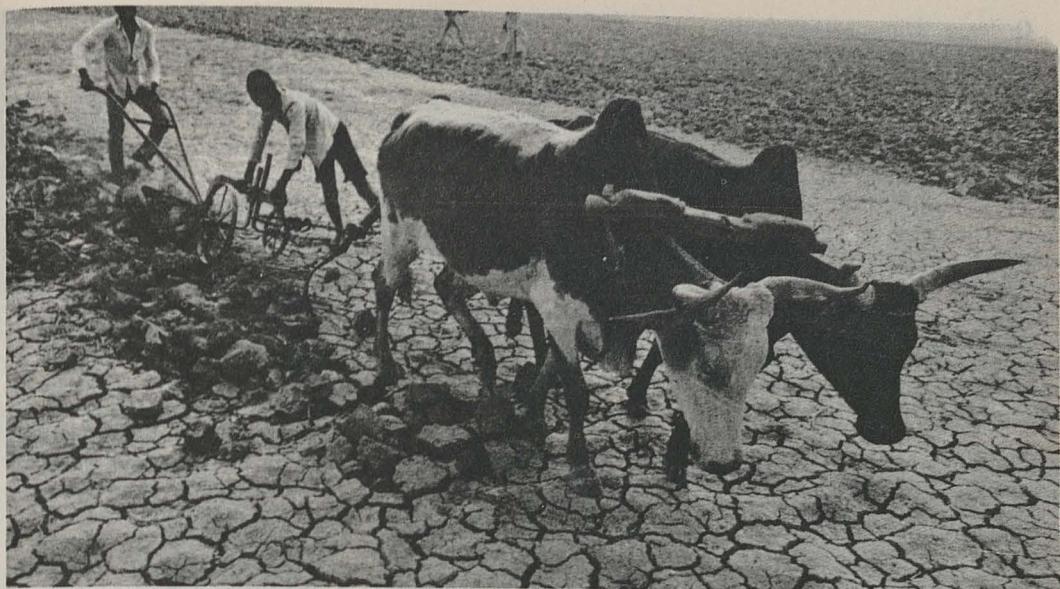
Interdependência

O FAD (Fundo Africano de Desenvolvimento) tem um papel importante a desempenhar no es-



Apesar da prioridade dada ao setor, o desenvolvimento da agricultura foi decepcionante

Manuel Margosso



Todo o sul do Saara sofreu duramente, não só pela recessão e inflação mundiais como também pela seca que assola a região

forço financeiro internacional indispensável à restauração das perspectivas de desenvolvimento da África. A quarta reconstituição dos recursos do FAD abre aos países doadores uma excelente ocasião de responder a este apelo a fim de permitir ao FAD contribuir verdadeiramente para o desenvolvimento econômico e social dos seus membros regionais.

O desenvolvimento sócio-econômico dos países regionais do FAD seria do interesse dos membros não-regionais. Em um mundo interdependente, o crescimento verificado em uma região estimula o desenvolvimento em uma outra e esse princípio aplica-se nas relações econômicas entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento. Segundo um estudo recente, uma taxa de crescimento de 5% ao ano do PIB dos países desenvolvidos provoca um aumento de 20-30% do valor das exportações nos países em desenvolvimento importadores de petróleo. Esse fenômeno, por sua vez, acarreta, nos países em desenvolvimento, uma procura crescente de bens e

serviços exportadores pelos países desenvolvidos, cujo um-terço do comércio se faz com os países em desenvolvimento.

I – Necessidade de aumentar a ajuda em condições bonificadas e o papel do grupo do BAD

A – A situação econômica mundial

A profunda recessão econômica mundial teve repercussões particularmente graves sobre os países em desenvolvimento durante a segunda metade do decênio passado e começo da presente década.

Calcula-se que o volume do comércio internacional diminuiu em 1982 de 2% em relação a 1981. Se o volume das trocas dos produtos agrícolas aumentou de 1%, os dos produtos minerais caiu 7% em relação a 1981. Essa contração é devida em parte à diminuição das exportações petrolíferas. A queda considerável do preço de muitas matérias-primas contribuiu grandemente para reduzir o valor do comércio mundial: o índice dos preços de exportação em dólares dos produtos minerais, que já

havia descido 7% em 1981, caiu 9% em 1982.

O valor nominal das exportações dos países em desenvolvimento importadores de petróleo foi de 304 bilhões de dólares em 1982, ou seja 5,9% menos que o de 1981. Esta diminuição foi mais relevante na África, onde atingiu 16,2%.

Do mesmo modo, as importações dos países em desenvolvimento, importadores de petróleo, diminuíram em 1982. O valor das importações atingiu 372,9 bilhões de dólares, ou seja uma diminuição de 11,6% em relação a 1981. Para os países africanos, a redução foi de 15,4%.

Na quase totalidade dos países em desenvolvimento, importadores de petróleo, verificou-se uma redução do crescimento do PIB e da produção alimentar por habitante. Muitos países viram-se obrigados a enfrentar o agravamento da sua posição em matéria de liquidez, provocada pela alta das taxas de juros e quebra das exportações.

B – Situação particular dos países africanos

O desenvolvimento econômico tem sido particularmente lento na África durante os últimos 10 anos. A África ao sul do Saara sofreu duros reveses, devido não só à inflação e à recessão mundiais, mas também à seca e a conflitos sócio-políticos. Esses países tiveram muitas dificuldades para ultrapassarem os obstáculos e se adaptarem às mutações da situação econômica mundial tanto por causa da própria natureza do seu subdesenvolvimento, como da inadaptação estrutural das suas políticas

A difícil situação econômica determina um fraco nível tanto da poupança interna, como dos investimentos na África. Nos países mais pobres, a parte dos investimentos (à custa dos recursos internos) no PIB que era de 14,6% em 1960, caiu para 12,2% em 1980 e a parte da poupança no PIB, caiu de 11,3% para 6,5%.

Em virtude da fraca taxa de poupança e investimentos, será difícil aumentar o ritmo de crescimento do PIB sem injeções maciças de recursos financeiros do exterior.

Devido à fraca progressão das exportações e custo elevado das importações, a situação do balanço de pagamentos dos países africanos piorou. O déficit da conta corrente do conjunto da região passou de 1,9 bilhão de dólares em 1973 para 12,9 bilhões em 1980 e 13,2 bilhões em 1982. Espera-se o seu agravamento para 1984.

O agravamento do balanço de pagamentos dos países africanos acarretou um forte aumento do seu endividamento a partir de 1970. Para os países mais pobres, a taxa da dívida externa pública no PIB que já era elevada em 1970, atingiu respectivamente 33 e 42% em 1980. A taxa do serviço da dívida em relação às exportações atingiu em 1980 porcentagens entre 17 e 23%.

A estrutura da dívida externa de alguns países agravou-se nos últimos anos. A parte da dívida pública no total da dívida externa dos países da África ao sul do Saara diminuiu de 64 para 60%. Isso significa que alguns países tiveram que apelar para fontes de financiamento privadas, devido à não disponibilidade das fontes públicas.

A parte dos créditos em condições bonificadas no total da dívida realmente contraída passou de 46% em 1976 para 38% em 1981 para os países ao sul do Saara, obrigando-os a dirigir-se às fontes privadas de financiamento, agravando assim o problema de reembolso da dívida externa.

Diante das dificuldades em obter créditos a longo prazo, muitos países africanos viram-se obrigados a contrair empréstimos a curto e médio prazos, aumentando assim o peso do serviço da dívida. Em consequência, a transferência líquida de recursos (desembolsos menos reembolsos) diminuiu enquanto que aumentaram os atrasos de pagamento de algumas dívidas.

Geralmente, considera-se que o *ratio* do serviço da dívida em relação às receitas de exportação



Gamma

Só esforços conjuntos poderão melhorar o nível de vida das populações

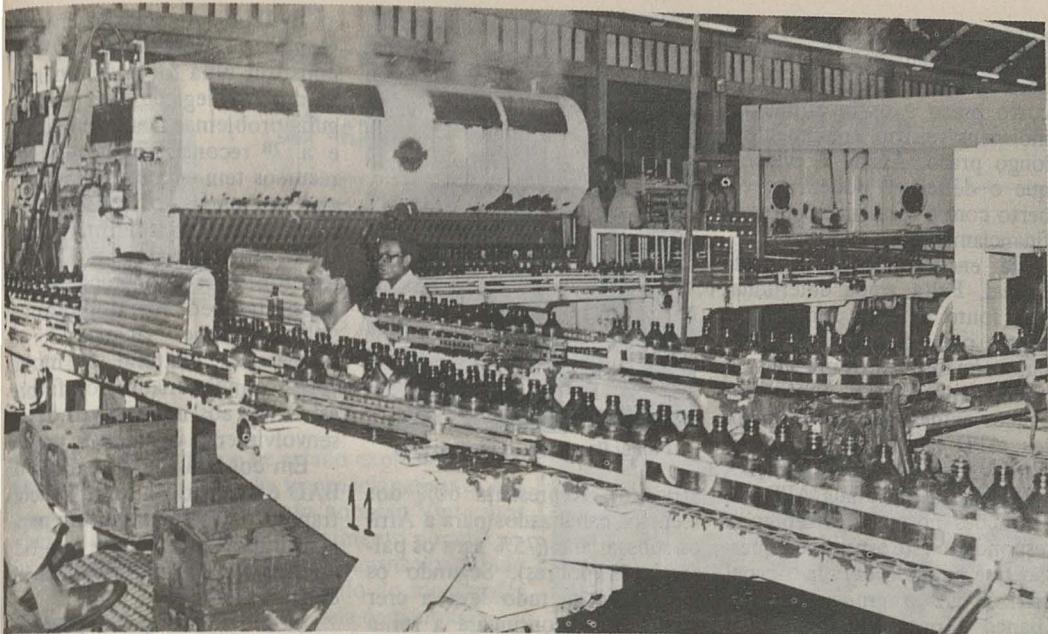
económicas. As perspectivas de melhoria parecem pouco otimistas para a maioria dos países africanos, devido à gravidade dos problemas de fundo como também às limitações da sua capacidade de materializar rapidamente as transformações que se impõem.

Na África, encontramos a maior parte dos países mais pobres, menores e mais vulneráveis do mundo em desenvolvimento. Vinte e seis dos 36 países menos avançados situam-se na África e a situação dos restantes não é tranquilizadora.

No seu conjunto, a África precisa de uma ajuda combinada, a fim de aumentar os investimentos em recursos humanos que permitirão melhorar o nível de vida das populações.

Agricultura e dívida externa

A crise econômica que assola a África manifestou-se de maneira particularmente flagrante no setor agrícola. Raros são os países que aumentaram a sua produção agrícola de pelo menos 3% durante os anos 70 e começo de 80. A população aumentou rapidamente, em média de 2,5% durante os anos 60 e 2,7% nos anos 70 e recentemente 3% em alguns países. Consequentemente, a produção alimentar por habitante foi estacionária durante a década de 60 e diminuiu nos anos 70 e até o presente. Durante o período 1970-79, a taxa de crescimento da produção agrícola por habitante diminuiu de 1,1% nos países mais pobres e de 0,4% nos outros.



O crescimento econômico agrava-se pela adoção de medidas que ameaçam provocar uma diminuição da produção

é crítico quando é superior a 15%. Em 1980, 13 países africanos tinham ultrapassado 15%.

Em 1982 o *ratio* do serviço da dívida dos países africanos mais pobres atingiu 28,3%, o que constitui o índice mais elevado dos países em desenvolvimento, excluindo a América Latina.

Perspectivas de ajustamento

A diminuição da taxa de crescimento do PIB, a mediocridade dos resultados do setor agrícola, a redução das importações e exportações, o agravamento crescente do endividamento, são entre outros, alguns dos problemas cruciais que os países africanos precisam resolver.

Para inverter esta situação impõe-se um aumento substancial dos investimentos e, o que é mais importante ainda, uma melhoria de produtividade dos investimentos já realizados e dos que terão lugar nos próximos anos. Um aumento da poupança seria indispensável, mas é um objetivo difícil de realizar, visto que a grande maioria das popula-

ções africanas vive em condições de pobreza. Assim, seria antieconómico e mesmo impossível baixar mais ainda o seu nível de vida. A restrição do consumo não pode exceder certos limites. O problema de crescimento econômico é ainda agravado pela adoção de medidas deflacionistas que ameaçam provocar uma nova diminuição da produção. Calcula-se que, em condições favoráveis, o índice de crescimento do rendimento por habitante não ultrapassará 0,2% durante os próximos 10 anos. Se as circunstâncias não forem favoráveis, espera-se uma diminuição do rendimento per capita.

Em resumo, a insuficiência de recursos financeiros deve ser solucionada se quisermos estimular o crescimento na África:

— a aceleração do crescimento exige um nível de investimentos muito superior à capacidade da poupança interna e o setor público mostra-se cada vez mais incapaz de cobrir esse déficit;

— os governos não dispõem de recursos suplementares indispensáveis para atenuarem o im-

pacto dos ajustamentos cuja realização reconhecem ser essencial para aumentar, a longo prazo, a produção e a eficácia;

— as receitas em divisas mostram-se insuficientes para fazerem face às obrigações do serviço da dívida externa e às importações de equipamentos necessários aos investimentos, sem ruptura das importações essenciais como os produtos alimentares e energéticos;

— faltam recursos para se realizarem as reformas estruturais da produção interna e da produtividade que são necessárias para que os recursos locais satisfaçam uma maior proporção das necessidades alimentares e energéticas.

Portanto, coloca-se a questão de saber onde os países africanos podem encontrar os recursos financeiros necessários para cobrirem as insuficiências críticas acima apontadas.

C – O papel do grupo do BAD (e do FAD)

Em certo sentido, é fácil responder a esta questão. Atrás,

afirmamos que os recursos internos são demasiado modestos para financiar os ajustamentos a curto prazo e os investimentos indispensáveis ao crescimento a longo prazo. Assim, é evidente que o déficit só poderá ser coberto com o recurso às fontes de financiamento exteriores.

Já encontramos a resposta parcial. Falta ainda determinar que fonte exterior fornecerá a grande parte dos capitais necessários: investimentos privados diretos, empréstimos junto aos bancos comerciais, outros créditos, APD (ajuda pública ao desenvolvimento) em condições privilegiadas, ou ainda APD em condições normais? E tentando responder a este aspecto da questão que se pode definir o papel crítico que o grupo do BAD (Banco Africano de Desenvolvimento) — e mais particularmente o FAD — poderá desempenhar.

A cooperação multilateral é sem dúvida a principal fonte de recursos externos para os países

Gamma



Fome: flagelo que se intensifica

africanos. Representa 60% dos recursos canalizados para a África subsaariana (75% para os países mais pobres). Segundo os prognósticos, tudo leva a crer que a APD continuará a ser a principal fonte de capitais exteriores para os países africanos. Assim, impõe-se aumentá-la de modo a evitar a contínua degradação das economias africanas.

A IDA (Associação Internacional de Desenvolvimento), que constitui uma fonte de financiamento privilegiada, tem tido alguns problemas nos últimos anos e a 7ª reconstituição dos seus recursos tem encontrado reticências por parte dos países industrializados, particularmente dos EUA, principal doador. As outras fontes de cooperação multilateral também têm diminuído o seu envelope financeiro. A cooperação bilateral é, muitas vezes, condicionada por fatores estranhos aos imperativos de desenvolvimento dos nossos países.

Em consequência, o grupo do BAD é chamado a servir de contrapeso e desempenhar um papel mais importante do que tem tido até agora na mobilização de recursos exteriores.

Se é verdade que a parte do grupo na APD é ainda fraca, 2%, o seu dinamismo tem sido grande e, face às sombrias perspectivas, deverá aumentar ainda mais.

BARRICADA
INTERNACIONAL
Órgão
de difusão
para o exterior
da Frente Sandinista
de Libertação Nacional
— FSLN



Agora Assinaturas no Brasil:

Trimestral (12 n°s) — Cr\$ 2.500,00
Semestral (24 n°s) — Cr\$ 5.000,00

Nome: _____
Endereço: _____ CEP: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ País: _____

Estou remetendo vale postal cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 gr. 105/106, Rio de Janeiro (RJ) — CEP 20241, referente à minha assinatura trimestral semestral do Semanário *Barricada Internacional*.



O avanço da sociedade e a crise do Estado

O processo de retorno à democracia torna-se cada dia mais sólido e irreversível pela força do povo nas ruas reivindicando seus direitos civis

Herbert de Souza

Em 1964 o golpe de estado expressou a vitória de um projeto transnacionalizante e a derrota do movimento popular. Vinte anos depois, as mobilizações do movimento popular estão indicando a crise do Estado transnacionalizado e a abertura de um novo período do movimento popular brasileiro em sua luta pela democracia.

Nunca como agora a questão da democracia foi tão viva e concreta. Nunca como agora foi uma questão para o conjunto da sociedade. Esta é a novidade: a luta pela democracia deixou de ser apenas uma bandeira de intelectuais, de liberais inquietos com a ditadura, de grupos conscientizados e politizados^a para ser uma questão concreta para milhões de pessoas em todo o país.

No começo do chamado período de abertura, com Geisel, o Estado era ainda tão poderoso que ficava difícil, para os analistas, visualizar a dimensão real dos movimentos da sociedade civil. Alguns temiam que ela até nem existisse...

A sociedade se movia ainda sob o signo do medo e sempre atenta às reações do sistema, do presidente, dos militares, de alguém lá em cima, alguém do Poder. Parecia que os limites da liberdade estavam efetivamente definidos pelo Estado e que este podia realmente administrar a realidade, a sociedade, a democracia, o princípio e o fim das coisas. Muitos tecnocratas, muitos militares e gerentes do poder do Estado devem ter sentido em suas almas a sensação do prazer absoluto do poder, mesmo que solitária.

Mobilização popular

Pouco a pouco os subterrâneos foram emergindo e ocupando os primeiros lugares no cenário. No período de resistência, a sociedade tomou consciência e foi se organizando de forma sub-reptícia nas fábricas, nas associações de moradores, nas oposições sindicais, nas casas dos operários, nos salões paroquiais de algumas igrejas. Essa resistência en-

Sérgio Berezovsky



O movimento popular
reapareceu com as greves do ABC paulista

frentava uma repressão desproporcional, violenta, sem limites, que se acreditava dona da vida e principalmente da morte. Depois, começou a se mover em direção às salas de reuniões, aos salões das igrejas. Da reunião de pequenos grupos passou-se às assembleias em lugares fechados, depois em praças de esportes e lugares públicos. Depois às passeatas e às mobilizações de massa. Da pequena comunidade de base, da associação de moradores, dos sindicatos, dos grupos de rua, a sociedade foi compondo um quadro de soma que não parava de crescer. Muitos não viram seu crescimento e duvidaram de sua existência e importância.

Depois de um silêncio de quase 10 anos (1968-1978), o movimento popular reapareceu através das greves do ABC paulista. A classe operária, já quase esquecida pelos sociólogos desanimados, voltou ao cenário para ficar. As greves dos canavieiros em Pernambuco indicaram que os sindicatos rurais, apesar de todo tipo de pressão e repressão, estavam vivos e que o campo se movia mais do que a cidade era capaz de ver. Através das CEBs (Comunidades



Bearinz Bissio

No palanque do comício da Candelária (Rio), os governadores presentes. Acima, à dir., o deputado das diretas, Dante de Oliveira. Ao lado, o jurista Sobral Pinto



e seu grau de desenvolvimento político. Depois, ficou mais fácil, quando a oposição ganhou do governo sem ganhar o governo e ganhou o governo sem ganhar o poder do Estado, que está concentrado no Executivo federal. Novembro de 1982 indicou claramente que a sociedade civil estava se mexendo e em oposição ao regime, em rota de colisão com o Estado.

Terminadas as eleições, os que ganharam assumiram suas respectivas crises e o movimento social continuou suas lutas. Cada um com sua tarefa. Os governos, sentindo seus limites e os compromissos de um regime que existe apesar da sociedade ou contra ela. Os movimentos populares, percebendo claramente que a luta continuava e que era possível apoiar e reivindicar, elogiar e criticar, bater palmas e vaiar, esperar e pressionar quase que ao mesmo tempo os seus governadores, prefeitos, parlamentares agora eleitos pelo voto direto.

Novembro de 82 não fez o povo desanimar com as diretas. Ao contrário, mostrou que até os governadores do PDS eleitos pelo voto direto são melhores que seus colegas escolhidos por via indireta. O indireto Antônio Carlos Magalhães não pode ser comparado com o direto Roberto Magalhães.

O campo se agita

Entramos em 83 com a sociedade se movendo, ocupando espaços, lutando. É extremamente expressiva a cronologia dos conflitos e lutas populares desse ano, que vão desde os saques por comida, ocupações de terras e de lotes, greves e várias outras formas de resistência e protesto, até as grandes mobilizações de várias categorias profissionais como os funcionários das estatais, os médicos, engenheiros, professores. O movimento sindical toma corpo em duas propostas de central sindical e realiza várias greves importantes.

O campo se agita em busca de terra, trabalho e comida.

Eclesiais de Base) e das pastorais, os diferentes setores pobres da sociedade foram tecendo milhares de fios sob o teto das igrejas, mas com a matéria-prima do próprio povo. A classe média empobrecida pela crise do chamado "milagre" e pela lógica de um modelo excluente e marginalizador, voltou à militância, agora não mais pelo golpe, mas contra o regime. Os empresários de capital nacional, que por isso são pequenos e médios, expressaram o seu desencanto com uma política econômica que é mais capitalista para os grandes, e quase sempre cruel com os pequenos. Os funcionários públicos, até então sentados nas salas vigiadas do Estado, começaram a perder o medo e saíram em passeata em defesa de seus empregos, e da empresa pública. As mulheres se mobilizaram, os ecologistas, os negros ressurgiram em cena para lembrar ao Brasil que democracia não é compatível com opressão sexual, com destruição da natureza e da vida e com o racismo. E muitos militares começaram a volta aos quartéis e, com tal convicção, que os que ficaram em Brasília parecem estar cada vez mais isolados de seus próprios companheiros de farda.

A oposição política

Antes das eleições de novembro de 1982, ainda era difícil avaliar a magnitude desses movimentos



Beatriz Bissio



A campanha pelas eleições diretas, já, tornou-se a maior demonstração do crescimento político dos movimentos sociais

Foi neste fim de 83 que começou a tomar corpo a campanha das diretas. A princípio, com poucos fiéis e muitos descrentes. Parecia uma bandeira muito alta para ser alcançada a curto prazo. Parecia muito abstrata e distante para levar multidões às praças. Duas lideranças políticas saíram à frente: Teotônio Vilela, em seu projeto Emergência, coloca as eleições diretas para presidente como condição primeira e essencial para começar a resgatar as 4 dívidas: externa, interna, social e política. Leonel Brizola anuncia que todos deviam preparar seus títulos para votar. A maioria, no entanto, ouvia e aplaudia, movendo os braços sem conseguir acreditar.

Diretas, já

E foi então que 1984 se transformou no ano das diretas, graças a uma incrível emergência do movimento social, da sociedade civil na vida política, reivindicando sua cidadania e respeito a seu título de eleitor.

A campanha das diretas, assumida pela sociedade, transformou-se no maior fenômeno político das últimas décadas e na maior demonstração do nível de desenvolvimento político dos movimentos sociais. Vinte anos de ditadura produziram o seu contrário, a aspiração unânime pela democracia.

É claro que a caminhada é longa e que o que se tem por transformar exige muito mais que manifestações, comícios e multidões nas ruas. É claro que, se avançamos muito, ainda temos muito que fazer: nosso sindicalismo é débil, nossos partidos

políticos quase não existem e a maioria de nossas lideranças ainda pensam com atraso frente ao que se avança a cada dia. Hoje, parece que a sociedade civil avançou mais politicamente que a "sociedade política", o que deixa um sabor amargo na boca de quem escuta os discursos ultrapassados dos líderes de palanque.

Mas, nesta caminhada, quem sonha com o futuro não está mais sozinho. Acabou aquela sensação de solidão de quem buscava somar-se aos movimentos sociais inexistentes. As condições políticas para que os partidos, os sindicatos, as organizações populares se desenvolvam estão dadas por esta força que vem da sociedade e não do Estado. E esta é a grande mudança que está movendo a política brasileira no sentido da democracia.

Brasil



Mudar as condições de pagamento da dívida

O economista Barros de Castro afirma que há condições de impor outras regras de jogo com os credores e que a moratória seria viável

Carlos Pinto Santos

Presidente do Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro e professor da Universidade Federal do Rio, Antônio Barros de Castro, especialista da questão energética, tem dedicado os últimos anos à análise da evolução da economia brasileira, estudo que sintetizará num livro a ser brevemente publicado.

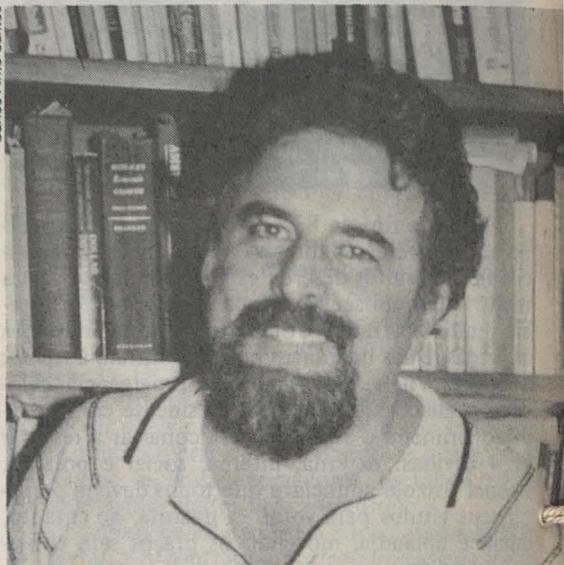
Barros de Castro faz nesta entrevista uma abordagem da política econômica do regime militar que é, em alguns pontos, sensivelmente divergente das teses de outros economistas situados na área da oposição democrática. Recusa-se a fazer um juízo inteiramente negativo das grandes opções econômicas dos últimos 20 anos da vida brasileira. Afirma que a atual situação de superávit é produto de projetos de reformulação da estrutura energética e de substituição de importações, lançados principalmente durante o governo Geisel mas vindos de uma tradição de planejamento setorial que remonta à época de Getúlio Vargas. Para Barros de Castro, os homens do FMI e os seus seguidores no Brasil apropriam-se indevidamente do saldo positivo da balança comercial brasileira de 83. E condena as brutais medidas de choque antiinflacionárias das "cartas de intenções", considerando "anos perdidos" a política de austeridade proposta pelo Fundo. E faz uma afirmação categórica: a recuperação da economia brasileira não poderá se realizar sem uma profunda democratização das instituições.

Qual a responsabilidade das medidas do FMI – fundamentalmente a redução drástica das importações – na situação atualmente verificada de balança comercial brasileira positiva?

– A política de austeridade patrocinada pelo Fundo Monetário Internacional tinha dois objetivos: consertar o balanço de pagamentos do Brasil, fazendo com que o país atingisse aquilo que eles chamam uma "situação estável", e, por outro lado, corrigir a inflação.

No que se refere ao problema inflacionário, o

Carlos Pinto Santos



Segundo Barros de Castro o superávit brasileiro tem pouco a ver com as receitas do FMI

fracasso é absolutamente evidente, não convém sequer comentar: a inflação duplicou após a imposição do programa de austeridade.

Na frente externa, porém, ocorreu recentemente uma mudança muito importante, que é o fato de o Brasil passar a contar com um saldo comercial enorme, ou seja, as exportações menos as importações deverão resultar num saldo de cerca de nove bilhões de dólares em 1984. O que contrasta fortemente com a posição existente em 1981 e 1982, quando a balança comercial era, em média, levemente negativa.

O FMI e os seus porta-vozes no Brasil não perderam tempo em reivindicar o mérito deste resultado. Não teriam conseguido debelar a inflação mas no comércio externo o seu êxito seria estrondoso.

Essa reivindicação dos ortodoxos parece-me totalmente infundada.

O saldo da balança comercial é, sem dúvida, um grande trunfo da economia brasileira que deve ser decomposta em várias componentes, das quais a principal é o lançamento pelo governo brasileiro, durante a década de 70, de uma série de projetos de reformulação da sua estrutura energética e de substituição de importações.

"Quando o FMI e seus porta-vozes brasileiros se atribuem o saldo positivo da balança comercial estão falseando a realidade"

Localiza essa política na época do governo Geisel?

— Não é propriamente uma criação dele, mas temos que dar-lhe crédito pela revivência de uma tradição de planejamento setorial que vem da época de Juscelino com o seu famoso "plano de metas" e até do próprio Getúlio. O governo Geisel fez renascer essa tradição e isto é um fato.

Esses projetos de longo prazo de maturação referem-se ao petróleo, álcool, carvão, metais não-ferrosos, celulose, petroquímica, aço e fertilizantes.

Os resultados de alguns desses projetos iniciados em 74 ou em 78, vieram agora à tona, com uma grande defasagem, mas em geral se revelaram a partir de 1982. Cito três exemplos: o alumínio de que o Brasil era grande importador e que passou a exportar e o cobre de que se tornou auto-suficiente, e os petroquímicos, onde aconteceu o mesmo.

O conjunto de todos estes projetos, segundo os meus cálculos, seria responsável por cerca de 5,5 bilhões de dólares dos nove bilhões conquistados no saldo. Na minha opinião, só se deve atribuir à política do Fundo um-quarto do saldo positivo, coisa da ordem dos 2,5 bilhões. É este o crédito da recessão, os outros três-quartos cabem a diferentes ajustes estruturais da economia.

Então, quando o FMI e os seus advogados se arrogam o que eles chamam de ajustamento convencional, estão falseando completamente a realidade, tomando como seu um resultado programado pelo Estado e pelas empresas estatais ou executado pelo setor privado sob a égide do setor público.

Esses resultados poderiam ser entendidos como um aspecto positivo da gestão desse regime?

— O regime usou em profundidade o aparelho



Vargas (em cima) e Juscelino: impulsionadores da política de grandes investimentos setoriais

do Estado para fortalecer a economia e particularmente a indústria. Errou grosseiramente em muitos casos e insistiu no erro. Foi megalomaníaco na definição das suas metas, criou o mito do Brasil-potência e tentou se validar espuramente através de projetos gigantescos. Porém, na medida em que o regime, sobretudo no período Geisel, retomando a velha tradição brasileira a que me referi, contribuiu para a expansão da base da economia brasileira e para a sua diversificação, essa tarefa histórica tem um sentido positivo. Seria maniqueísmo não o reconhecer.

Mas, quero deixar claro que isso não muda a nossa avaliação negativa dos 20 anos do regime.

"Megalomaníaco nas metas, o regime, ao retomar a tradição de planejamento setorial, contribuiu de certo modo para a expansão da economia"

Pode-se dizer que a economia brasileira está se recuperando?

— Essa é a segunda parte da resposta sobre o saldo positivo da balança comercial.

Ele significa que a partir de agora se pode crescer, no sentido de que o superávit projetado permite uma grande capacidade de pagamento do serviço da dívida do Brasil.

Dispondo desse trunfo, há dois caminhos pela frente. Um é continuar a pagar exatamente segundo as exigências dos credores e com as taxas de juros que estes impõem. Se o Brasil fizer isso, crescerá lentamente, muito abaixo da sua experiência histórica. Esse rumo é, além do mais, extremamente instável, porque basta uma recessão dos Estados Unidos em '86 ou '87, ou uma retomada forte da taxa de juros, para ela se tornar aritmeticamente inviável. É um problema de contas. Por outro lado, essa solução leva implícita uma taxa de crescimento que significa que a economia brasileira nem sequer absorverá a mão-de-obra que chega ao mercado de trabalho anualmente.



O desemprego deverá crescer nos próximos anos

Isto é, uma acentuada subida da taxa de desemprego nos próximos anos se forem mantidas as atuais regras do jogo?

— Exatamente. Por esse rumo será isso que acontecerá. O que me parece intolerável, justamente por se dispor de um sólido saldo da balança comercial, e por outras razões que não comento aqui. O Brasil deverá usar o saldo como uma arma e impor condições aos credores.

Que tipo de condições?

— Esse é o segundo caminho.

O Brasil está pagando juros efetivos da ordem dos 14 a 15% que deveriam ser cortados pela metade, digamos, 7%. O que é um juro ligeiramente real, no sentido de que a inflação internacional varia entre os 5 e 6%. Ora como o Brasil pode pagar isso, chegará a 1990 com um saldo da balança co-

mercial da ordem de 10 bilhões de dólares e prazos de pagamento do tipo 20 ou 30 anos.

A importância de uma proposta como esta é dupla. Primeiro, com uma taxa de juros a 7% e com esses prazos de pagamento, o Brasil pode retomar o crescimento a uma taxa de, digamos, 7%, que é a média histórica brasileira de 1945-1980. Essa taxa é suficiente para absorver a mão-de-obra que chega ao mercado de trabalho e ainda diminuir gradualmente o desemprego acumulado até agora. É uma taxa socialmente aceitável e conveniente.

"O Brasil tem possibilidades de impor condições aos credores e utilizar a moratória como alternativa"

Se o Brasil entrar por essa rota poderá estabelecer um pacto a longo prazo, dando tranquilamente garantias no pagamento da dívida. Para os credores há a grande vantagem de permitir uma estabilização, embora a curto prazo tivessem de absorver prejuízos. Mas ganhariam a longo prazo.

Penso que o Brasil não deveria apresentar esta proposta timidamente, acho que deveria impô-la.

Mas o Brasil tem condições para impor as suas regras?

— Tem. Apresentando a moratória como alternativa a essa proposta. Analisei isso longamente num trabalho intitulado "A Viabilidade da Moratória", onde chego à conclusão de que a moratória é perfeitamente viável para o caso brasileiro.

O país já não precisa de créditos a médio e longo prazos. Até já eliminou em boa parte os créditos a curto prazo. O Brasil está fazendo mais da metade do seu comércio à vista. Por outro lado, com o saldo de que dispõe, aguenta facilmente as consequências de uma moratória, que no entanto provocaria um grande choque no cenário financeiro internacional.

Deverá haver uma frente comum, regional, em relação ao pagamento da dívida externa?

— O Brasil tem condições de lançar individualmente os dois tipos de programas, o da redução da taxa de juros ou da moratória. E estou convencido de que em ambos os casos, contaremos com a Argentina como aliado.

Mas não acho que se deva envolver outros países no primeiro lance da jogada. O Brasil tem peso específico e solidez de condições para romper o cerco e deverá fazê-lo sozinho. Os outros parceiros

ros do continente serão muito importantes para nós no futuro, principalmente na intensificação do comércio.

Lançando um desses tipos de programa sozinho, há a vantagem de não ficar em primeiro plano o desafio político, o que aconteceria formando-se um bloco de países, aliás de muito difícil constituição. A conotação política seria neste caso muito maior e levaria os Estados Unidos a responder enquanto governo.

É digo isto porque o ideal para nós é brigarmos com o banqueiro, não com o governo, embora sejam inevitáveis consequências políticas. Temos interesse em aproveitar as contradições atualmente existentes entre o Congresso dos EUA e os banqueiros acusados de malbaratarem os fundos em seu poder. Por isso acho que atacar diretamente os governos é não explorar essa brecha. Devemos dar, agora, duro nos banqueiros, porque ainda não temos condições de fazê-lo com os governos.

Resumindo: o Brasil deveria apresentar a primeira proposta e só usar a moratória como arma de pressão, caso necessário. Num certo sentido a moratória seria responsabilidade deles, porque eles é que nos teriam empurrado para isso.

E em que termos seria proposta a moratória?

— Suspensão total de negociações de pagamento da dívida. O Brasil passaria a viver em comércio cash, o tempo que eles aguentassem. Nós aguentamos, e eles sabem muito bem que quanto mais tempo ficarmos no regime de suspensão de negociações e ruptura com a comunidade financeira, mais nos distanciamos deles. Se nos deixarem à deriva, buscando o nosso caminho fora das suas regras, mais caminhos descobrimos e eles sofrerão as consequências políticas. E isso não lhes interessa de maneira nenhuma.

“O atual governo não tem a menor condição política ou moral de assumir a tarefa histórica de recuperação do Brasil”

As receitas que propõe são viáveis no atual quadro político?

— Não. É necessário haver uma profunda alteração democrática nas instituições. Nada do que defendi é possível neste clima de fim de festa que estamos vivendo no Brasil.

Mas houve festa?

— Houve durante o milagre.



“O atual governo (em baixo, o presidente Figueiredo) não tem condições políticas e morais para gerir corretamente a economia brasileira”

Vive-se um regime de fim de festa e o governo que ainda está aí não tem a menor condição, política ou moral, de assumir uma tarefa histórica como a que nós definimos aqui. É evidente para mim que o tipo de solução proposta, encaminhamento da questão da dívida e retomada do crescimento, supõe um governo com amplo apoio na nação, coisa que este governo não tem, nem a possibilidade de obtê-lo. Por conseguinte, as minhas palavras referem-se a uma mudança potencial que eu espero esteja para vir. Aquilo que eu estou propondo não é utópico, não é absurdo, não é fora do real do ponto de vista econômico. Porém, está em descompasso com a política. A minha dúvida é se a política vai se ajustar a esse potencial da economia.

Que entende por “milagre brasileiro”?

— “Milagre” é evidentemente uma expressão



O álcool alimenta grande parte do parque de automóveis leves no Brasil

misticadora. Porém, o fato é que a economia brasileira de 68 a 73 cresceu mais do que 10% em média anual. O que é um crescimento com poucos paralelos na história. Você encontra essa taxa na União Soviética dos anos 30, no Japão em certos momentos e na Coréia.

Foi uma velocidade de crescimento espantosa. O Brasil tornou-se um canteiro de obras. A taxa de investimento ultrapassou 25% do produto, o emprego crescia rapidamente e os padrões de consumo transformaram-se da noite para o dia. Os bens de consumo duráveis (aparelhos eletrodomésticos etc.) por exemplo, deixaram de ser típicos do padrão de consumo de uma minoria e difundiram-se na população. Mesmo o automóvel começou a se alastrar, tendo a frota brasileira chegado a dez milhões em poucos anos. Houve realmente êxitos consideráveis nesse período. Mas foi também nessa altura — como aliás em todos os outros períodos da história recente do Brasil — que as desigualdades sociais mais se agravaram. Ou seja, foi ínfimo o que as classes populares de menor rendimento obtiveram do "milagre". Pelo contrário, a sua participação no rendimento caiu porcentualmente.

O "milagre" só beneficiou a alta burguesia, a classe média e de trabalhadores que ganhavam mais do que cinco salários mínimos. Desfeito o "milagre", desfizeram-se também os benefícios de que usufruíram a classe média e os trabalhadores melhor remunerados. A inflação devorou todos esses benefícios.

E é a favor de um tratamento de choque para a inflação?

— Seria o pior que poderia ocorrer hoje à economia brasileira. Por todas as razões que dei anteriormente, a economia brasileira pode voltar a crescer e o tratamento drástico à inflação impediria essa possibilidade.

Além do mais, o tratamento de choque seria por meio da procura quando já é absolutamente evidente, até para os porta-vozes do monetarismo,



que a inflação brasileira tem sido empurrada por choques de oferta, sejam eles o estrangulamento externo através das maxidesvalorizações ou problemas de safra agrícola. As maxidesvalorizações provocaram a duplicação da inflação em 1980 e outra duplicação em 1983. A inflação brasileira estava estabilizada em 40%, e passou para mais do dobro, para 100%. Estabilizou em 100% e depois tornou a passar para mais do dobro, para os atuais 210%.

O outro componente da inflação brasileira são os preços dos alimentos. No ano passado, por exemplo, enquanto os produtos industriais se elevaram entre 170 e 180% os preços dos produtos agrícolas atingiram 290%.

Isso porque o Brasil passou a dar uma prioridade absoluta às agriculturas energética e de exportação. De 1979 a 1983, a produção per capita de alimentos caiu quase 25%, enquanto a produção da agricultura energética per capita subiu 50% e a exportação de produtos agrícolas per capita subiu na ordem dos 30%.

O aumento da produção de alimentos exige investimentos de vulto?

— A recuperação da agricultura de alimentos, que está comprimida, é absolutamente imprescindível, mas não é um programa de vulto. É uma coisa muito simples. Basta que o governo entre numa política de garantia de compra a bons preços desses alimentos para a formação de grandes estoques. A agricultura brasileira responderá de imediato a isso, porque é muito elástica. Se o governo acenar com bons lucros, a produção de alimentos eleva-se rapidamente, porque ela é apenas uma fração muito pequena de um todo.

Concorda com um desenvolvimento acelerado das culturas energéticas, isto é, a produção de cana para fabrico de álcool?

— Creio que o álcool tornou-se irreversível. Sou, porém, a favor de um crescimento modera-



Alcançada uma boa posição no plano energético, a aposta futura do Brasil deverá voltar-se para a informática

do, e não acho possível (nem interessante) manter as recentes taxas de crescimento.

É certo que o álcool conquistou um espaço no programa energético brasileiro. Dentro de dois, três anos estará contribuindo com 100 mil barris de Equivalente Petróleo e penso que poderá ir um pouco além, mas não vejo interesse de ir muito mais longe.

A grande novidade do quadro energético brasileiro foi o recente êxito espetacular do petróleo e a grande novidade no futuro será o gás que se descobre atualmente e que nos anos 90 poderá mudar bastante o panorama energético do país.

Nesse contexto, penso que o álcool deverá conservar o lugar que já conquistou sem haver necessidade de se forçar o seu crescimento, até porque é excessivamente dispendioso.

"Ao grande êxito atual do petróleo no quadro energético brasileiro, deverá seguir-se, nos anos 90, o do enorme potencial de gás"

O álcool poderá representar dentro de alguns anos cerca de 20% da produção de petróleo...

— Exatamente, o que não é pouco.

E na indústria? Que setores acha que devam ser incrementados?

— A informática. É a batalha do momento. Se o Brasil conseguir preservar os avanços que teve recentemente na informática e desenvolvê-los, poderá emergir na década de 90 com uma economia industrializada, capaz de autodeterminação tecnológica.

"Enquanto a IBM procura dominar o mercado brasileiro de informática, o FMI e o Banco Mundial tentam desmontar o embrião dessa indústria já existente no país"

Mas não há uma grande concorrência de outros países neste setor?

— Há, mas tem-se de entrar nessa grande concorrência. Sem o controle da informática, não é possível uma indústria com um mínimo de autonomia. A informática é o ramo por onde se dará a revolução industrial que já está anunciada claramente. É ela que vai regenerar a produtividade dos vários ramos da indústria que passarão praticamente todos por uma revolução informática, garantindo o rejuvenescimento do parque industrial nos próximos anos, seja o nosso ou o norte-americano. Abrir mão disso é abrir mão da chave do progresso técnico nos anos vindouros.

Trava-se neste momento no Brasil uma séria batalha contra as pressões da IBM e dos demais concorrentes que querem simplesmente dominar o mercado brasileiro. O Banco Mundial, o FMI e outros, têm feito através dos seus porta-vozes e lobbies brasileiros, o máximo de pressões para desmontar o embrião de indústria informática com que já conta o Brasil. Mas, por parte dos meios técnicos, e até militares, há uma consciência crescente da necessidade de preservar esse trunfo vital na competição dos próximos anos.

HÁ Vinte ANOS QUE
NÓS AFIRMAMOS QUE
A INFLAÇÃO VAI
BAIXAR ...



... QUE A VIDA
DO POVO
VAI MELHORAR...



... QUE A DÍVIDA
EXTERNAS VAI
DIMINUIR ...



MAS NÃO SEI POR QUE
NINGUÉM ACREDITA
EM NÓS !



Angola, terra da liberdade.



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
A Serviço da Reconstrução Nacional

**Quando se
pensa em banco
no Estado do
Rio de Janeiro,
tem um que está
na cabeça de
todo mundo.**



BANERJ
As coisas estão mudando.